

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA
ANO 67 - NÚMERO 2 - ABRIL / MAIO / JUNHO DE 2015

Ciência & Cultura

Temas e Tendências

DESLOCA

MENTOS

SOCIAIS

3 EDITORIAL

4 TENDÊNCIAS

A NOVA LEGISLAÇÃO DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS
Beatriz de Bulhões Mossri

BRASIL

6 30 ANOS DO MCTI: ESTABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA POLÍTICA DE INOVAÇÃO SÃO PRINCIPAIS MARCAS

8 70 ANOS DE FLUORETAÇÃO DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO REQUER DEBATE

10 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA MALHA RODOVIÁRIA

MUNDO

12 FATORES DISTINTOS, COMO EVENTOS NATURAIS OU CRISES ECONÔMICAS E SOCIAIS, PODEM ESVAZIAR UMA CIDADE

14 CRISE IMPULSIONOU CRIAÇÃO DE MODELO SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA DE CUBA

17 MUSEU DE LONDRES ELEVA O DEBATE SOBRE CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA E É CAMPEÃO DE PÚBLICO

NÚCLEO TEMÁTICO: DESLOCAMENTOS

ARTIGOS



20 Apresentação
Deslocamentos, desigualdades e violência do Estado
Bela Feldman-Bianco

25 O controle da imigração "indesejável": expulsão e expulsabilidade na América do Sul

Eduardo Domenech

30 Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do "Arco Norte"

Daniel Hirata

35 Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil

Adriana Piscitelli
Laura Lowenkron

40 Sobre lutos e lutas: violência de Estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos

Liliana Sanjurjo
Gabriel Feltran

46 Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre "moradores de favelas" e "refugiados"

Adriana Vianna
Ângela Facundo

NOTÍCIAS 51
PESQUISAS 53

A & E

54 EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES SOCIAIS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA
Daniel dos Santos Fernandes

CULTURA



Alice, a menina que encanta o mundo desde 1865

58 LITERATURA
Há 150 anos era publicada a primeira edição do clássico de Lewis Carroll

60 HILDA HILST EM REVISTA
Escritora, que faria 85 anos em 2015, ganha exposição e reedições

62 TELEVISÃO
Programas e séries sobre ciência vão muito além da diversão

64 PINTURA
O Rio de Janeiro sob os olhares de Debret

66 PROSA
SIDNEY ROCHA

E X P E D I E N T E

Ciência&Cultura

<http://cienciaecultura.bvs.br>

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Fernandes, André Tosi Furtado, Carlos Vogt, Celso Pinto de Melo, Dora Fix Ventura,
Francisco Cesar de Sá Barreto, Gilberto Cardoso Alves Velho, Hernan Chaimovich Guralnik,
Ima Célia Guimarães Vieira, Isaac Roitman, João Lucas Marques Barbosa, Luiz Eugênio de Mello,
Marcelo Marcos Morales, Phillippe Navaux, Regina Pekelman Markus

EDITOR CHEFE

Marcelo Knobel

EDITORAS EXECUTIVAS

Wanda Jorge; Germana Barata

EDITORA ASSISTENTE

Patrícia Mariuzzo

EQUIPE DE REPORTAGEM

Carolina Medeiros, Chris Bueno,
Giselle Soares; Grazielle Scalfi;
Jessica Norberto Rocha; Mariana Garcia
de Castro Alves; Marta Avancini;
Patricia Piacentini; Ricardo Manini;
Simone Caixeta de Andrade; Viviane Lucio

CAPA

João Baptista da Costa Aguiar

DIAGRAMAÇÃO

Carla Castilho | Estúdio
Luis Paulo Silva (tratamento de imagens)

REVISÃO

Daisy Silva de Lara

CONSULTORES

Literatura

Alcir Pécora, Carlos Vogt, Paulo Franchetti

CONTATOS

Redação: cienciaecultura@sbpcnet.org.br

DIRETORIA DA SBPC

PRESIDENTE

Helena Bonciani Nader

VICE-PRESIDENTES

Ennio Candotti
Dora Fix Ventura

SECRETÁRIA-GERAL

Regina Pekelmann Markus

SECRETÁRIOS

Edna Maria Ramos de Castro
Adalberto Luís Val
Paulo Roberto Petersen Hofmann

PRIMEIRO TESOUREIRO

Walter Colli

SEGUNDO TESOUREIRO

José Antonio Aleixo da Silva

Revista *Ciência e Cultura*
ISSN 0009-6725

A tão propalada globalização muito contribuiu para facilitar as trocas mercantis e colaborações diversas entre os países, mas também impactou negativamente muitas economias nacionais e provocou exclusão social, aumentando significativamente os deslocamentos sociais dentro e entre as nações. Neste Núcleo Temático da *Ciência e Cultura*, a antropóloga Bela Feldman-Bianco reúne especialistas que investigam os fortes laços entre “deslocamentos, racialização, colonialismo, capitalismo e suas estruturas de dominação”.

Beatriz de Bulhões Mossri, professora de políticas e gestão da biodiversidade, traz em “Tendências” uma análise sobre o projeto de lei, em vias de aprovação, sobre o acesso e uso da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais brasileiros, o que ainda não encontra consenso nos segmentos sociais interessados.

Reportagem na seção “Brasil” recupera parte da história do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que completa 20 anos. Na área de saúde pública, outra recuperação histórica mostrando que, há 70 anos, começava o programa de fluoretação da água, cuja expansão encontra resistência até hoje, sobretudo pela falta de controle sobre as quantidades adequadas de flúor.

Em “Mundo”, o destaque está no fenômeno das cidades fantasmas, na solução encontrada pela agricultura cubana no cultivo com pouco acesso a insumos agrícolas, e em um projeto bem sucedido de divulgação científica: o Museu de Ciências de Londres que, em 2014, recebeu mais de 3 milhões de visitantes.

A literatura ganha destaque na seção “Cultura” com reportagens sobre os 150 anos da publicação de *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carroll, e sobre a poeta e dramaturga Hilda Hilst, que faria 85 anos neste ano. Confira, ainda, texto sobre novos projetos de divulgação de ciência na televisão e matéria sobre exposição de pinturas e aquarelas do pintor-viajante Jean-Baptiste Debret, no Rio de Janeiro.

Boa leitura!

MARCELO KNOBEL
Editor-chefe
Abril de 2014

A NOVA LEGISLAÇÃO DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Beatriz de Bulhões Mossri

Após 20 anos de debates, o país está perto de ter uma lei que regule o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso aos conhecimentos tradicionais associados e a repartição de benefícios. Uma nova proposta de marco legal tramita no Congresso Nacional, em regime de urgência, e está na iminência de ser aprovada. É uma proposta que traz avanços, mas que não obteve consenso entre os diversos segmentos sociais, em especial no que diz respeito ao uso do conhecimento tradicional dos povos indígenas e comunidades tradicionais. No intuito de contribuir com o debate, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) tem participado ativamente dos debates públicos e se manifestado publicamente quanto a suas posições, apresentando propostas que equilibrem as preocupações e demandas das diferentes áreas da ciência, ao mesmo tempo que respeite e proteja os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. O Brasil, país com maior biodiversidade do mundo, é parte da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) desde 1994 e, com isto, assumiu o compromisso de internalizar seus objetivos

e diretrizes por meio de medidas legislativas, políticas ou administrativas. Os objetivos da convenção são a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição, justa e equitativa, dos benefícios advindos dessa utilização, este último por meio do acesso adequado aos recursos genéticos e da transferência de tecnologia. Em 2010, a 10ª Conferência das Partes da CDB aprovou o Protocolo de Nagoia, acordo internacional vinculante, que define diretrizes para operacionalizar este que se configura como o terceiro objetivo da convenção. Em outubro de 2014, o protocolo entrou em vigor e, até o momento, já conta com 59 partes. O Brasil assinou o protocolo, mas ainda não o ratificou. Houve uma demanda do setor de agronegócios de que o Brasil aprovasse a legislação de acesso, antes de assumir novos compromissos ao ratificar o protocolo.

A primeira tentativa de regulação dessa matéria no Brasil foi em 1995, quando a então senadora Marina Silva apresentou um projeto de lei (PLS 306/1995) que até hoje encontra-se no Congresso Nacional. Em 2000, para responder uma denúncia dos termos do contrato, considerado lesi-

vo ao país, entre uma instituição nacional e uma multinacional farmacêutica, o governo federal editou a Medida Provisória 2052 que, após sucessivas reedições, vigora há quase 15 anos como MP 2186-16/2001. Nesse período, várias tentativas ocorreram para transformar a MP em uma lei, com maior segurança jurídica, mais clara e menos burocrática, e com menor custo de transação, pois tal MP foi severamente criticada por diferentes segmentos da sociedade brasileira, entre eles a comunidade científica.

Em junho de 2014, a presidente da República encaminhou uma nova proposta de marco legal para o Congresso Nacional em regime de urgência constitucional, ou seja, cada casa legislativa tem 45 dias para analisar e votar a proposta do executivo e, caso isso não aconteça, o projeto tranca a pauta da casa em que se encontra o projeto. Entendendo que esse ato presidencial não iria permitir o debate com os diferentes segmentos sociais impactados por essa lei, a SBPC solicitou, em 17 de julho, a retirada da urgência. Outras várias instituições, em seguida, fizeram o mesmo. No entanto, a urgência foi mantida. Na Câmara dos Deputados, a proposta tramitou como PL 7735/2014. Em

agosto de 2014 expirou o prazo para análise dos deputados mas, devido à falta de consenso em relação à proposta do executivo, o projeto de lei só foi aprovado como substitutivo (projeto alterado pelo relator, deputado Alceu Moreira) em 11 de fevereiro de 2015.

É fato que o projeto aprovado na Câmara traz avanços em relação às atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) com patrimônio genético, retirando a necessidade de anuência prévia do proprietário da terra onde se obteve o componente do patrimônio genético e de autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), o que agilizará enormemente a pesquisa no país. As atividades de P&D poderão ser iniciadas e, antes da remessa de amostra de patrimônio genético, do requerimento de qualquer direito de propriedade intelectual, da divulgação dos resultados, parciais ou finais, em meios científicos ou de comunicação, ou da comercialização de produto intermediário desenvolvido em decorrência do acesso, o pesquisador deverá realizar o cadastro das suas atividades por meio eletrônico. Isto se deve, em parte, à mudança do conceito do projeto, estabelecendo que o patrimônio genético é “bem de uso comum do povo”, e que a União será a única provedora e gestora de tal patrimônio, e não mais o titular da terra. Outro avanço do projeto aprovado foi a inserção, em seu escopo, dos recursos genéticos para alimentação e agricultura. Na proposta encaminhada pelo executivo, esses recursos estavam fora do escopo do projeto. Ficariam ainda no âmbito da MP 2186-16/2001, o que deixaria a pesquisa agrícola sob as velhas regras burocráticas. Também

se considera um avanço a mudança na composição do CGen, incluindo como membros efetivos plenos os representantes da comunidade científica, empresas, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, criando um espaço de negociação e de controle social.

No entanto, o texto aprovado pelos deputados, ao tratar de conhecimentos tradicionais, desrespeita claramente os direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, como também traz uma série de novos conceitos difíceis de serem aplicados na prática. Além disso, o projeto também abriu a possibilidade de que pessoa jurídica estrangeira realize atividades de P&D sem estar associado a uma instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, ponto fortemente criticado pela SBPC, pois, além de ameaçar a soberania nacional e colocar em risco os interesses nacionais, não estimula a parceria internacional e a cooperação científica e tecnológica, a apropriação do conhecimento gerado sobre a biodiversidade brasileira, como também vai na contramão de programas nacionais, como o de internacionalização da educação e da ciência brasileira.

Já no Senado, a proposta aprovada na Câmara tramita, concomitantemente, em cinco comissões, como PLC 2/2015. O projeto recebeu 116 emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), além de outras nas demais comissões. Dos cinco relatores, os senadores Jorge Viana, Douglas Cintra e Telmário Mota alteraram a proposta da Câmara, aperfeiçoando o texto com a incorporação de demandas dos grupos que não participaram da discussão no âmbito do executivo. Mas o plenário terá ainda que

analisar e votar os relatórios. Se os senadores aprovarem alterações no texto da Câmara, o projeto volta a ser analisado pelos deputados, somente no que se refere às alterações do Senado. Se aprovado como veio da Câmara, vai para sanção presidencial, e aí teremos uma nova legislação, que necessitará ser regulamentada em diversos pontos para que seja implementada.

Uma das críticas mais recorrentes em relação à proposta do executivo foi a de que, no processo de elaboração, o governo priorizou a participação das empresas, o que refletiu em um texto com claros interesses empresariais e, ao mesmo tempo, que o texto ignorou os interesses dos provedores de conhecimentos tradicionais associados, além de ferir direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais assegurados em tratados internacionais dos quais o Brasil é parte, como a CDB e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre povos indígenas e tribais. E, ao encaminhar a proposta para o legislativo em regime de urgência, o governo insistiu no equívoco de coibir o debate de forma mais ampla com a sociedade brasileira.

Só o tempo nos dirá se a nova legislação promoverá a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira e do conhecimento tradicional associado, de modo a gerar, como se anuncia, benefícios efetivos para serem repartidos. É o que todos esperam.

Beatriz de Bulhões Mossri é doutoranda em política científica e tecnológica na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora de políticas e gestão da biodiversidade no UniCeub e interlocutora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no Congresso Nacional.



30 ANOS DO MCTI

Estabilidade e responsabilidade na política de inovação são principais marcas

Nas eleições para governador do Maranhão, em 1965, o candidato Renato Archer, do PTB, partido próximo dos movimentos trabalhistas, foi derrotado pelo candidato José Sarney, da UDN. Um mês depois, o governo militar, descontente com os resultados eleitorais, extinguiu os dois partidos. Sarney foi para a Arena, mais próximo do governo; Archer, para o MDB, da oposição possível naquele momento. Vinte anos mais tarde, Tancredo Neves foi eleito, de modo indireto, para presidir o Brasil. Seu vice era José Sarney. Tancredo prometera, durante a campanha, fortalecer a ciência no Brasil. Não havia melhor nome para o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) que ele pretendia criar do que Renato Archer. Tancredo morreu pouco depois das eleições, Sarney tornou-se presidente, e, com o ministério criado, Archer foi escolhido para ser o ministro de Ciência e Tecnologia. Assim, a Nova República acabou colocando Sarney e Archer do mesmo lado. A convivência dos antigos adversários políticos, no entanto, foi um desafio menor do que consolidar o ministé-

rio recém-criado em um cenário de grandes dificuldades na economia.

Para o governo democrático que assumia, havia a imensa tarefa de acertar as contas deixadas pelos militares. Logo nos primeiros meses após tomar posse como presidente, Sarney lançou o Plano Cruzado, que resultou no controle temporário da inflação e aumentou o salário real. Houve certa euforia popular, que não durou muito. Na sequência, uma combinação de más políticas com planos econômicos mal sucedidos gerou um cenário devastador, com hiperinflação, Estado fortemente endividado e contas externas insustentáveis.

Nesse cenário, o MCT não era prioridade da distribuição orçamentária do governo. Nem uma sala própria para o ministro havia. O MCT passou um tempo em um espaço improvisado. A falta de verbas para a ciência no Brasil não era, contudo, grande novidade. Entre 1871 e 1882, por exemplo, o astrônomo francês Emmanuel Liais, que dirigiu o Imperial Observatório do Rio de Janeiro, queixou-se seguidas vezes aos ministros do Império sobre os limitados recursos financeiros para comandar a instituição e da falta de mecanismos para divulgar os resultados ali obtidos. Quase um século depois, a situação não melhorara muito. Ao ser criado, o orçamento do MCT era de pouco mais de 2 trilhões e meio de cruzados, um dos menores orçamentos ministeriais.

Além disso, 36% desse montante já estava comprometido com pagamento de pessoal.

CREDIBILIDADE Apesar da falta de dinheiro, uma mudança importante aconteceu com a vinculação ao novo ministério da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dando início, assim, a uma política nacional mais efetiva de ciência e tecnologia. Durante o período agudo de repressão e censura do governo militar, não havia um órgão centralizador da política de C&T. Boa parte das diretrizes vinha da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que não tinha livre trânsito no governo ditatorial. A criação do MCT, tendo Renato Archer como ministro, homem que gozava de credibilidade junto à comunidade científica, resultou em uma aproximação dessa comunidade do centro decisório da política federal de C&T.

Essa política, porém, não deslançou de imediato. Archer perdeu batalhas importantes pela melhora da condução das diretrizes para C&T. Por exemplo, apesar de acreditar que a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) deveria estar subordinada ao MCT, e que sem o órgão não seria possível fazer uma adequada política tecnológica nacional, a STI permaneceu subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio.

Divulgação



Laboratório Nacional de Luz Síncrotron é um dos maiores projetos do MCTI

Em um percurso de idas e vindas e sempre com orçamento apertado, o MCT definiu os primeiros contornos para uma política de ciência e tecnologia, priorizando áreas como biotecnologia e química fina, além de aumentar o número de bolsas concedidas a pesquisadores. Outro importante avanço foi obtido na cooperação internacional com países do Sul. Foi graças ao MCT e a Archer que o Brasil firmou um acordo com a China para o programa CBERS (China-Brazil Earth Satellite Resources), marco fundamental para as relações Sul-Sul da política externa nacional e que ainda hoje colhe resultados.

Conquista igualmente importante foi obtida em 1985, após uma missão de cientistas brasileiros fazer estágio de 3 meses no Stanford Linear Accelerator Center (SLAC), nos Estados Unidos. A partir dessa missão começou a ser idealizado o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS). Alguns meses mais tarde, em janeiro de 1986, o governo federal deu parecer favorável

à implementação do projeto e onze anos mais tarde, em 1997, em Campinas (SP), o LNLS foi inaugurado e continua sendo, até hoje, o único laboratório desse tipo em toda a América Latina, recebendo anualmente diversos pesquisadores de múltiplas áreas. Hoje o LNLS integra o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), responsável pela gestão de outros três laboratórios de referência nas áreas de biociências, bioetanol e nanotecnologia.

INSTABILIDADE Ainda assim, o MCT continuou desvalorizado pelo governo. Seja pela crise econômica que se alastrava ou por pressões políticas internas, não havia suficiente apoio para a pasta, que vivia entre a precariedade e a instabilidade institucional. Entre 1985, ano de sua criação, e 1992, período que compreende os governos de Sarney e de seu sucessor Fernando Collor de Mello, o ministério teve nove titulares. Já entre 1992 e 2015, após o início do governo de Itamar Franco e até o presente momento, 10 ministros assumiram a pasta.

Mais grave do que a rotatividade de ministros, contudo, foi a mudança de situação do próprio ministério. Após ter sido fundido ao Ministério

do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em 1989, durante uma reforma ministerial desastrosa conduzida pelo governo Sarney, e depois ser transformado em uma secretaria, o MCT voltou a existir no mesmo ano. Um ano depois, já no governo Collor, devido a uma política drástica de corte de gastos governamentais, foi novamente extinto. Ressurgiu apenas em 1992, no governo Itamar Franco, por meio de uma medida provisória.

Assim, somente a partir da década de 1990, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, o MCT passa a contar com maior apoio do governo. No segundo mandato de FHC, por meio de ampla mudança regulatória e, sobretudo, do mecanismo de financiamento de fundos setoriais, a inovação passou a ser de responsabilidade do ministério. Isso ocorreu em sintonia com o que se passava em outros países do mundo, que davam maior importância à atividade inovativa.

Os fundos setoriais representaram uma mudança importante ao direcionar investimentos em CT&I a setores considerados estratégicos, como por exemplo, o de petróleo, agronegócio, biotecnologia e transporte. Administrados pela Finep, eles utilizam recursos oriundos de receitas vinculadas por leis específicas, favorecendo um tipo de apoio de longo prazo, voltado para o setor produtivo e para o desenvolvimento econômico.



POLÍTICA PARA INOVAÇÃO No governo Lula, a diretriz fortemente voltada para a inovação não foi alterada e leis importantes para a inovação foram criadas. Entre elas, a Lei da Inovação (2005) e a Lei do Bem (2006), que, se não lograram alterar profundamente números relativos à atividade inovativa no Brasil, no mínimo deram consistência jurídica e trouxeram avanços na área. Os avanços relativos à inovação continuaram no primeiro mandato do governo atual. O MCT teve até mesmo seu nome mudado para Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

No presente momento, o país passa, contudo, por outro período de turbulência econômica. A situação, porém, é bastante distinta daquela dos governos Sarney e Collor. Fortalecido desde o governo Itamar Franco, o MCTI já tem autonomia suficiente, legal e de fato, para sustentar a política de ciência, tecnologia e inovação nacional. Apesar dos contingenciamentos orçamentários aos quais o ministério possa ser submetido, a importância dessa pasta na condução de uma política para ciência e tecnologia parece estar consolidada, afastando, assim, todos os riscos de sua extinção. No marco de seus 30 anos, a principal discussão é como ampliar suas ações em um momento de orçamento restrito.

Ricardo Manini

SAÚDE PÚBLICA

70 anos de fluoretação da água de abastecimento público requer debate

Em 1945, Grand Rapids, no estado do Michigan, nos Estados Unidos, tornou-se a primeira cidade no mundo a receber água fluoretada artificialmente. A medida reduziu em 50% a incidência de cáries. Setenta anos depois, o programa de fluoretação encontra resistência, sobretudo em relação às quantidades adequadas que devem ser adicionadas e controladas para produzir os efeitos desejados. No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008, apontou que 60,6% dos municípios agregam flúor “em concentração adequada, à água destinada ao abastecimento público, com o objetivo de prevenir a cárie dental”. Não existe, no entanto, um sistema de consulta público da concentração de flúor na água de abastecimento. Segundo dados da Sociedade Britânica de Fluoretação o Brasil é a segunda nação com maior cobertura de flúor na água, depois dos Estados Unidos.

PROGRAMA DE FLUORETAÇÃO No Brasil, a cidade de Baixo Gandu (ES) foi a primeira a fluoretar a água em 1953, mas apenas em



Under construction é obra da Art 4 your practice

1974 a fluoretação se tornaria obrigatória, através da Lei Federal nº 6050, regulamentada por decreto um ano depois. A Portaria do Ministério da Saúde nº 635/BSB (1975) estabelece que, de acordo com as médias das temperaturas máximas diárias de cada localidade, variando entre 10°C e 32,5°C, a concentração de flúor deve variar entre 0,6 e 1,7 partes por milhão (ppm). Em 2011, a concentração máxima de flúor foi alterada para 1,5ppm, equivalente a 1,5 miligramas de flúor por litro de água, através da Portaria nº 2.914 do Ministério da Saúde. Na América do Sul e na Europa, a maioria dos países que possui fluoretação da água, permite no máximo 1,5ppm

de flúor, enquanto nos Estados Unidos, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos recomendou em 2011, a concentração de 0,7ppm.

EFEITOS DO EXCESSO Claudio Miyake, presidente do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo (Crosp), em entrevista para o site do conselho (23/01/2015), explica que “a correta quantidade de flúor aplicada na água combate a formação de cáries. Teores de flúor baixos não reduzem cáries. Teores altos, por sua vez, são igualmente prejudiciais, podendo levar à fluorose, prejudicando a formação dentária”. A fluorose é visível no esmalte dos dentes sob a forma de manchas brancas e em casos mais severos, manchas castanhas. Jaime Aparecido Cury, professor titular de bioquímica da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), esclarece que “a cárie não é provocada pela falta do flúor, mas o flúor é o único agente ou substância conhecida que é capaz de controlar a progressão das lesões da doença”. Os últimos dados disponíveis sobre os índices de cárie, apresentados pelo Ministério da Saúde, indicam uma melhora no percentual de crianças com 12 anos sem incidência de cárie, de 31% em 2003 para 44% em 2010. Estão em condição desfavorável as crianças que vivem em famílias de menor

renda, fato que coincide com a dificuldade de acesso ao sistema de tratamento de água. A média de dentes cariados nessa faixa etária foi 49% superior em pacientes sem acesso à água fluoretada.

CONTROVÉRSIA No Brasil, o Projeto de Lei (6359/2013) de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) aguarda parecer do relator na Comissão de Seguridade Social e Família e quer revogar o uso de flúor na água de abastecimento público. No texto do projeto, Bezerra argumenta que a fluoretação da água de abastecimento público é “economicamente injustificável, pois apenas uma pequena parcela dela é ingerida” e defende que o flúor tem mais benefícios quando usado topicamente. De acordo com a Fluoride Action Network, uma organização internacional que se opõe à fluoretação, há três razões para suspender a adição de flúor à água de consumo: o flúor é uma medicação; sua ação é tópica e não sistêmica; e sua adição seria responsável pela fluorose dentária, alterações nos ossos, cartilagens e cérebro. Vários estudos longitudinais, porém, ainda não conseguiram chegar a uma conclusão definitiva sobre os efeitos adversos, e mesmo aqueles que encontram uma

possível associação sugerem novas pesquisas para confirmar os dados. Atualmente, grande parte da população brasileira tem acesso ao flúor não somente via água de consumo, mas através de cremes dentais e alimentos. Porém, a múltipla exposição às concentrações variadas de flúor não alterou o status de cronicidade da cárie.

CONTROLE Um estudo investigou a concentração de flúor em 40 cidades paulistas, com fluoretação natural ou artificial. A pesquisa publicada no *Journal of Applied Oral Sciences* (vol.21, no.1, 2013), determinou que apenas 51,5% das cidades avaliadas possuem concentração adequada de flúor. Os resultados parciais, divulgados em janeiro deste ano no site do Crosp, indicam que uma em cada quatro amostras apresenta teor inadequado de flúor na água. Essas falhas podem começar a ser corrigidas através do projeto multicêntrico Vigiflúor, que está coletando dados sistemáticos sobre a fluoretação em municípios de médio e grande porte demográfico em todo o país. Os dados gerados pelo projeto terão acesso público. Todos esses projetos em diversas fases de desenvolvimento desenharam um mapa mais preciso da condição de fluoretação da água de consumo no Brasil.

Simone Caixeta de Andrade



MUSEU ITINERANTE

A divulgação científica na malha rodoviária

A exposição com as esculturas hiperrealistas do escultor australiano Ron Mueck, encerrada em fevereiro deste ano, na Pinacoteca do Estado de São Paulo, registrou a marca de 402.119 visitantes. O Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, bateu seu recorde de público, quase um milhão de pessoas, com as pinturas do pintor catalão surrealista, Salvador Dalí, no ano passado. Os dois casos, porém, são exceções no cenário brasileiro. Segundo a Pesquisa de Percepção Pública da Ciência 2010, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), apenas 14,1% do público entrevistado afirmou ter visitado um museu de arte no ano anterior à pesquisa. Um número ainda menor de pessoas, 8,3%, visitou museus ou centros de ciência e tecnologia.

A importância dos museus na formação cultural das pessoas é indiscutível. Da mesma forma, os museus e centros de ciência são fundamentais para compreender o papel da ciência, tecnologia e inovação na sociedade e para despertar o interesse pelo conhecimento científico. O que fazer, no entanto, se o hábito de visitar museus de ciência ainda é in-

cipiente? Ora, se as pessoas não vão aos museus, eles podem ir até elas. Isso é o que fazem os museus itinerantes e os projetos de ciência móvel que têm crescido no Brasil nos últimos anos. Hoje, já são 32 projetos, dentre eles o Ciência Móvel, da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro e a Oficina Desafio, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, em São Paulo), ambos iniciados em 2006. No ano seguinte teve início a Caravana da Ciência, da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cecierj) e, mais recentemente, começou a circular o Museu Itinerante Ponto UFMG, da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2012, e o Museu Itinerante, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, Inmetro, também no Rio de Janeiro, em 2014.

CIÊNCIA MÓVEL Os projetos de ciência móvel e museus itinerantes surgiram como alternativa para enfrentar o desafio de descentralizar a divulgação científica nos núcleos urbanos.

No Brasil, o centro de ciência pioneiro em termos de itinerância foi o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), com a iniciativa “O Museu vai à Praia”, em 1987, no Rio de Janeiro. O primeiro projeto que adquiriu uma carreta – para, além de transportar a exposição científica, ser adaptada para se transformar em um espaço de exposição –, foi o Projeto de Museu Itinerante (Promusit), criado no Rio Grande do Sul, em 2001, pelo professor Jeter Bertoletti, do Museu de Ciência e Tecnologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O Promusit estimulou a criação de outros projetos no país. Em 2004, o edital “Ciência Móvel”, lançado pela Academia Brasileira de

Divulgação UFMG



Caminhão da UFMG comporta seis ambientes de exposição



Ciências e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, marcou a institucionalização da ideia no país. Naquela ocasião, oito projetos dos estados do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo foram contemplados e adquiriram veículos. A partir daí, novos projetos têm sido implementados, utilizando carretas, ônibus, vans e micro-ônibus, especialmente adaptados e equipados. Rompendo os limites dos museus convencionais, eles chegam às periferias das grandes cidades, zonas rurais e cidades de portes pequeno e médio, estacionam nas praças e escolas, montam suas exposições e estimulam crianças, jovens e adultos a conhecer e se interessar pelo universo científico.

A Caravana da Ciência, por exemplo, atendeu, em sete anos de itinerância nos bairros, comunidades da cidade do Rio de Janeiro e outros 40 municípios do estado, 260 mil alunos agendados, fora o público espontâneo. O Ciência Móvel, que já percorreu 77 cidades da região Sudeste do país, recebe, por ano, aproximadamente 80 mil pessoas. Esses projetos fazem, em média, 20 saídas anuais e permanecem por volta de cinco dias em cada localidade.

ALTO CUSTO Apesar de estarem na estrada com tanto fôlego há alguns anos, as unidades móveis ainda enfrentam desafios. Um deles é o alto custo financeiro que esses projetos representam para suas instituições

que, originalmente dedicadas à pesquisa e ao ensino, muitas vezes não estão preparadas para atender à demanda específica da divulgação científica. A cada saída, é necessário reparar, trocar, pintar partes dos experimentos interativos da exposição que estragam e quebram por causa da manipulação dos visitantes e da rotina de montagem e desmontagem. A manutenção e o seguro dos veículos também têm custo alto por conta da frequência com que estão na estrada.

APROXIMAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E PÚBLICO

Outro desafio é a atualização das exposições e da abordagem comunicativa. O ideal é criar exposições mais dialógicas que propiciem canais de debate entre a ciência, a tecnologia e a sociedade, que discutam várias áreas da ciência, e não apenas as áreas da física, química e biologia e que tragam pesquisas que estão sendo desenvolvidas atualmente nas instituições brasileiras. Um bom exemplo é o Museu Itinerante Ponto UFMG, que apresenta um estudo sobre antropologia antártica, desenvolvido na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas dessa universidade.

Os museus e centros de ciências itinerantes também estão sendo desafiados a intensificar cada vez mais a relação museu e escola, principalmente com os professores. Visando minimizar a distância com o público, os projetos têm desenvolvido atividades que vão além da exposição e iti-

nerância. O Museu Itinerante Ponto UFMG realiza, há dois anos, a Feira Brasileira de Colégios de Aplicação e Escolas Técnicas (Febrat), além de produzir materiais didáticos, vídeos e jogos que são disponibilizados nas suas viagens e podem ser baixados gratuitamente na sua página na internet (www.museu.cp.ufmg.br).

A Caravana da Ciência, por sua vez, tem buscado integrar o público em produções criativas por meio dos concursos de literatura e de fotografia, que, este ano, têm como tema a luz, para comemorar o Ano Internacional da Luz, declarado pela Unesco. Ambos os projetos, também, desenvolvem pesquisas na área de divulgação científica e oferecem programas de formação de divulgadores de ciência, buscando capacitar e formar, nas cidades visitadas, uma *expertise* local e multiplicadora.

PÉ NA ESTRADA As unidades móveis de ciência e tecnologia têm um papel fundamental no aprimoramento da cultura científica e na percepção pública sobre o papel da CT&I no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Entretanto, elas ainda são insuficientes face à demanda brasileira. As recentes experiências precisam ser aperfeiçoadas e multiplicadas de modo a criar, nos próximos anos, uma malha rodoviária de divulgação científica em todo país.

Jessica Norberto Rocha

MUN



Imagens: Reprodução

Hashima, uma ilha no Japão, há 15 km da de Nagasaki, era usada para extração de carvão e foi abandonada em 1974

CIDADES FANTASMAS

Fatores distintos, como eventos naturais ou crises econômicas e sociais, podem esvaziar uma cidade

O filme *Tomates verdes fritos*, produção norte-americana de 1991, se passa em uma cidade fantasma Whistle Stop, no estado do Alabama, Estados Unidos. Embora Whistle Stop seja uma criação do cinema, as cidades fantasmas existem na vida real e há exemplos em todos os cantos do planeta. É o caso de Detroit, nos Estados Unidos, Pryipat (Ucrânia), Ouradour Sur Glâne (França), Gunkanjima (Japão), Kolmanskop (Namíbia), Epecuén (Argentina), Humberstone (Chile), e Fordlândia (Brasil). Segundo José Eustáquio Diniz Alves, professor da Escola

Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE), são muitos os fatores que podem transformar um local em cidade fantasma. “A história da humanidade está repleta não só de cidades mas também de civilizações que desapareceram devido às crises econômicas, sociais e ambientais”. Para Fabrício Gallo, professor do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento da Universidade Estadual Paulista (Unesp), tanto os eventos naturais, como grandes secas ou terremotos, quanto as ações antrópicas podem ser os motores desse processo. Ele destaca,

no entanto, que é difícil comparar situações distintas entre países. “As realidades e motivos que levaram cada localidade a ser considerada ‘fantasma’ são bem diferentes. Inclusive, na forma como o Estado pode intervir ou não para mudar essa realidade. Por exemplo, a França é um país unitário, por isso o governo central, se quiser, pode injetar recursos financeiros em Ouradour Sur Glâne para melhorar os acessos a essa cidade, que é mantida em ruínas para preservar a história daqueles que morreram na Segunda Guerra Mundial”. No Brasil, por ser uma federação, isso não acontece. “A administração local de um município como Aveiro, no Pará, pode ou não investir na área de Fordlândia. Entretanto, em geral, esses recursos são insuficientes e há a dependência de recursos do estado e da União, ou seja, há a necessidade de uma articulação



Notícias do Mundo

para obtenção do dinheiro para transformar um lugar”, compara Gallo.

GUERRA DE LUGARES O tipo de atividade econômica também deve ser considerado. “Creio que o grande capital tem poder de ação na escala das cidades, que pode impor e determinar que tipo de atividade econômica será exercida naquele ponto do planeta. Algumas correntes da geografia chamam isso de especialização funcional dos lugares, capaz de criar sinergias entre as empresas instaladas no lugar e, com isso, potencialmente fazer a atividade produtiva florescer”, analisa. Porém, caso não ocorra a prosperidade econômica esperada, toda uma cidade pode deixar de ser atraente ao capital e ser abandonada.

“O poder de ação das grandes empresas internacionais na escala dos lugares é muito elevado. O que se tem que levar em conta é que a escolha da implantação de um empreendimento atende uma lógica. Se um dia essa lógica mudar, o lugar originalmente escolhido pode ser abandonado para ser substituído por outro mais atrativo – é o que chamamos, também, de guerra dos lugares”, explica.

É difícil traçar o futuro da população que foi obrigada a deixar uma cidade fantasma. “A população pode ter uma redução da qualidade de vida se não conseguir se inserir produtivamente em outro lugar ou pode ter uma melhor qualidade de vida se for

para uma cidade que ofereça melhores perspectivas”, conta Alves. No mesmo sentido, Gallo concorda que não há como prever tal condição. “Se uma população saiu de um lugar (que deixou de ser atrativo) ela pode ter encontrado condições melhores em outros pontos. Neste caso, o retorno será pouco provável”.

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL As cidades fantasma podem ter um lado benéfico. “Do ponto de vista ecocêntrico pode ser um grande avanço para as demais espécies vivas do local. Há vários exemplos de civilizações e cidades que desapareceram e o meio ambiente se recuperou rapidamente dos danos causados pelas atividades antrópicas”. Exemplo disso é Igatu, na Chapada Diamantina (BA), uma cidade fantasma que já foi povoada por garimpeiros e familiares em busca de diamantes, mas hoje é um destino turístico. “O fim das atividades mineradoras foi ótimo para o meio ambiente. Em geral, as atividades de garimpo e mineração degradam muito a natureza. Entretanto, o turismo, se não for bem controlado e planejado, também pode ter impacto degradador. Ecossistemas ricos, como o da Chapada Diamantina, deveriam ficar o mais longe possível dos efeitos deletérios da atividade humana”, opina Alves.

Patricia Piacentini

Reprodução



Imóvel abandonado em Detroit

DETROIT – PROCURA-SE VIZINHOS!

Detroit, nos EUA, que já concentrou gigantes da indústria automobilística, como Ford e General Motors, está abandonada. A cidade viveu seu auge durante e logo depois da Segunda Guerra Mundial. Sentiu a decadência nos anos 1970, principalmente pela concorrência com as indústrias japonesas. A hoje falida Detroit viu sua população decair drasticamente e virou um cenário com milhares de imóveis vazios e deteriorados. Tanto o setor industrial como a área residencial foram gradativamente esvaziados. Em 2014, a prefeitura passou a leiloar imóveis com o objetivo de repovoar a cidade. Acesse o site Building Detroit: <http://www.buildingdetroit.org>

MUN

LIVRE DE AGROTÓXICOS

Crise impulsionou criação de modelo sustentável na agricultura de Cuba

Um modelo de agricultura que maximiza o uso de produtos ecologicamente corretos, minimiza o uso de agrotóxicos e pesticidas químicos, recicla os compostos orgânicos, promove o uso adequado de biofertilizantes e enfatiza o uso sustentável dos recursos biológicos. Parece utopia, mas não é. Este é o modelo de agricultura adotado em Cuba desde meados da década de 1980, quando o país teve que modificar sua produção agrícola após uma grave crise econômica, que colocou em risco a segurança alimentar da população, cuja ingestão de calorias chegou a cair quase 65%. O governo cubano buscou, então, formas alternativas para aumentar a produção de alimentos. Assim, incentivou o cultivo em qualquer espaço vazio nas cidades: pátios, praças e casas abandonadas passaram a ser tomados por hortas. O governo ainda permitiu que famílias ou cooperativas utilizassem terrenos públicos de graça para produzir



Reprodução Ipec

Terrenos públicos nas cidades cubanas foram aproveitados para o plantio de hortas

alimentos e forneceu auxílio técnico, sementes e ferramentas a um custo mínimo. Além disso, incentivou as instituições públicas a se envolverem na agricultura – escolas, hospitais, asilos e até fábricas passaram a plantar hortas. Foi assim que surgiram os “organopônicos”, hortas em espaços públicos produzidas por cooperativas e famílias. “Em resposta a essa situação de crise, iniciou-se um processo de transformação das relações de produção, o que possibilitou o desenvolvimento das forças produtivas. Entre as medidas adotadas está a criação das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC)”, explica a

bióloga Lilliam Otero, pesquisadora da área de produção vegetal da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e ex-pesquisadora do Instituto de Investigações em Fruticultura Tropical, de Cuba. Entretanto, por conta do embargo econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba, essas hortas urbanas não podiam contar com insumos como agrotóxicos ou fertilizantes para garantir sua produtividade. Assim, as famílias e cooperados tiveram que buscar outras soluções. Restos de comida são usados para produzir compostos que alimentam minhocas usadas para produção



Notícias do Mundo

de húmus. Já o controle de pragas é feito utilizando recursos biológicos. Algumas cooperativas criam joaninhas e louva-deus e até utilizam bactérias para combater alguns insetos, além de produzir inseticidas naturais extraídos do alho e da cebola para controlar fungos e doenças das plantas. As hortas chegam a produzir mais de 50 tipos de produtos, entre vegetais, frutas, plantas medicinais e ornamentais. Hoje, há mais de 10 mil hortas urbanas em Cuba. “Existem várias modalidades de produção de agricultura urbana em Cuba: organopônicos, hortas intensivas, pátios, parcelas etc. Os organopônicos e hortas intensivas constituem as modalidades mais destacadas nos últimos anos em todo o país, contribuindo de maneira significativa para o resgate do acervo hortícola, sendo considerado um exemplo de como se deve acionar, de forma conjunta, os cientistas e os produtores”, apontam Adriana Maria de Aquino e Renato Linhares de Assis, pesquisadores do Embrapa Agrobiologia, no artigo “Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia”.

O PASSADO NO PRESENTE Mas as mudanças não ocorreram apenas nas cidades. O campo também teve

que mudar seu modo de produção. Os agricultores tiveram que diminuir a utilização de insumos químicos e buscar agentes de controle biológico integrados, desenvolver procedimentos para recuperar energia e melhorar a disponibilidade de espécies de planta (especialmente as nativas). Um exemplo dessas mudanças foi a adoção de equipamentos com tração animal (como o boi), utilizados para arar, fertilizar o solo e que ainda podem entrar nos campos quando a terra está muito molhada, no lugar dos tratores. “A crise econômica na qual Cuba mergulhou tornou necessária a revitalização de antigas práticas. Por exemplo: em Cuba, o conceito de ‘conuco’ significa tradicionalmente uma pequena parcela agrícola ou horta típica da estratégia alimentar familiar. Essas práticas foram então acolhidas, resgatadas, apoiadas e estimuladas pelas ações de instituições estatais, científicas, não governamentais etc.”, explicam Mario González Novo e Gunther Merzthal, da Rede Latino-Americana de Pesquisas em Agricultura Urbana, do Peru. Todas essas mudanças foram deflagradas pela crise que atingiu o país em meados de 1980. Até então, Cuba copiava o modelo soviético na

agricultura: os sistemas agrícolas no país estavam fortemente “industrializados”. A ilha caribenha estava entre os países que mais utilizavam tratores e fertilização nitrogenada no mundo. Além disso, o país pouco diversificou sua produção agrícola durante as décadas anteriores. A maior parte dos insumos agrícolas e produtos alimentícios eram importados. Quando o regime socialista começou a entrar em crise e com a ampliação do embargo comercial, no governo do presidente Bill Clinton, na década de 1990, a entrada de insumos agrícolas passou a ser dificultada. Com a queda da União Soviética – principal fornecedora de alimentos, combustíveis e insumos agrícolas – a crise se agravou e tanto a produção agrícola como a disponibilidade de alimentos caíram a níveis alarmantes. “O fim dessa cooperação teve um impacto muito negativo na economia do país. As importações cubanas diminuíram 70% entre 1989 e 1993”, diz Otero. “Outro fator que influenciou foi a expansão das medidas econômicas, como a Lei Torricelli, que proibia o comércio entre Cuba e filiais de empresas norte-americanas estabelecidas em outros países, criava sanções aos países que concedessem

MUN

assistência econômica a Cuba, impedia que empresas norte-americanas pudessem importar produtos com matérias-primas cubanas e proibia a venda para Cuba de mercadorias produzidas em outros países que tivessem mais de 10% de matérias-primas de origem norte-americana”, complementa.

SUPERAÇÃO A crise, no entanto, somente agravou um cenário extremamente vulnerável, cujo modelo de produção agrícola já vinha dando sinais de impacto negativo na economia, na sociedade e na natureza, atestados pelo alto nível de desflorestamento, salinização, erosão e perda da fertilidade dos solos. Estava cada vez mais evidente que aquele modelo de agricultura não gerava autonomia ao país e que a dependência de insumos importados devia ser reduzida. Além disso, a complexa estrutura de pesquisa agrícola não era muito eficiente. “Para acelerar os processos de inovação e transmissão de experiências, adotou-se a metodologia ‘de agricultor para agricultor’. Devido à grande receptividade que esse método teve, foi proposta a integração e o desenvolvimento de um ‘Movimento Nacional de Produtores Agroecológicos’”,

conta Otero. Paralelamente, a pesquisa agrícola também foi incentivada. Centros de pesquisa, capacitação e fomento foram criados e o governo criou o Grupo Nacional de Agricultura Urbana (Gnau), composto por pesquisadores e produtores, com o papel de elaborar estratégias produtivas calcadas nos princípios da agroecologia. Uma década depois do início da crise, a agricultura cubana duplicou sua produção e a disponibilidade de alimento retornou a níveis aceitáveis. Com isso, Cuba deu um passo importante rumo à soberania de seu sistema de produção e fornecimento de alimentos.

DESAFIOS A recuperação econômica de Cuba e a abertura comercial, no entanto, podem ameaçar esse sistema. Muitas empresas já demonstraram interesse em se estabelecer na ilha ou reatar as relações comerciais, o que pode acabar influenciando o retorno às práticas intensivistas e industrializadas. Hoje, o país importa cerca de 50% dos alimentos de que necessita. “A diversificação, a descentralização e a busca pela autosuficiência alimentar são tendências fundamentais

da agricultura cubana. Porém, essas tendências devem ser sistematicamente promovidas pelas instituições científicas e pelas organizações políticas para garantir que o setor agrícola contribua significativamente para uma economia viável. Se a recuperação econômica se converte num pretexto para regressar às velhas práticas, então tudo o que se alcançou nos últimos anos sofrerá um impacto negativo”, alerta Otero. Na opinião de Otero, o exemplo cubano demonstra que um modelo sustentável de agricultura é possível e também necessário, especialmente para os países de menor renda. Mas essas mudanças exigem uma decisão consciente e um esforço coletivo para se consolidarem. “A verdade é que não existem receitas prontas. Se o modelo cubano não pode simplesmente ser exportado para outro país, ele pode servir de exemplo. Sempre que houver vontade política em correspondência com os princípios de conservação, é possível desenvolver um modelo menos dependente de insumos químicos externos e isto é o melhor ensinamento que Cuba pode dar”, finaliza.

Chris Bueno



Notícias do Mundo

MUSEU DE CIÊNCIA

Museu de Londres eleva o debate sobre ciência contemporânea e é campeão de público

Um museu de ciência gratuito que traz atrações interativas com o público, expõe questões éticas, falhas, inovações, a dimensão histórica, a ciência ainda em construção, bem como questões que estão nos noticiários. Estes fatores talvez justifiquem o sucesso do Museu de Ciências de Londres que, apenas em 2014, recebeu 3,34 milhões de visitantes, fato que o coloca entre as atrações mais populares da capital inglesa e como o segundo museu de ciências mais visitado no mundo.

Seu modelo de gestão garantiu em 2014 um orçamento de, impressionantes, 78,9 milhões de libras (cerca de R\$394,5 milhões) para o Science Museum Group, que administra cinco museus ingleses (Museum of Science and Industry, National Railway Museum, NRM Shildon e National Media Museum). "Nós não ensinamos nosso público sobre ciência. Ele quer aprender, mas de modo surpreendente e criati-

vo", afirma Ian Blatchford, diretor da instituição, que nos últimos anos quer atrair mais adultos. "É importante elevar o nível do conhecimento científico para o público", defende.

O museu investe fortemente em um corpo de especialistas e em pesquisa, para desenvolver novas estratégias nas exposições, voltadas para diferentes públicos, e fomentar pesquisas em outros locais. A instituição planeja inaugurar um novo centro de pesquisas no segundo semestre deste ano.

CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA É impressionante encontrar, ao longo de seus cinco andares de salas, não apenas a ciência produzida nos laboratórios, mas

aquela que está nos noticiários. Exemplo disso é a seção "Science Now" na qual é possível ver o kit que, movido à energia solar, consegue diagnosticar o ebola em apenas 15 minutos. Diante de um computador o visitante pode tirar dúvidas com o infectologista Ahmed Abd El Wahed, do German Primate Center, que manipula o kit, ou mesmo acessar as perguntas mais frequentes sobre a doença.

Na seção "Can your food control you", além da combinação entre arte e ciência ou do relato de pacientes reais sobre a privação na dieta alimentar – o que humaniza e aproxima o visitante dos debates propostos – há um convite para participar de um

experimento da Universidade de Reading no qual serão investigados os efeitos do consumo de diferentes pães na flora intestinal em pessoas com 18 a 55 anos.

A ética e os mitos da ciência são descortinados na seção "Who am I?", na qual é possível entender mecanismos da nossa memória, as origens dos sobrenomes, o sequenciamento do DNA, o reconhecimento visual de padrões e temas de saúde pública. O visitante vai se deparar com questões delicadas como o preconceito com pacientes HIV positivo e as verdades e os mitos em relação aos mo-



Germana Barata

Em dia normal, 10 escolas podem visitar o Museu de Londres



dos de contrair o vírus.

Outra característica que salta aos olhos é o destaque às contribuições de instituições de ensino e pesquisa, sempre referenciadas nas vitrines ao longo do museu. As universidades de Manchester, Oxford, Cambridge e Birmigham são algumas das envolvidas em resultados, invenções e produtos que contribuem para o avanço da ciência e tecnologia. Promove-se, assim, um senso de orgulho e credibilidade nas instituições, ao mesmo tempo em que visitante tem a chance de perceber que os resultados obtidos são fruto de intensa pesquisa, trabalho coletivo e dedicação, e não apenas de um momento de genialidade individual.

À parte das exposições e acervos, o



A ciência atual, em construção, já tem lugar no museu

museu ainda dispõe de uma loja que encanta pela variedade e criatividade dos produtos com motivos científi-

cos. Sem dúvida uma estratégia de marketing que gera renda, mas que contribui para tornar a ciência algo desejável, envolvente e divertido. A logomarca do museu em inúmeros itens pode ser ainda adquirida em lojas espalhadas por Londres.

Em 2014, 51% dos 3,3 milhões de visitantes estiveram em família, 13% eram estudantes, 36% adultos e 42% estrangeiros, dados que deixariam qualquer museu brasileiro com inveja. No Brasil, no mesmo ano, os dez museus mais visitados somaram 3,2 milhões de pessoas, sendo que o Catavento, museu de ciên-

cias inaugurado em 2009, se destaca em segundo lugar. Para o presidente da Associação Brasileira de Museus e Centros de Ciência (ABCMC), Carlos Wagner Costa Araújo, o país tem competência para fazer boas exposições, mas “é um desafio fazer novas mostras, principalmente porque a burocracia estatal atrapalha”, uma vez que a maior parte do financiamento é público. O resultado é que, muitas vezes, o acervo e as exposições não trazem novidades para os visitantes, o que acaba inibindo novas visitas.

Fundado em 1857, o Museu de Ciências de Londres deve, em 2016, inaugurar duas galerias novas destinadas à medicina e matemática.

OUSADIA TAMBÉM NA CIÊNCIA TEÓRICA E COMPLEXA

A exposição “Collider: making the invisible visible”, no final de 2014, mostrou os experimentos do maior acelerador de partículas do mundo (Large Hadron Collider - LHC), localizado em Genebra, na Suíça, e tinha um propósito ousado: falar sobre pesquisa básica, complexa e teórica, ao contrário do que a maioria dos museus de ciência aposta. O personagem central era o próprio acelerador, impressionante por suas dimensões físicas, pelo investimento financeiro e de recursos humanos. A inauguração da mostra contou com a presença do Prêmio Nobel de Física de 2013, Peter Higgs, que propôs a existência da partícula elementar (independentemente de François Englert, considerado co-descobridor) do bóson de Higgs, em 1964, e cuja existência foi confirmada em 2013 em experimentos realizados no LHC.

Germana Barata

DESLOCA ————— MENTOS SOCIAIS

ORGANIZAÇÃO

Bela Feldman-Bianco

Eduardo Domenech Daniel Hirata Adriana Piscitelli Laura Lowenkron Liliana Sanjurjo
Gabriel Feltran Adriana Vianna Ángela Facundo

APRESENTAÇÃO

DESLOCAMENTOS, DESIGUALDADES
E VIOLÊNCIA DO ESTADO

Bela Feldman-Bianco

Vivemos hoje num mundo globalizado caracterizado por intensos deslocamentos sociais e ecológicos, expulsões, brutalidade e precariedade da vida humana (1). Numa conjuntura marcada por um capitalismo corporativo altamente destrutivo, esses deslocamentos e expulsões refletem o surgimento de uma nova lógica de exclusão social que está ampliando as desigualdades e criando contingentes de despossuídos (2). Simultaneamente à predominância de ideologias e retóricas multiculturalistas ancoradas em “direitos humanos” e no humanitarismo, produzem-se categorias sociais e políticas de governança tecnocrata de securitização, criminalização e desumanização da pobreza.

No cenário atual, os movimentos de capital, signos e a comunicação virtual aparentam dissolver fronteiras, enquanto certos fluxos de pessoas, produtos e lugares são focos de políticas restritivas e de controle seletivo. Estimativas da ONU indicam que o número de deslocados transnacionais alcançou cerca de 300 milhões em 2011. Esse número torna-se ainda mais elevado quando adicionamos os cerca de 740 milhões de migrantes internos, muitos dos quais foram removidos por projetos desenvolvimentistas e interesses imobiliários no campo e nas cidades. Não por acaso, questões relacionadas à circulação de migrantes transnacionais, refugiados e solicitantes de refúgio são presentemente consideradas prioritárias nas agendas públicas de agências multilaterais e de governos nacionais. Igualmente, os deslocamentos internos, seja no que se refere à remoção de territórios ou de pessoas consideradas à margem do Estado, se tornaram foco de políticas locais e nacionais que refletem agendas multilaterais.

A compreensão desses processos e seus aparentes paradoxos requer novos olhares e paradigmas capazes de se contraporem à imanente fragmentação positivista que divide o conhecimento em diferentes campos e temas de estudos e reifica o Estado-nação. Assumindo esse desafio, apresentamos, neste Núcleo Temático, cinco artigos que, em seu conjunto, trazem à tona uma perspectiva global dos deslocamentos sociais como porta de entrada para se entender e expor os processos em curso (3). Quer seja examinando questões relacionadas às migrações transnacionais, deportações, tráfico de bens ilícito, tráfico de seres humanos, refúgio, desaparecimentos e assassinatos em favelas e periferias urbanas ou, ainda, em antigos regimes ditatoriais, procuramos discernir as relações entre essas diferentes mobilidades e imobilidades e a produção de desigualdades sociais. Buscamos, assim, lançar as bases comparativas para uma melhor compreensão de novas e antigas lógicas de exclusão social produzidas pelo capitalismo contemporâneo.

Esse paradigma foi elaborado a partir de uma série de simpósios internacionais que reuniram estudiosos cujas pesquisas históricas ou contemporâneas focalizaram diversos tipos e escalas dos deslocamentos sociais em várias partes do mundo, seja na América do Norte, América do Sul, Ásia, Austrália ou Europa (4). As análises e discussões sobre essas investigações indicaram a inseparabilidade entre deslocamentos, racialização, colonialismo, capitalismo e suas estruturas de dominação e desigualdades que transpassam os Estados-nações. Implicaram também na necessidade de teorizar raça e racismo focalizando um conjunto de atores diversos, sejam eles indígenas, afrodescendentes, imigrantes ou refugiados, entre outras categorias, que igualmente tendem a ser estudados separadamen-

te. Dado o protagonismo desses personagens, tornou-se essencial examinar as suas ações, reações e mobilizações sociais no que tange às ambiguidades entre acesso diferencial e exclusão aos direitos humanos e de cidadania. Como corolário, passamos a explorar as relações intrínsecas entre deslocamentos, desigualdades, securitização, militarização e violência de Estado e as mobilizações sociais, através de tempos e lugares.

Informado por esses diálogos transnacionais, este Núcleo Temático dedica atenção especial às relações entre deslocamentos, desigualdades e violência do Estado a partir da América do Sul e especialmente do Brasil. Através de abordagens históricas ou comparativas, os vários artigos visam decifrar as aparentes contradições entre humanitarismo e securitização no âmbito de políticas de governança migratórias e de refúgio, no controle das fronteiras como parte de políticas desenvolvimentistas e de combate ao tráfico de bens ilícitos ou de seres humanos e na gestão de conflitos, disputas e assassinatos em favelas e periferias urbanas. Com esse intuito, os autores examinam a construção e desconstrução de categorias sociais – como *migração-imigrantes legais/ilégais ou regulares-irregulares, deportados-deportação, tráfico de bens ilícitos, tráfico de seres humanos, refúgio-refugiados, moradores de favela, detidos-desaparecidos, violência de Estado, inimigos internos, segurança pública, direitos humanos, vítima-denunciante*, – e os modos pelos quais são acionadas e por quem, assim como seus significados diferenciais em contextos específicos, seja no que tange ao nível das legislações migratórias, de processos jurídicos e administrativos ou das mobilizações sociais. Buscam, assim, revelar os meandros e interstícios da dominação e da produção de desigualdades.

Essas análises indicam que as políticas de governança que priorizam a securitização e militarização criminalizam protagonistas específicos – sejam eles migrantes indocumentados, inclusive solicitantes de refúgio, assim como prostitutas que estão no mercado internacional de trabalho –, ou, ainda, moradores de favela e das periferias urbanas. Essa lógica de exclusão social, ancorada numa racionalidade tecnocrata e na produção de categorias sociais – cujos componentes jurídicos e morais implicam também em racialização e desigualdades – descarta pessoas, lugares e bens considerados dispensáveis ou ameaçadores negando, no caso de pessoas, inclusive o direito de serem humanos. Cria, assim, contingentes de despossuídos.

Tendo em vista o panorama atual, não por acaso, as políticas draconianas de migração e de controle de fronteiras vigentes na União Europeia e nos Estados Unidos são as que tendem a atrair maior atenção da mídia e também de pesquisadores, em detrimento do que ocorre no continente sul-americano. Além de um maior controle seletivo na emissão de vistos e passaportes, classificações e categorias dicotômicas – como as que diferenciam imigrantes legais/regulares e ilegais/irregulares e, no caso europeu, também entre cidadãos comu-

nitários e extracomunitários – definem quem tem acesso e quem não tem acesso à circulação no território norte-americano ou no espaço comunitário europeu, assim como aos direitos humanos e de cidadania e às políticas multiculturais. Ao mesmo tempo, a prevalecente equação entre migração e crime legitima a produção da ilegalidade intrínseca a essas políticas. Como corolário, a fronteira transformada em campo de batalha, dramaticamente simbolizada por muros de segurança, como a que separa os Estados Unidos e o México, torna-se também metáfora de uma globalização da desesperança. Com o aumento do controle policial e militarizado, homens, mulheres e crianças têm sido presas, deportadas, devolvidas ou confinadas em centros de detenção, enquanto outras morrem afogadas ou brutalmente assassinadas em suas tentativas de atravessarem fronteiras, seja para escapar de conflitos violentos, seja em busca da realização de seus sonhos, esperanças e projetos de uma vida melhor.

Nesse contexto, o artigo de abertura deste Núcleo Temático intitulado “Controle da imigração indesejável: expulsão e expulsabilidade na América do Sul”, de Eduardo Domenech, expõe, com base em abordagem histórica, a recorrente formulação, também

**A EQUAÇÃO
ENTRE MIGRAÇÃO
E CRIME LEGITIMA
A PRODUÇÃO DA
ILEGALIDADE
INTRÍNSECA A
ESSAS POLÍTICAS**

no continente sul-americano, de categorias dicotômicas para distinguir entre imigrantes considerados *desejáveis* e *indesejáveis*, assim como a contínua centralidade das proibições de ingresso e das expulsões na construção social do imigrante como sujeito ilegal. No passado, numa conjuntura de formação de nação e de ideologias eugênicas e higienistas, as políticas migratórias estabelecidas no século XIX visavam predominantemente o branqueamento das nações sul-americanas através do recrutamento de determinados imigrantes europeus considerados agentes da civilização e

progresso. Essas políticas classificavam como *indesejáveis* os chineses, os doentes físicos e mentais, os “subversivos” – nomeadamente os anarquistas, e os delinquentes, marginais e transgressores de leis jurídicas e morais, como as prostitutas, também conhecidas como escravas brancas, os traficantes de prostitutas ou ainda de entorpecentes. Apesar de eventuais mudanças de legislação, as políticas de segurança nacional se perpetuaram e se intensificaram no decorrer do século XX. Em contraposição, no limiar do século XXI, juntamente com o processo de regionalização da política migratória ligado à constituição de um regime global de controle das migrações internacionais, as políticas de regulação tecnocrata de fluxos migratórios engendraram novas formas de organizar e classificar os fluxos migratórios, adotadas também pelos países sul-americanos. As antigas categorias e classificações de indesejáveis foram subsumidas nas “novas ameaças” estabelecidas pela comunidade internacional, como o narcotráfico, o terrorismo, o tráfico de pessoas e a migração indocumentada.

Considerando essas transformações, Domenech argumenta que as políticas migratórias do passado, relacionando deportação

e anarquismo, baseavam-se em uma construção hegemônica dos imigrantes anarquistas enquanto sujeitos perigosos cuja ideologia desafiava o Estado nacional e tornava legítima a violência do Estado. Em comparação, as deportações da atualidade se tornaram parte substantiva de um regime de controle das migrações que articula “securitização” e humanitarismo. As diferentes formas de expulsão (rejeições nas fronteiras, devoluções, retornos assistidos e voluntários) se tornaram parte de estratégias para combater os novos *indesejáveis*, isto é aquelas pessoas consideradas, pelo dogma tecnocrata, ameaças potenciais que sequer oferecem vantagens para a ordem estabelecida e, portanto, descartáveis.

Enquanto alguns países sul-americanos, como a Argentina e o Uruguai, implementaram novas leis de imigração baseadas na retórica de direitos humanos, no Brasil, o Estatuto do Imigrante em vigor ainda é o de 1980, da época da ditadura militar, guardando referências à questão da segurança nacional do Estado Novo, apesar de algumas poucas modificações introduzidas em 1991. Contudo, com o processo de redemocratização do país, fortes mobilizações em prol dos migrantes internacionais como sujeitos de direito, iniciadas pelos movimentos sociais de emigrantes brasileiros no exterior por seus direitos no Brasil num contexto de políticas restritivas e de fechamento de fronteiras no Norte Global, resultaram em ações governamentais pontuais tanto no que tange aos emigrantes do Brasil quanto aos imigrantes no Brasil (5). Assim, num contexto de ausência de uma legislação baseada em direitos humanos, as várias ações governamentais são, em última análise, resultado de demandas da sociedade civil. Mas essas ações se tornaram insuficientes frente aos novos fluxos migratórios que estão chegando ao país.

Se a crise econômica da década de 1980 havia direcionado os fluxos migratórios da América do Sul para o Norte Global – principalmente para a Europa e Estados Unidos, no bojo da crise de 2008-2009 e de novas mudanças das rotas migratórias –, o Brasil e suas políticas desenvolvimentistas, assim como outros países sul-americanos, passaram a atrair novos imigrantes. Juntamente com o retorno de brasileiros da diáspora, jovens profissionais europeus e norte-americanos foram atraídos pela oferta de trabalho em grandes projetos desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, o país passou a receber refugiados ambientais do Haiti, solicitantes de refúgio da África e do Oriente Médio, assim como contingentes da China, da África e de outros países do continente sul-americano à procura de uma vida melhor. No entanto, esses recém chegados se confrontam com a falta de políticas, de estrutura e de assistência social. Nesse contexto, o caso dos haitianos que estão sendo enviados pelo governo do Acre para São Paulo, é emblemático. Apesar de ser a primeira cidade do Brasil a contar com uma coordenação de políticas para migrantes, a prefeitura de São Paulo ainda não tem estrutura para receber imigrantes. Assim, haitianos, africanos, latino-americanos,

entre outros imigrantes dependem majoritariamente da assistência de ONGs, principalmente daquelas dirigidas secularmente pelos scalabrinianos católicos, como a Missão Paz e a Casa do Migrante. Mas dado que esses imigrantes estão chegando diariamente e sem contrato de trabalho, não há inclusive espaço suficiente para abrigá-los. Essa difícil situação motivou a Missão Paz a iniciar uma campanha pela internet “Diga não ao abandono...e, sim, por uma gestão migratória”, conclamando por políticas migratórias, aliás uma reivindicação de longa data dos movimentos sociais (6).

É certo que essas mobilizações sociais, juntamente com o empenho de representantes governamentais, resultaram no encaminhamento de três diferentes anteprojetos de lei ao Congresso Nacional, o primeiro dos quais, ainda em 2009, cujo prazo de vistas já se encontra encerrado, o segundo, de 2013, que se encontra em tramitação e um terceiro em 2014 (7). Entrementes, o Brasil se alinhou à nova ordem mundial e à agenda global no combate ao tráfico de drogas, tráfico de seres humanos e contrabando. Diante desse cenário, Daniel Hirata, no artigo “Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do Arco Norte”, utiliza dados de um grande

**ESSES RECÉM
CHEGADOS SE
CONFRONTAM
COM A FALTA DE
POLÍTICAS, DE
ESTRUTURA E DE
ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

diagnóstico sobre essa região realizado no quadro da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron, Ministério da Justiça), para examinar a questão da segurança pública e do militarismo como um *problema* no âmbito da atual *hibridização* entre políticas de povoamento, políticas de desenvolvimento e políticas urbanas contra o tráfico de drogas. Através de análise histórica dessa região que se distingue por grandes e sucessivos projetos de desenvolvimento invariavelmente abandonados, Hirata indica que a articulação entre segurança e desenvolvimento começa a apre-

sentar discontinuidades a partir do final da década de 1990, num contexto marcado pela substituição de uma lógica bipolar, centrada em guerras entre nações, por políticas globais que intercruzam políticas de segurança contra oponentes internos e políticas de defesa nacional contra inimigos externos em torno do combate às drogas, ao crime organizado transnacional, tráfico de pessoas e o terrorismo que ameaçam os espaços urbanos. Esse entrelaçamento de políticas voltadas à proteção das fronteiras e ao combate aos chamados ilícitos fronteiriços que abastecem os mercados de drogas nas grandes cidades encontraram ressonância na história local reforçando, assim, a tendência histórica de povoamento da região através do estabelecimento de bases militares e a centralidade do militarismo. Nesse sentido, argumenta que, ao procurar seguir a agenda e o formato internacional de combate ao tráfico de drogas, tráfico de pessoas e o contrabando, a atuação estatal do Arco Norte deslocou-se de um projeto de desenvolvimento iniciado em 2004 que apenas tangenciava a segurança pública para um projeto de segurança pública voltado a combater a circulação dos assim chamados bens ilícitos que perigosamente margeia questões relacionadas ao desenvolvimento

da região por seu potencial de entrar em conflito com a economia e o sistema de trocas locais.

Por sua vez, Adriana Piscitelli e Laura Lowenkron, em “Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil”, voltam-se à análise comparativa dos regimes discursivos e legais sobre tráfico de seres humanos predominantes nesses dois países, com base em dois estudos de casos: um, entre prostitutas brasileiras que migraram para a Espanha e, outro, sobre como a noção de tráfico é construída e desconstruída nos discursos e inquéritos da Polícia Federal brasileira. Dessa perspectiva, dedicam especial atenção aos modos pelos quais a noção de vítima do crime de tráfico de pessoas é produzida e acionada diferencialmente em cada um desses países no contexto de seus respectivos posicionamentos geopolíticos, políticas migratórias e marcos legais relativos ao tráfico de pessoas. Revelam que, apesar de diferenças significativas no que se refere à implementação do Protocolo de Palermo (principal instrumento de combate ao tráfico de pessoas e de proteção aos direitos fundamentais das vítimas), em ambos os países, as pessoas consideradas vítimas de tráfico tendem a ser paradoxalmente categorizadas, no decorrer de procedimentos estatais através de fronteiras, como migrantes indocumentadas e, por conseguinte, sujeitas, ao mesmo tempo, à criminalização e deportação. Na Espanha, apesar da predominância de uma retórica ancorada na proteção aos direitos humanos, a imagem essencializada da figura de vítima, construída a partir da justaposição de noções jurídicas e morais, abaliza a intensificação das inspeções policiais em locais de prostituição impondo às prostitutas um cotidiano de medo devido à sua precária condição de migrantes indocumentadas. Dada a perseguição, criminalização e violência estatal à migração indocumentada, o acesso ao humanitarismo, incluindo direitos à proteção e residência, depende de autorreconhecimento enquanto vítimas do tráfico de pessoas e às categorias vinculadas ao combate desse crime, seja como denunciante ou como testemunhas. Comparativamente, no Brasil, a própria concepção do tráfico de seres humanos restringe-se às questões de gênero. Mesmo que a condição de vítima não esteja vinculada à denúncia, policiais tendem a justapor noções jurídicas com noções morais em sua percepção estereotipada do tráfico de pessoas, que parece ser mais influenciada por narrativas midiáticas e construções estereotipadas do que pela definição legal do Código Penal. Com base nessa comparação, as autoras argumentam que, em ambos os casos, a retórica humanitária avaliza o caráter de artefato político, moral e midiático da noção de vítima. Mas, ao mesmo tempo, essa noção, enquanto categoria administrativa de repressão ao crime, tem escassa relação com o discurso humanitário e, por isso, raramente propicia acesso a direitos. Levando em conta que as pessoas caracterizadas como vítimas raramente se identificam como tais, sugerem que essa negação configura uma forma de resistência.

Noções de vítima e seus significados diferenciais são também examinadas por Adriana Vianna e Ângela Facundo, em “Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre *moradores de favelas* e *refugiados*”,

com base em processos judiciais e administrativos quer relacionados a assassinatos de moradores de favela praticados por policiais – os chamados *autos de resistência* –, quer referentes aos trânsitos e condições de permanência no Brasil de solicitantes de refúgio e reassentados. De um lado, os autos de resistência trazem à tona uma narrativa dominante que define a favela como espaço de desordem caracterizado pela ausência ou presença precária do Estado. Esta precariedade é utilizada como justificativa para o estabelecimento de políticas de pacificação e militarização da favela. Em contraposição, os familiares e militantes buscam construir e denunciar tal morte como homicídio e estabelecer, através de provas documentais, um outro relato sobre os assassinados capaz de desfazer a narrativa do auto de resistência que os categoriza como traficantes, bandidos ou vagabundos para que possam ser reconhecidos como trabalhadores e respeitadores da ordem e ultimamente como *vítimas*. Por outro lado, as pessoas que chegam ao território nacional como solicitantes de refúgio, ou que são transferidas em condição de reassentados, passam por intensos e extensos processos administrativos a fim de provar aos administradores que se diferenciam dos migrantes econômicos por terem escapado de um território de guerra e conviverem com o “temor de perseguição” e, assim, convencê-los que preenchem a condição de vítima – categorização *sine qua non* para a concessão do status de refugiado. A partir dessa análise comparativa, as autoras argumentam que, em ambos os casos, estão lidando com *processos de categorização espacial moral que constroem simultaneamente corpos e territórios*, seja a favela (no caso dos assassinatos) ou o espaço nacional distinto definido como território de guerra e perseguição (no caso dos refugiados e reassentados). Essa produção espacializada de pessoas pressupõe também um conjunto de representações, gestões, práticas e disputas em torno de temporalidades que implicam em rupturas entre um “antes” e um “depois”. Os longos períodos de espera causados por uma lenta burocracia expressam também uma profunda desigualdade entre os diferentes personagens envolvidos nos processos administrativos e revelam a impotência, vulnerabilidade e precariedade de vidas (ou de mortes) que precisam ser classificadas como *vítimas*.

Finalmente, Liliana Sanjurjo e Gabriel Feltran em “Sobre lutos e lutas: violência de Estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos”, refletem criticamente sobre as relações entre política e violência com base em um diálogo entre duas pesquisas que se debruçam sobre situações que, apesar de suas espacialidades e temporalidades diversas, têm em comum o fato de agentes do Estado terem provocado a morte de “inimigos internos”. Uma centraliza atenção nos desaparecimentos forçados e assassinatos políticos durante a última ditadura argentina e a produção das categorias *subversão política* e *detenidos-desaparecidos*, enquanto a outra examina o desaparecimento e assassinatos de jovens nas periferias de São Paulo, no contexto de políticas estatais e criminais responsáveis pela especificidade paulista na questão de segurança pública. Continuando a discussão sobre diferentes concepções de vítima, os autores assinalam uma diferença fundamental entre os seus protagonistas, observando

que, no caso argentino, os opositores do regime ditatorial foram reconhecidos pela comunidade nacional, ainda durante a Guerra Fria, como atores políticos. Seus desaparecimentos forçados se tornaram assunto político nacional e internacionalmente, enquanto os movimentos de familiares denunciando a violência impingida aos seus *detenidos-desaparecidos* obtiveram legitimidade pública. Da memória da ditadura, vivenciada por lembranças de injustiça e dor, marcadas pela criminalização, extermínio e desaparecimento de oponentes políticos, surgiu um luto coletivo, publicamente legitimado. Em contraposição, no caso brasileiro, a violência de Estado voltada contra grupos de favelados e das periferias está centrada numa criminalização seletiva marcada por clivagens sociais, sendo que, em um aparente paradoxo, as grandes medidas de controle policial em São Paulo foram produzidas pelo mundo do crime. Nesse contexto, enquanto o movimento de familiares na Argentina destaca a identidade política dos *detenidos-desaparecidos*, as mobilizações congêneres do Brasil enfatizam critérios raciais, de classe e de território usados pela repressão, ao mesmo tempo em que se esforçam em provar que as vítimas da violência policial eram pessoas honestas e sem relação com o tráfico. Ao criminalizar e racializar essas populações pobres das favelas e periferias para, em seguida, pacificá-las, encarcerá-las ou mesmo exterminá-las, as políticas estatais vigentes trazem à tona a atual lógica de exclusão subjacente no capitalismo corporativo contemporâneo que descarta massas de despossuídos consideradas inúteis e que sequer têm direito a serem humanos.

Neste contexto, a adoção de uma perspectiva global dos deslocamentos possibilita expor os interstícios do poder e da dominação na produção de desigualdades nesta conjuntura do capitalismo global. Poder-se-á, assim, vislumbrar, através da leitura dos textos que compõe este Núcleo Temático, padrões similares nas restrições e controle dos deslocamentos de protagonistas diversos, sejam eles imigrantes indocumentados, especialmente no caso de profissionais do sexo e solicitantes de refúgio, ou moradores de favelas e de periferias urbanas. Ao compasso da atual lógica de exclusão, ao serem *a priori* considerados potenciais *inimigos* do Estado em vez de *sujeitos de direitos*, esses protagonistas (ou seus familiares, no caso daqueles que foram assassinados ou encarcerados e, portanto, descartados) precisam provar que suas trajetórias se encaixam em concepções jurídicas e morais subjacentes à categoria *vítima* para eventualmente obterem direitos a direitos ou serem criminalizados, encarcerados ou deportados. Embora exista uma relação intrínseca entre formação de capital, estruturas de dominação, racialização e desigualdades sociais desde a era colonial, vale notar que durante a Guerra Fria, quando imperava uma polarização entre capitalismo e socialismo, os *inimigos* do Estado, sujeitos à violência estatal, eram os que ideologicamente combatiam o sistema político estabelecido. Não por acaso, como o estudo de caso dos *detenidos-desaparecidos* do regime ditatorial argentino indica, com a redemocratização do país, são esses opositores políticos e os movimentos sociais de seus familiares que adquirem legitimidade pública nacional e internacional e se tor-

nam símbolos da luta pelos direitos humanos. Em contraposição, os *inimigos internos e externos* de hoje, caracterizados como criminosos comuns e sujeitos às prisões, deportações, mortes nas fronteiras, assassinatos, são os expelidos da ordem social e econômica e formam a massa de seres descartáveis pelo capitalismo corporativo contemporâneo, não sendo sequer considerados humanos.

Bela Feldman-Bianco é atualmente professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisadora nível 1 do CNPq, coordenadora do Comitê Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia e co-coordenadora do Comitê Antropologias Mundiais da Associação Americana de Antropologia, entre outras atividades.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Sobre precariedade ver, por exemplo, Butler, J. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
2. Sassen, S. *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*. Cambridge, MA, Londres: Harvard University Press, 2014; Piketty, T. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge, MA, Londres: Harvard University Press, 2014.
3. Esses textos foram originalmente apresentados na mesa-redonda "Deslocamentos, desigualdades e violência de Estado". Feldman-Bianco, B. & Feltran, G. (Orgs.) 29º Reunião Brasileira de Antropologia, ABA, Natal, agosto de 2014.
4. Como, por exemplo, "Displacements and inequalities: comparative perspectives on global capitalism". Feldman-Bianco, B.; Narotzky, S. & Heller, M. (Orgs.). *American Anthropological Meetings*, San Francisco, November 2014; Displacements and immobility: international perspectives on global capitalism. Feldman-Bianco, B. (Org.), Reunião da IUAES, Manchester, Setembro de 2013; *Deslocamentos: raça e racismo em perspectiva comparativa*, Feldman-Bianco, B. & Rial, C. (Orgs.), 29º RBA, ABA, Natal. Agosto de 2014.
5. Ver Feldman-Bianco, B. "Caminos de ciudadanía: emigración, movilizaciones sociales y políticas del Estado brasileño". In: (Org. Feldman-Bianco, B.; Rivera-Sanchez, L.; Stefoni, C. & Villa Martinez, M. I.) *La construcción social del sujeto migrante en América Latina: Prácticas, Representaciones y Categorías*. Quito: Flacso, Clacso y Universidad Alberto Hurtado, 2011, pp.235-280.
6. Ver <https://www.facebook.com/missaopazsaopaulo?fref=ts>, missao-paz-lanca-peticao-online-por-gestao-migratoria-nacional-e-contra-o-abandono-de-imigrantes. Ver também novas soluções pontuais em <http://migramundo.com/2015/03/14/carteira-de-trabalho-comemoracao-e-tristeza-ao-mesmo-tempo/>
7. A saber PL 5655/2009, conhecido como projeto Lula; PLS 288/2013 do senador Aluísio Nunes em tramitação desde dezembro de 2014, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e o Anteprojeto de Lei das Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil, formulado em 2014 por uma "comissão de especialistas", criada no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça.

O CONTROLE DA IMIGRAÇÃO “INDESEJÁVEL”: EXPULSÃO E EXPULSABILIDADE NA AMÉRICA DO SUL

Eduardo Domenech*

Este artigo faz parte de um esforço coletivo por compreender a gênese e as transformações das políticas de controle das migrações internacionais na América do Sul (1) e de um particular interesse na produção histórica e social da “imigração ilegal”. A literatura científica de maior circulação sobre o desenvolvimento do controle migratório nas sociedades ocidentais mostra um claro predomínio de pesquisas relacionadas com as políticas e práticas de controle realizadas, tanto no passado quanto no presente, por instituições estatais do Atlântico Norte (Estados Unidos, Canadá e União Europeia) e, em menor extensão, por outros Estados da região Ásia-Pacífico (principalmente Austrália). Em geral, há uma omissão ou atenção marginal daquelas que tiveram e ainda tem lugar em outras partes do mundo como a região sul-americana. Não há razões empíricas que justifiquem essa desatenção, já que alguns Estados-nação como o argentino e o brasileiro tiveram uma alta participação como países receptores de imigração durante a época da chamada “imigração de massas” ou das “grandes migrações” entre 1880 e 1930, promovendo leis que instituíram a figura da deportação. Em números absolutos, Argentina recebeu, até 1930, ao redor de 6,5 milhões de imigrantes, posicionando-se acima do Canadá (5 milhões) e Austrália (3,5 milhões) (2). Em termos relativos, a porcentagem da população estrangeira sobre a população total excedeu amplamente a existente naqueles tempos nos Estados Unidos. O Brasil, por sua vez, atingiu cifras absolutas que o posicionam entre Canadá e Austrália (4 milhões em média). Durante a última década do século XIX, o peso relativo da população estrangeira foi maior que nos Estados Unidos. Também tem sido esquecido o estudo das políticas e práticas de controle migratório no restante dos países sul-americanos que, apesar de não receber grandes quantidades de imigração, implementaram medidas específicas tanto para evitar o ingresso quanto para possibilitar a expulsão dos estrangeiros “indesejáveis”.

Uma figura do controle migratório, que é paradigmática da violência do Estado, é a deportação ou expulsão de estrangeiros. Na atualidade, no marco de processos migratórios Sul-Norte, as expulsões de estrangeiros mais estudadas são as chamadas “deportações massivas” (*mass deportations*) efetuadas por organismos governamentais dos Estados Unidos e de diversos países europeus (Grã-Bretanha, Alemanha, França, Espanha, Grécia etc), com a assistência de agências regionais intergovernamentais (por exemplo,

Frontex), organizações multilaterais (a Organização Internacional para as Migrações, entre outras) e companhias de segurança privadas e globais (como G4S, uma das maiores). Até agora, na América do Sul não há uma produção sistemática sobre o tema nem linhas de investigação que proponham uma indagação ou reflexão sobre essa prática estatal, sua configuração e suas singularidades nessa região do mundo. É necessário levar em conta que alguns países da região oferecem a possibilidade de indagar sobre o processo de deportação tanto em contextos de migração Sul-Sul (especialmente entre países vizinhos) como Sul-Norte (em particular, a partir dos Estados Unidos e Europa). De qualquer maneira, algumas investigações críticas sobre as políticas e práticas institucionais e as experiências de migrantes (como o artigo de Piscitelli e Lowenkron neste Núcleo Temático) começaram a contribuir para o desvelamento e compreensão de uma prática estatal cujo estudo, até recentemente, também esteve relegado em outros contextos nacionais e regionais, em que a magnitude, brutalidade e espetáculo que adquiriu, impediu que continuasse despercebida. Este artigo, primeiro aborda alguns antecedentes históricos relacionados com as políticas de controle migratório e a instauração da deportação ou expulsão de estrangeiros em diferentes contextos nacionais da América do Sul. Em seguida, o texto mostra, a partir de legislação nacional e estatísticas oficiais, a vigência e persistência que tem a figura da expulsão no contexto regional atual. As duas partes buscam divulgar alguns aspectos históricos e políticos de uma realidade totalmente invisível e silenciada na região sul-americana com o propósito de chamar atenção sobre a necessidade teórica e política de questionar a existência de uma prática estatal arbitrária e violenta surgida em tempos antigos (3).

AS ORIGENS DO CONTROLE ESTATAL DA “IMIGRAÇÃO INDESEJÁVEL” DURANTE A ÉPOCA DAS “GRANDES MIGRAÇÕES”

Na América do Sul, a regulação estatal dos movimentos populacionais, sobre a forma de políticas de “estímulo” e “promoção” da imigração, começou a tomar forma junto ao processo de formação dos Estados-nação no período da independência. No entanto, adquiriu uma natureza mais sistemática no final do século XIX, a partir da consolidação dos Estados-nação, sua inserção no mercado capitalista mundial, e a chegada de numerosos contingentes de imigrantes de além mar. A institucionalização das políticas de fomento da imigração atingiu o seu apogeu no final do século XIX e começo do XX, com a consolidação dos aparelhos administrativo-burocráticos. As experiências nacionais desenvolvidas na América do Sul (e não só as sociedades conhecidas hoje como “sociedades de imigração”) mostram que a população que se pretendeu atrair mediante as políticas de incentivo da imigração (com diferentes resultados em cada caso) era a “europeia”. Com exceção da Argentina e do Brasil, na maioria dos países da América do Sul as tentativas estatais de promover a imigração e de intensificar os fluxos imigratórios transatlânticos, em particular europeus, não resultou em uma chegada massiva de imigrantes.

Surgidas num período de políticas de progresso da imigração, as primeiras definições sobre o “imigrante” que apareceram na legislação dos países sul-americanos referem-se à figura do “imigrante desejável” forjada naquela época: trabalhador manual (com exceção do trabalho intelectual representado na figura do “professor”) em idade ativa, que dê conta da conduta social e das habilidades ou competências laborais esperadas e tenha vontade de permanecer no país que o recebe. Ao final do século XIX e início do XX começou-se a delinear diferentes critérios de classificação de acordo com o caráter e a duração da permanência no país de destino. Por outro lado, na história de cada sociedade nacional há algum fluxo migratório ou algum fragmento daquela população que serviu para legitimar as medidas de controle instauradas (então aplicadas a outras populações ou grupos de estrangeiros, em longo prazo), além de possibilitar sua criação e aperfeiçoamento. Dois grupos sociais foram objeto de proibição, perseguição, detenção e deportação durante os anos das “grandes migrações”: os chineses *coolies* e os imigrantes anarquistas. Ambos os grupos têm sido e são fundamentais para a compreensão da gênese e a produção de políticas de controle migratório (4). Do mesmo modo, a história da imigração mostra que as proibições e ingressos e a expulsão ou deportação são dois dos elementos centrais instaurados na produção do imigrante (estrangeiro juridicamente ou não) como sujeito “ilegal”.

Muito antes da região sul-americana ampliar e reforçar as medidas de controle migratório com a volta restritiva dos anos 1930, os imigrantes chineses foram um dos primeiros coletivos de estrangeiros que sofreram as políticas de exclusão estatal devido à sua filiação étnico-nacional. No final do século XIX, nos anos 1880, Estados Unidos e Canadá implementaram leis específicas contra esses imigrantes: a “Chinese Exclusion Act” do ano 1882 ditada nos Estados Unidos e a “Chinese Immigration Act” de 1885 no Canadá. Na América Latina, a preferência pela imigração proveniente da Europa, baseada em políticas de população e no “branqueamento”, também gerou em alguns países como Colômbia e Equador a rejeição explícita de estrangeiros originários da Ásia, em particular da China (5). Em diferentes contextos nacionais, as elites não viram a imigração asiática como “vantajosa” ou “conveniente” uma vez que não atendiam à definição de imigrante imaginado como agente de “civilização” e “progresso”. Na década de 1880, alguns Estados sul-americanos receptores de imigração chinesa determinaram sua proibição: por exemplo, a Colômbia em 1887 e Equador em 1889.

As medidas de controle da imigração chinesa em alguns países sul-americanos, mesmo sobre uma política de incentivo ou de promoção da imigração, vão se espalhar, no início do século XX, à população estrangeira em geral, até produzir-se na região, por volta dos anos 1930, com particularidades em cada sociedade nacional, um giro restritivo na regulação estatal da imigração. É nessa época que foram implantadas, e em alguns casos aumen-

taram, as exigências para ingressar ao “território nacional”. Nos anos 1920 a entrada passou a estar subordinada à apresentação do passaporte e de certidões de “bom comportamento” e “boa saúde”. Depois, o passaporte começou a incluir fotografia e impressões digitais. Dependendo do país, também exigiam outros documentos como: uma certidão de batismo ou uma constância que comprovasse que o candidato tinha exercido “profissão ou ocupação legal” durante os últimos cinco anos. Na década de 1930, alguns Estados como o colombiano também implementaram um sistema de cotas para restringir a imigração de certas origens nacionais e acrescentaram e especializaram as políticas de visas (com a criação de novas categorias).

As mesmas políticas de fomento da imigração, cuja definição de “imigrante” supunha certa seleção, continham implicitamente uma fórmula de exclusão: todos os estrangeiros eram bem-vindos, salvo “exceções”, representadas pelos imigrantes “indesejáveis” ou que fugiam à definição do “bom imigrante”. Com o incremento das exigências burocrático-administrativas para o ingresso, a legislação migratória nacional de diferentes países começou a inserir um conjunto de indivíduos que deviam ser impedidos de entrar. Foram aqueles que não se enquadravam na definição de “imigrante” representada, em geral, na legislação migratória da segunda metade do século XIX. Estes eram os indivíduos que não eram “aptos para o trabalho”, ou que poderiam causar “encargos públicos”. Paulatinamente, surgiram longas listas de indivíduos ou grupos sociais cuja entrada ao território nacional não era adequada conforme os parâmetros oficiais e, conseqüentemente, tinha de ser restringida e, em alguns casos, proibida. Essas classificações estatais daque-

**AS MESMAS
POLÍTICAS DE
FOMENTO DA
IMIGRAÇÃO
CONTINHAM
IMPLICITAMENTE
UMA FÓRMULA
DE EXCLUSÃO**

le tempo contidas na legislação migratória que regula a entrada, a permanência e a saída do território nacional concentram de forma paradigmática a figura do imigrante “indesejável”, reunindo vários agrupamentos possíveis: os *doentes* (físicos e mentais), os *criminosos e transgressores das leis jurídicas e morais*, e os *subversivos*, incluindo principalmente os anarquistas.

Nos diferentes países, as proibições ou restrições estabelecidas para o ingresso ao território nacional, além dos limites impostos pela própria definição de imigrante (desejável), estavam influenciadas pelas ideias eugenistas e higienistas características da época (a legislação geralmente indicava os “loucos”, “otários”, “imbecis”, “cegos”, “surdos”, “mudos”, “vagabundos”, “incapazes de trabalhar devido à doença ou má condição física”, “mendigos profissionais” etc). Por outro lado, a legislação daqueles anos determinada ao controle dos ingressos também incluiu um conjunto de indivíduos que eram considerados como infratores, marginais ou transgressores das leis jurídicas ou morais em consonância com os parâmetros do discurso penal desses tempos: incluindo os que não tinham um “ofício ou profissão honrosa que lhes permita ganhar o seu sustento”, as “pros-

titutas”, os “polígamos”, aqueles que “traficam com a prostituição” ou “aqueles que se dedicarem ao tráfico de mulheres ou o tráfico de entorpecentes”. Outro subgrupo foi constituído por aqueles indivíduos que haviam infringido as condições e requisitos da entrada legal ao território nacional. Finalmente, entre outros estrangeiros “subversivos”, os anarquistas, ainda que ocasionalmente aparecessem mencionados de forma explícita, constituíam uma fração dos imigrantes definidos como “indesejáveis”.

A análise histórica mostra que a deportação (6) de estrangeiros, que teve o seu nascimento nesse período, foi configurada em um instrumento de controle social em diferentes sociedades nacionais, especialmente naqueles países que receberam grandes contingentes de imigração, a partir do crescimento e da expansão das lutas e movimentos trabalhistas no mundo, o que provocou a disseminação e consolidação das ideias anarquistas, através da migração (principalmente de italianos e espanhóis) e redes internacionais. Vale notar que, entre outras medidas, duas leis precursoras foram adotadas contra os anarquistas no continente: a Lei de Imigração de 1903 dos Estados Unidos, conhecida como Anarchist Exclusion Act que foi ampliada 15 anos mais tarde, e a Lei de Residência aprovada na Argentina em 1902. A relação entre a deportação e o anarquismo é especialmente importante para a compreensão histórica das políticas de controle migratório sobre a representação hegemônica construída sobre os imigrantes anarquistas como sujeitos “perigosos”: ao contrário de outros indivíduos e grupos sociais “indesejáveis”, os anarquistas eram portadores e produtores de uma ideologia que desafiou o Estado nacional, as fronteiras políticas, o sistema jurídico; suas ações levaram a uma queixa específica da violência do Estado, instituída como legítima.

O CONTROLE MIGRATÓRIO E A EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS EM TEMPOS DAS “MIGRAÇÕES GLOBAIS” No começo da primeira década do século XXI foram realizadas algumas reformas na legislação e na política de imigração em distintos países sul-americanos. Essas mudanças ocorreram em um novo contexto regional, onde as ideias de “integração” econômica e política se tornavam cada vez mais fortes, em um momento de reconfiguração da ordem mundial, onde as migrações chegaram a ocupar um lugar privilegiado na agenda internacional. Assim, a diferença das deportações da época das “grandes migrações” é que as atuais são produzidas sobre uma política de integração econômica e política regional, acompanhada da vontade política de avançar na construção de uma “cidadania sul-americana”, e um processo de regionalização da política migratória, junto à constituição de um regime global de controle das migrações internacionais a partir do qual se desenvolvem políticas de regulação dos fluxos migratórios impulsionadas por uma tecnocracia apegada a conceitos como “gestão”, “administração”, “governabilidade” ou “governança”. Neste sentido, é necessário entender as deportações como parte significativa de um regime de controle das migrações, que articula “securitização” e “humanitarismo”.

A instauração gradual desse sistema de controle migratório, como sugeri no passado (7), concebeu novas formas de organizar e classificar os fluxos migratórios, modificando os critérios para determinar quais eram os “desejáveis” e “indesejáveis”, assim como as renovadas concepções sobre o controle das fronteiras. Durante a segunda metade do século XX, as normas migratórias abandonaram, de certa forma, os critérios de exclusão e discriminação baseados na origem étnico-nacional e, em menor extensão, o ativismo político, evitando nomear explicitamente grupos sociais ou nacionais. Em vez disso, foram adotadas fórmulas mais gerais que protegiam a nação e o território de potenciais “perigos” e “ameaças” de outra índole. A associação entre a migração e a noção de “segurança” foi mantida ao longo do século XX, embora com reconfigurações. Seja denominada como “nacional”, “pública” ou “humana”, adquiriu novos sentidos e significados e ceifou novas vidas no começo do século XXI. As antigas categorias e classificações de “indesejáveis”, tornaram-se, assim, incluídas nas “novas ameaças” estabelecidas pela chamada “comunidade internacional” como o narcotráfico, o terrorismo, o tráfico de pessoas e a migração indocumentada. Nesse sentido, as migrações “ilegais”, mais recentemente nomeadas “irregulares”, tornaram-se foco das políticas migratórias e seu combate (através de métodos coercitivos, de dissuasão ou consensuais) transformou-se em um dos principais fundamentos do endurecimento dos controles nas fronteiras. Na época atual de “migrações globais”, as diferentes formas de expulsão (rejeições na fronteira, devoluções, remoções, retornos “assistidos” e “voluntários”) fazem parte das “soluções” reservadas para novos “indesejáveis” que, de acordo com o novo dogma internacional (“migration management”, “migration governance” etc), não ofereciam “benefícios” nem “vantagens” ou poderiam constituir algum tipo de “problema” ou “ameaça”.

Os números da deportação, que precisam ser lidos minimamente contemplando a tradição e história nacional em matéria de política de migração, o contexto e a realidade migratória de cada país/região e a nova divisão internacional do controle migratório (com zonas e linhas de demarcação específicas), indicam que essa prática estatal coercitiva está em vigor, com diferentes repercussões e singularidades nas diferentes partes do mundo (8). Na América do Sul, os poucos dados oficiais disponíveis de alguns países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e Equador) sobre rejeições e expulsões ou deportações mostram variações importantes (9). A média anual de expulsões ou deportações varia entre 300 e 3.000 casos dependendo do país e, em grande parte, são baseadas em situações de “irregularidade migratória”. Excepcionalmente, nos últimos anos, tem atingido cifras muito mais altas, perto dos 5.000. As cifras das rejeições apresentam grandes diferenças: de acordo com o ano e país, variando de 100 a mais de 10.000. Alguns países têm uma maior concentração de expulsões ou deportações, enquanto outros de rejeições. No âmbito sul-americano, onde predomina a migração intrarregional, o maior número de imigrantes expulsos

ou deportados é formado por pessoas oriundas dos países limítrofes que são, não por acaso, os que exportam também o maior número de imigrantes para o continente sul-americano. Na Argentina, entre as medidas de expulsão impostas durante o período 2009-2014 destaca-se o número de estrangeiros com nacionalidade paraguaia, boliviana e peruana. Na Bolívia, quase a metade dos estrangeiros deportados entre 2007 e 2010 são de nacionalidade peruana. No Equador, a maior quantidade de deportações entre 2006 e 2011 corresponde a cidadãos colombianos e peruanos; juntos atingem quase a totalidade. As rejeições (ou “exclusões” como são chamadas em alguns países andinos) mostram uma diversificação maior. Regionalmente, entre os grupos nacionais que prevalecem nas estatísticas de rejeições e expulsões ou deportações, além dos estrangeiros de países limítrofes, são os colombianos, chineses, cubanos, haitianos e dominicanos. A Colômbia constitui-se, em certa medida, uma exceção. Os países sul-americanos representam em torno de 12% do total e o maior número de deportados, expulsos e rejeitados não vem de um país limítrofe: os cubanos são amplamente o grupo nacional mais afetado. De qualquer maneira, os equatorianos tem o maior peso relativo sobre o total regional.

A outra cara das deportações na região é a que revela aquelas feitas a partir da região do Atlântico Norte, principalmente desde os Estados Unidos e Europa, num contexto de migração Sul-Norte. Os “repatriados” e “removidos” de países sul-americanos possuem, em comparação com as outras regiões do mundo, uma participação baixa no total das deportações anuais executadas pelo governo dos Estados Unidos, mas em termos absolutos existem mais de 10.000 casos por ano envolvidos (pelo menos, nos últimos 10 anos). Os nativos brasileiros, colombianos e equatorianos são os mais afetados pelas deportações. Junto aos peruanos nativos, em 2010 representaram cerca de 83% do total de cidadãos sul-americanos deportados. Em relação à Europa, a agência de estatística Eurostat publica, desde 2008, dados sobre a população em situação migratória irregular, ordens de expulsão, expulsões e rejeições no ingresso por ano e país da União Europeia, mas evita dar detalhes sobre a nacionalidade ou os países de proveniência dos estrangeiros afetados por essas medidas. De qualquer maneira, os registros dos países de origem dos deportados possibilitam uma aproximação a essa realidade. O Boletim Mensal de Estatística de Migração Colômbia indica que o país europeu que produziu a maior quantidade de deportações de colombianos no ano 2012 foi Espanha (368 no total), ficando atrás dos Estados Unidos e Equador (895 e 509, respectivamente). Segundo os dados da memória anual da Direção Nacional de Migração para 2008, a Espanha realizou em torno de três quartos de todas as deportações para a Bolívia, seguida dos Estados Unidos. De acordo com a informação estatística produzida pela Direção Nacional de Migração do Equador, Espanha, França e Holanda são os três países europeus que reúnem o maior número de deportações de cidadãos equatorianos no período 2003-2007. Em geral, os números são de dois dígitos, mas em 2003 gerou-se a maior quantidade de deporta-

ções em um ano, causando somente o governo espanhol um total de 1.825 das 4.104 deportações anuais (10).

Por outro lado, nos últimos dez anos foram aprovadas novas leis migratórias na Argentina, Uruguai e Bolívia e tem sido desenvolvidos diversos anteprojetos de lei que ainda estão em discussão no Chile, Brasil e Equador. Outros países, como a Colômbia, têm modificado os regulamentos migratórios existentes ou emitiram normativas adicionais. Com importantes diferenças entre países, as novas leis ou anteprojetos de lei diferem, em grande medida, da herança deixada pelas ditaduras militares da região sobre política migratória, esquecendo algumas normas que criminalizam a imigração e introduzindo outras que reconhecem explicitamente determinados direitos aos imigrantes e ao Estado como sua garantia (11). No entanto, essas reformas não atingiram o núcleo duro da “visão de Estado” em matéria de migração. A regulamentação estatal da migração e das vidas dos migrantes continua sujeita ao ingresso e residência legais, com garantias mínimas para aqueles que estão em uma “situação migratória irregular”. A expulsão do território nacional, entre outros instrumentos de controle social dos estrangeiros, subsiste como figura legal e prática estatal legítima. A noção de “irregularidade migratória” e suas diversas modalidades estão sempre entre as principais causas de inadmissibilidade, expulsão ou proibição de (re)ingresso. A figura da expulsão (junto à “expulsabilidade”) revela a “dupla pena” (12) a que estão expostos os imigrantes estrangeiros além de sua situação jurídica e administrativa: a imigração é apresentada ali como “falta”, como o primeiro crime cometido, e a condição de imigrante como “agravante” das infrações cometidas. A ideia de que os sujeitos “expulsáveis” ou que podem tornar-se objeto de expulsões são aqueles “imigrantes que cometem crimes”, que violam as normas jurídicas estabelecidas, tem gerado uma ampla aceitação das medidas de expulsão – uma prática política escondida, negada, disfarçada – entre distintos atores e setores da sociedade.

Em termos gerais, na região sul-americana a inovação jurídica mais relevante destes últimos anos corresponde ao processo administrativo da expulsão: as novas leis ou anteprojetos de lei concebem a intervenção do poder judiciário e o “devido processo”. Enquanto os procedimentos não transgridam, a normativa migratória não é interpretada de forma distorcida ou não manifesta qualquer irregularidade ou arbitrariedade em sua aplicação, essas práticas de controle migratório, com algumas exceções, geralmente não são questionadas pelas organizações defensoras dos direitos dos imigrantes. Em outras palavras, o seu horizonte utópico é limitado para que as expulsões ocorram com garantias judiciais e que os procedimentos não transgridam os direitos estabelecidos por lei. As únicas expulsões que têm sido expressamente condenadas são aquelas de caráter coletivo ou que envolvem crianças e jovens. Em vez disso, as campanhas ou mobilizações contra a deportação que têm sido desdobradas em contextos onde as detenções e expulsões adquiriram outras dimensões,

supõem reivindicações que implicam em uma impugnação dessa prática estatal validada diariamente, porque compreendem que a mera existência da figura da expulsão ou deportação é constitutiva dos processos de criminalização da imigração e obriga aos imigrantes demonstrarem permanentemente que são bons imigrantes” e que merecem um lugar na sociedade receptora

(*) Artigo original em espanhol traduzido por Marcela Salazar Granada

Eduardo Domenech é doutor em sociologia, professor do Centro de Estudos Avançados da Universidade Nacional de Córdoba e pesquisador do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet) com lugar de trabalho no Centro de Investigações e Estudo sobre Cultura e Sociedade, Argentina. Atualmente co-ordena o GT de Clacso “Migração, Cultura e Políticas”. Email: eduardo.domenech@gmail.com.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Em 2012, com financiamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Universidade Nacional de Córdoba, a equipe de investigação começou a trabalhar sobre esta preocupação num projeto coletivo intitulado “Migraciones y políticas de control en América del Sur: retorno, legalización y expulsión”. Dois anos depois, o projeto foi renovado sob o título “Migraciones y políticas de control: prácticas institucionales y experiencias sociales”.
2. Ver Sánchez Alonso, B. “La época de las grandes migraciones: desde mediados del siglo XIX a 1930”. In: *Mediterráneo Económico*, 1, 2002.
3. Ao longo do artigo usamos indistintamente os termos como expulsão e deportação. Na normativa migratória de alguns países, no entanto, são usadas distintas categorias para nomear um mesmo processo de coerção estatal consistente em remover cidadãos estrangeiros do território nacional.
4. Entre os poucos trabalhos existentes de corte histórico que se concentraram nas práticas estatais de controle migratório em países sul-americanos, estão Cook-Martín, D. “Rules, red tape, and paperwork: the archeology of state control over migrants”. In: *Journal of Historical Sociology*, 21 (1), 2008; Ramírez, J. *Ciudad-Estado, inmigrantes y políticas. Ecuador, 1890-1950*. IAEN, Quito, 2010.
5. Outro dos grupos étnicos perseguidos, cujo ingresso foi proibido, é “os ciganos”. Na década de 1930, começam a aparecer nas listas de “indesejáveis” da legislação migratória de alguns países da América do Sul. Assim aconteceu na Colômbia no ano de 1936, na Bolívia em 1938 e no Equador em 1938 e 1940.
6. Na América Latina, entre seus primeiros usos, a noção de deportação era usada para descrever o exílio de opositores políticos (em tempos de formação dos Estados-nação) e era aplicado como castigo. Para uma revisão das formas históricas de expulsão e a prática moderna da deportação, ver Walters, W. “Deportation, expulsion, and the international police of aliens”. *Citizenship Studies*, 6(3), 2002.
7. Domenech, E. “La agenda política sobre migraciones en América del Sur: el caso de la Argentina”. In: *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 23 (1), 2007.
8. Em geral, a informação estatística oficial sobre deportações é incompleta, descontínua, fragmentada e dispersa. Também, é muito pouco desagregada (geralmente são apresentados dados gerais, sem a distribuição por idade, sexo ou motivo da rejeição ou expulsão) e é difícil de encontrar. Os dados disponíveis e as diferentes formas e categorias para juntá-los tornam impossíveis as comparações. Em qualquer caso, servem para conhecer a magnitude do fenômeno, estabelecer alguns contrastes e mostrar tendências ou padrões.
9. As flutuações ou variações nos níveis e quantidades não necessariamente supõem uma diminuição ou um aumento das práticas de deportação. Em alguns casos, podem estar relacionadas a questões metodológicas.
10. Também a região da América Central e o Caribe tem uma alta participação no total de exclusões e deportações de cidadãos equatorianos.
11. De modo algum quero sugerir que nas atuais formulações de leis e políticas é substituído um enfoque de “segurança” por outro de “direitos”, mas que são produzidas novas articulações entre migração, seguridade e direitos. Para dar conta dessa articulação propus a noção de políticas de “controle com rosto humano”. Ver Domenech, E. “‘Las migraciones son como el agua’: Hacia la instauración de políticas de control con rostro humano. La gobernabilidad migratoria en la Argentina”. In: *Polis. Revista Latinoamericana*, 35, 2013.
12. Sayad, A. *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Anthropos, Barcelona, 2010.

SEGURANÇA PÚBLICA E FRONTEIRAS: APONTAMENTOS A PARTIR DO “ARCO NORTE”

Daniel Hirata

Um dos elementos que faz das fronteiras lugares estratégicos de pesquisa para se pensar o mundo contemporâneo é o que poderíamos chamar de “efeito bumerangue” (1), quando experiências político-administrativas situadas em espaços considerados às margens das formas governamentais passam a ser incorporadas no centro dos dispositivos de poder. Mais do que simplesmente reverter o sentido ou a direção mais corrente das dinâmicas do poder político e econômico, o que a imagem sugere é um trânsito que ajuda a informar a maneira pela qual certos “problemas” (2) são refletidos de forma experimental, conectando diferentes espaços geográficos. Do ponto de vista das políticas públicas brasileiras, um dos “problemas” associados às fronteiras que vem ganhando proeminência nas últimas décadas é a segurança pública. Pensada, sobretudo, como uma questão cujo centro são os chamados “ilícitos transfronteiriços”, tal categoria associa a insegurança nas fronteiras a certos circuitos mercantis, sobretudo o tráfico de drogas ilícitas, o tráfico de pessoas e o contrabando de produtos informais, assim como as suas conexões reais ou imaginárias com os grandes centros urbanos brasileiros. Por meio da urgência que o controle dessas circulações impõe à agenda política, a repressão aos ilícitos transfronteiriços vem fixando a área de segurança pública como espaço de atenção prioritária.

O “efeito bumerangue” faz os ilícitos transfronteiriços entrarem em ressonância com a representação da violência urbana (3), que associa e reduz a área da segurança pública nas grandes metrópoles ao combate militarizado dos mercados das drogas. Nas últimas décadas, as políticas de guerra às drogas (4) parecem ter se deslocado com grande rapidez para as fronteiras, na medida em que essas são vistas como os locais de proveniência dessas mercadorias em direção às grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Para entender esse trânsito entre cidades e fronteiras é preciso estar atento a uma sobreposição de dinâmicas antigas e recentes que produzem um hibridismo entre as áreas da segurança pública e da defesa nacional (5).

Este artigo pretende contribuir para a reflexão crítica desses apontamentos por meio de uma pesquisa realizada nos últimos anos no âmbito de um convênio entre o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Necvu-UFRJ) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp-MJ) (6). Partindo dos resultados iniciais dessa pesquisa realizada em toda a faixa de fronteira (7) do país e da reflexão acerca das políticas nas quais a pesquisa se insere,

a tentativa será expor algumas das linhas de força que conformam a questão da segurança pública como um “problema” por meio do caso específico do chamado Arco Norte do Brasil (8). O objetivo deste artigo será compreender historicamente a maneira pela qual esse espaço-problema do Arco Norte vem sendo pensado através de uma grade de legibilidade específica que, consequentemente, informa o uso de certos instrumentos de intervenção governamental preferenciais. Nessa direção, o Arco Norte parece conjugar a centralidade do militarismo no controle dos chamados mercados ilegais, informais e ilícitos e a sua hibridização com o trabalho policial como as duas pontas de um processo único de construção das políticas de segurança pública (9).

* * *

Para a elaboração desse amplo e inédito diagnóstico da segurança pública nas fronteiras, o grupo Retis realizou um levantamento de dados secundários de cunho socioeconômico e demográfico. O grupo Necvu trabalhou com informações oficiais de segurança pública e da criminalidade local, realizou um *survey* em todas as instituições relativas à área de segurança pública e fez trabalho de campo por meio de entrevistas formais e informais, grupo focal, observações diretas com os operadores das instituições de segurança pública e os diversos atores da sociedade civil que pudessem auxiliar a elaboração do diagnóstico (10). Todo esse imenso esforço foi feito no quadro da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron). Portanto, cabe aqui uma breve reflexão acerca da emergência desse marco legal que atualmente orienta a maneira pela qual a área da segurança pública é pensada para as áreas fronteiriças.

Como uma iniciativa até então inédita pela visão integral das fronteiras brasileiras, por meio do Ministério da Integração Nacional, criou-se no início de 2004 o “Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira”. As ações incluíam o desenvolvimento integrado das sub-regiões em que se localizam as cidades-gêmeas, pensando as relações de interação com os países vizinhos via estruturação e dinamização dos arranjos produtivos, das condições de infraestrutura, da geração de empreendimentos, da formação e capacitação de agentes públicos, assim como o fortalecimento do associativismo e das formas de organização sociais.

Observa-se que o “Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” tangenciava também a questão da segurança pública, uma vez que: “uma análise criteriosa da região de fronteira (...) demonstra que as ameaças ao Estado residem, isto sim, no progressivo esgarçamento do tecido social, na miséria que condena importantes segmentos da população ao não exercício de uma cidadania plena, no desafio cotidiano perpetrado pelo crime organizado e na falta de integração entre países vizinhos. Essas são as principais ameaças presentes na faixa de fronteira, que colocam o desenvolvimento regional como estratégia prioritária para a soberania brasilei-

ra e a integração continental” (11). O texto de 2004 deixa claro que as políticas de desenvolvimento eram vistas como uma espécie de anteparo ao enfrentamento da questão da segurança pública porque se pensava o desenvolvimento socioeconômico como uma forma estratégica de enfrentamento dos problemas de segurança pública.

Quase em paralelo a essa iniciativa, diversas experiências foram sendo testadas para tratar especificamente das questões de segurança pública no âmbito da faixa de fronteira. Nesse sentido, em 2008, com vistas ao fortalecimento da segurança pública nessas regiões, a Senasp criou o Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira (Pefron), após algumas iniciativas que objetivavam combater o crime de roubo de gado, recorrente no Rio Grande do Sul. Trata-se do início das discussões sobre o papel a ser desempenhado pelos órgãos de segurança pública na região fronteira, quando se incentivou a criação de grupos especializados na atuação repressiva e preventiva para o enfrentamento dos crimes ali recorrentes. Serviram como modelo as experiências de dois estados: Mato Grosso do Sul, criador do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), e do Mato Grosso, que inaugurou o Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron) (12).

O Pefron foi encerrado, mas continuaram as iniciativas para fortalecer a segurança pública nas fronteiras. Um novo patamar de priorização da União na área de segurança pública foi alcançado alguns anos mais tarde, com a instituição do Plano Estratégico de Fronteiras e do Programa Enafron. O Plano Estratégico de Fronteira foi formalizado em junho de 2011 e a adesão dos estados se deu em dezembro de 2011, conforme determinação contida no Decreto nº 7.496 (12). Caracteriza-se pelo planejamento de ações integradas entre órgãos de segurança pública e defesa e é liderado pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Defesa, buscando implantar ações federativas entre a União, os estados e os municípios situados na faixa de fronteira, mediante a formulação de projetos estruturantes e ações de cooperação internacional. O principal objetivo do Enafron é intensificar o controle e a fiscalização nas fronteiras, de forma a “fortalecer a prevenção, o controle e a repressão dos delitos transfronteiriços e outros delitos praticados nas regiões da fronteira brasileira, em parceria com estados e municípios”.

A introdução das categorias de “delitos transfronteiriços”, ou seu equivalente “ilícitos transfronteiriços”, acabou por produzir impactos na economia local dada a centralidade que o controle da circulação de certas mercadorias e pessoas passaram a ocupar nas políticas de segurança pública. No caso do Arco Norte brasileiro, essa situação é emblemática, pois o rigor desse controle, ainda que relativo, dadas as condições de implementação da infraestrutura de fiscalização, já pode ser percebido em alguns setores da pesca e da agricultura de subsistência, assim como na incipiente exportação desses produtos às cidades lindeiras da fronteira – como é o caso em

certos lugares de pesca do “peixe liso” (peixe de couro) e da produção da farinha de mandioca. Isso não significa que a questão do desenvolvimento desapareceu do horizonte político do Estado brasileiro ou que foi suplantado pela questão da segurança pública, mas é notável que uma série de tensões se sobrepõem a antigas questões que articulam segurança e desenvolvimento no Arco Norte.

Historicamente, a região foi marcada pela avaliação de que se tratava de enormes extensões de “espaços vazios” a serem “povoados”, mas também por grandes projetos de desenvolvimento econômico, seguindo a máxima de “ocupar para não entregar”, nem sempre bem sucedidos em diversos aspectos: falta de planejamento e integração efetiva com os mercados internos e internacionais, ausência de uma previsão do impacto social e ambiental e, no mais das vezes, o abandono desses grandes investimentos ao longo do tempo. Esse foi o caso do Projeto Jari no Amapá e do Projeto Calha Norte, para ficar apenas em alguns exemplos do século XX, e tem sido o caso da construção de hidrelétricas e dos projetos de exploração de petróleo atualmente. Ao largo do desenvolvimentismo do passado e do presente encontramos populações inteiras que procuram so-

breviver em meio a uma economia incipiente e pouco articulada com o restante do país, o que não significa que não seja importante e vital para os seus habitantes: a circulação de pessoas e mercadorias, feita sobretudo por meio dos rios, sempre foi estruturadora das trocas e interações sociais que se conformam na região, tanto no âmbito do território nacional como em suas relações com os países vizinhos ao Brasil.

As questões de segurança pública, que porventura possam bloquear ou dificultar essa rede de trocas tão importante para o Arco Norte, correm

o risco de produzir efeitos deletérios não apenas para a economia da região como também para a própria área de segurança pública. Se é verdade que em certos lugares o fluxo de mercadorias ilícitas ou do contrabando utilizam os mesmos caminhos das mercadorias legais, também é verdade que a maior parte dessas circulações é feita por pessoas que procuram tão somente trabalhar e viver. Por isso, na medida em que as questões de segurança pública passam a bloquear o extenso sistema de trocas que conforma o Arco Norte, seu impacto na economia local é muito intenso. De outro lado, a herança e a atualização do desenvolvimentismo vem produzindo uma estruturação conflitiva que produz boa parte dos problemas de segurança pública que se encontram atualmente no Arco Norte. Isto porque reforçam as grandes desigualdades sociais que formaram alianças entre poderosos grupos políticos, comerciais e empresariais que transitam entre a ilegalidade e a delinquência e atuam de forma pouco republicana com as populações relegadas a conviver com diversas formas de violência sociais e políticas (13).

Cabe destacar, como afirma Fernando Rabossi, membro da coordenação nacional da pesquisa (6), a maneira pela qual essas arti-

**O PRINCIPAL
OBJETIVO DO
ENAFRON É
INTENSIFICAR O
CONTROLE E A
FISCALIZAÇÃO
NAS FRONTEIRAS**

culações entre desenvolvimento, segurança pública e defesa nacional são atualizadas nas mais recentes políticas voltadas para as fronteiras: “a mudança reflete o lugar que as fronteiras passaram a ocupar na agenda política, tanto para atender a demanda interna – a denúncia da procedência externa de drogas e armas nas cidades do país – como para se posicionar internacionalmente” (14). Ao procurar se alinhar à agenda e ao formato internacional de combate ao tráfico de drogas, o tráfico de pessoas (15) e do contrabando, na tentativa de se constituir como “*player*” na geopolítica mundial, podemos dizer que as sobreposições de políticas recentes ao legado da atuação estatal no Arco Norte desloca-se de um projeto de desenvolvimento que apenas tangenciava a questão da segurança pública, na medida em que não lhe conferia autonomia, para um projeto de segurança que tangencia perigosamente a questão do desenvolvimento, pela possibilidade de entrar em conflito com a economia e com o sistema de trocas local.

É muito importante, contudo, (re)situar o plano de atualidade das passagens entre segurança e defesa em um campo novo, híbrido e articulado. Nesse sentido, Didier Bigo mostra em pesquisa recente que a convergência entre aparatos policiais e militares é uma dinâmica internacional, que passa pela convergência de discursos, doutrinas e técnicas dos profissionais da segurança (policiais e militares) no mundo pós 1989, especialmente com a queda do Muro de Berlim, o declínio da ex-URSS, as guerras do Golfo e da Iugoslávia. Neste mundo não mais ordenado segundo a lógica bipolar, as distinções entre ameaça interna e externa parecem se encontrar como em uma fita de Moebius (16) por diversas razões: em primeiro lugar os profissionais da defesa nacional começam a procurar internamente os inimigos externos e os profissionais da segurança passam a olhar externamente as ameaças para a segurança interna, cujos exemplos mais evidentes são as políticas de guerra às drogas, a ameaça do crime organizado transnacional, do tráfico de pessoas e do terrorismo. Em segundo lugar, o tipo de guerra atual, não mais guerra aberta entre nações mas sim feita em espaços urbanos e figurada como intervenções pontuais, produz um campo comum de atuação estratégica e tecnológica entre policiais e militares. Por fim, as estruturas cooperativas e coordenadas de atuação aparecem como vantajosas do ponto de vista dos custos para o orçamento estatal, fato que mudou as relações institucionais entre as áreas da segurança pública e da defesa em diversos países (17).

No caso brasileiro são conhecidas e notórias, já há muito tempo, as passagens históricas entre práticas e culturas institucionais das forças armadas e das polícias estaduais (18). É conhecida a herança militar da formação das polícias brasileiras: foram concebidas como forças da reserva do exército, treinadas pelas forças armadas e, posteriormente, utilizadas durante o regime de exceção como polícia ostensiva contra a ameaça da chamada “subversão política”. A herança da doutrina militar, orientada não à prestação

de um serviço público de segurança e à proteção ao cidadão, mas sim para o combate aos “inimigos internos” é um tema amplamente estudado como parte das dificuldades de implementação de políticas de segurança no contexto democrático brasileiro e analisada como parte dos resquícios autoritários presentes nas instituições do estado democrático de direito no Brasil. Contudo, as políticas voltadas à proteção das fronteiras brasileiras a partir da metade dos anos 2000 são especialmente reveladoras da vitalização dessa relação por meio de dinâmicas internacionais de hibridização das áreas da defesa e da segurança pública, como também no combate aos chamados ilícitos transfronteiriços.

Mas nada disso teria sido possível sem o engajamento de importantes lideranças políticas das grandes metrópoles brasileiras: a relação entre os grandes centros urbanos e as fronteiras emerge, de forma importante, por meio de uma avaliação e um discurso muito agressivo dos governadores e secretários de segurança de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro de que seria ineficaz combater o “crime organizado” nessas cidades se o fluxo de drogas não fosse interrompido nas fronteiras. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, se pronunciou em diversas oportunidades afirmando que as fronteiras estavam “totalmente abertas” e que a maior responsabilidade pelo controle do tráfico de drogas seria do governo federal: “São Paulo produz cana, laranja, soja, milho, café, não produz cocaína” (19). José Mariano Beltrame, secretário de Segurança do Rio de Janeiro, em um momento recente de crise das Unidades de Polícia Pacificadoras UPP’s disse que “seria necessário pensar segurança de forma ampla no controle da fronteira” (19). Marcelo Freixo, ao criticar a mesma política das UPP’s na cidade do

**É IMPORTANTE
(RE)SITUAR O
PLANO DE
ATUALIDADE DAS
PASSAGENS ENTRE
SEGURANÇA
E DEFESA EM UM
CAMPO NOVO**

Rio de Janeiro como forma de “criminalização da pobreza”, afirmou que “é preciso patrulhar a baía de Guanabara, portos, fronteiras, aeroportos clandestinos. O lucrativo negócio das armas e drogas é máfia internacional. Ingenuidade acreditar que confrontos armados nas favelas podem acabar com o crime organizado.” (19).

Neste sentido o controle de fronteiras acabou sendo uma resposta técnica e política. Em um primeiro sentido, política, porque os governos estaduais procuravam se resguardar de suas responsabilidades, compartilhando-as com as autoridades federais. Mas ao mesmo tempo, técnica, com a utilização de soluções de expertise que construíram um novo design institucional a partir da atuação conjunta de operadores anteriormente imbuídos separadamente das questões da segurança pública e da defesa nacional. Na confluência entre essas respostas técnicas e políticas, constrói-se uma grade de legibilidade específica de combate ao “crime organizado transnacional” e, conseqüentemente, informa-se o uso de certos instrumentos de intervenção governamental preferenciais (20) que, neste caso, impõem a centralidade do militarismo no controle dos chamados “ilícitos transfronteiriços”.

É importante destacar, contudo, que a incidência desses instrumentos preferenciais segue uma seletividade específica: a área onde se concentram os maiores esforços de atuação repressiva são os mercados das drogas ilícitas que, no caso brasileiro, se sobrepõem de forma muito menos evidente ao tráfico de pessoas, como é o caso em outros países do chamado Norte Global. Dado que esses mercados são vistos como feitos por grupos brasileiros provenientes das grandes cidades, como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, e sendo esses os alvos principais das políticas mais recentes de segurança pública para as fronteiras, é a relação entre cidades e fronteiras para o caso específico do mercado de drogas que segue essa tendência principal de militarização.

Ocorre que essa resposta de guerra e combate ao tráfico de drogas que emana em parte das grandes cidades brasileiras encontra ampla ressonância nas cidades e estados de fronteira na medida em que, sobretudo no Arco Norte, em muitos casos a presença mais antiga e mais estruturada do Estado brasileiro se faz por meio dos aparatos institucionais das forças armadas. Diversas cidades da região Norte se formaram a partir de pelotões de fronteira, instalados como parte de uma estratégia de manutenção das fronteiras em regiões “pouco povoadas” ou ainda como postos de controle da circulação de mercadorias não autorizadas pelo governo central. Essa sobreposição entre cidades e bases das forças armadas não é casual pois a geografia dos rios no Arco Norte sempre orientou a circulação de diferentes produtos e a defesa da soberania nacional. São exemplos deste tipo de sobreposição as cidades de Tabatinga (AM), Tefé (AM), Oiapoque (AP) e São Gabriel da Cachoeira (AM), importantes cidades fronteiriças cujo povoamento esteve ligado à presença militar que, por sua vez, mantinha ligações cruzadas com as áreas da defesa e da segurança, no controle do contrabando e de invasões estrangeiras. O momento atual reforça essa tendência de povoamento via instalação de bases militares em diversos lugares do Arco Norte, por exemplo nos eixos dos rios Içá/Putumayo, dos rios Japurá/Caquetá, dos rios Javari/Yavari, onde novos assentamentos se formam ao redor de pelotões de fronteira pensados tanto para a defesa do território nacional como para o controle dos ilícitos transfronteiriços.

Dessa forma, mesmo que nem sempre as relações entre militares e população local tenham sido amigáveis, sobretudo no que diz respeito aos povos indígenas, é inegável que se trata de uma instituição central para a compreensão da presença governamental nesses lugares, com grande prestígio e influência nos destinos desses espaços. Essa influência foi legalmente ampliada em 2010 por meio da atribuição dos poderes de polícia ao exército na faixa de fronteira. Através dessas novas atribuições, o exército pode atuar de forma indistinta e com irrestrito amparo jurídico nas áreas da segurança pública e da defesa nacional. Dessa maneira, durante as operações de patrulhamento de fronteiras ou mesmo no curso de suas atividades cotidianas, o exército pode também atuar na fiscalização de ocorrências policiais, com especial atenção para o contrabando, o descaminho e o tráfico de drogas. Essa atribuição foi feita tendo em vista a utilização da infraestrutura do exército nas regiões fronteiriças, muito superior àquela das polícias (21).

A superioridade logística e dos meios de atuação reforça a recorrente percepção dos operadores das instituições de segurança pública e de muitos membros da sociedade civil acerca da “vocação natural” do exército para as regiões de fronteira. De fato, ao contrário da maior parte dos operadores das institui  es de segurança pública, que veem o trabalho em regiões de fronteira como um “castigo”, nas forças armadas    considerado um grande privilégio atuar no Arco Norte. Além do trabalho nessas regiões conferir prestígio profissional pelo fato de ser considerada uma região estratégica para o exército, seus profissionais são recompensados com gratifica  es salariais e suporte na instala  o para suas famílias. Em tais condi  es, o conhecido problema da rotatividade dos agentes da segurança pública ocorre de forma muito mais amenizado nas forças armadas, favorecendo os laços e o enraizamento da institui  o nas cidades onde estão instalados.

De outro lado,    importante dizer que, mesmo internamente às forças armadas, a atua  o do exército como força policial    uma questão tecnicamente delicada e controversa. Alguns comandantes entrevistados para esta pesquisa se posicionaram de forma contrária às novas atribui  es pelas especificidades da institui  o, tomando como exemplo a experiência de atua  o do exército em grandes cidades, considerada internamente como pouco exitosa pela não adapta  o da atua  o em áreas urbanas e entre popula  es civis. De toda maneira, o fato    que pouco a pouco essas novas atribui  es v  o fazendo parte da rotina do trabalho militar nas fronteiras do Arco Norte. Ao acompanhar os exercícios da Opera  o   gata, maior exercício de treinamento interag  ncia da faixa de fronteira,    clara a liderança exercida pela coordena  o do exército. Na articula  o das institui  es de segurança pública que a Opera  o   gata promove, todo o rearranjo institucional encontra em seu centro o exército e, desta maneira, todo o trabalho de combate aos lícitos transfronteiriços    coordenado por esta institui  o.

Por essas razões, a militariza  o da segurança pública nas regiões de fronteira, especialmente no Arco Norte brasileiro,    uma prática imanente    história e às condi  es atuais de atua  o no combate aos lícitos transfronteiriços. As novas formas de organiza  o da “guerra às drogas”, que articulam nacional e internacionalmente a rela  o entre defesa nacional e segurança pública, têm ampla ressonância histórica, respaldo político e amparo técnico para que possam se ampliar e se consolidar nos espaços de fronteira do Arco Norte. Nesse sentido, a fronteira    uma espécie de “laboratório” da militariza  o da segurança pública no Brasil e pode produzir o “efeito bumerangue” em dire  o aos grandes centros urbanos. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro a metáfora da guerra (22) foi pensada em seus efeitos deletérios para a presta  o dos serviços de segurança pública e prote  o ao cidadão, conformando um acordo tácito de que o controle de certos mercados passaria necessariamente pela suspensão dos direitos civis de certas parcelas da popula  o. No caso das fronteiras do Arco Norte, entretanto, não se trata de uma metáfora, mas sim de uma prática político-administrativa ordinária em constru  o.

Daniel Hirata    professor de sociologia na Universidade Federal Fluminense (UFF).

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Foucault, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
2. Um "problema" ou "problematização" diz respeito a uma forma de construção dos objetos de pesquisa que segue de perto a maneira pela qual Michel Foucault definiu diversas vezes o contorno singular de seu pensamento e seu trabalho histórico. Ver: Foucault, M. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard. 2003. Entre outros textos importantes sobre o assunto no compêndio, destaca-se "Polémique, politique et problématisation" (texto 342 do tomo IV).
3. Para Machado da Silva a violência urbana é uma representação e, portanto, um objeto e não um conceito. Ver: Machado da Silva, L.A. "Violência urbana: representação de uma ordem social". In: Nascimento, E.P.; Barreira, I. (org.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya. 1993.
4. Rodrigues, T.M.S. *Política e drogas nas Américas*. Educ/Fapesp. 2004.
5. Graham, S. *Cities under siege: the new military urbanism*. Verso, 2010.
6. A coordenação geral da pesquisa foi realizada pelo professor Michel Misse, em um trabalho articulado dos grupos Necvu-UFRJ e Retis-UFRJ. O grupo Retis-UFRJ foi coordenado pela professora Lia Osório Machado, juntamente com o(a)s pesquisadores Rebeca Steiman e Lício Caetano do Rego Monteiro. Os membros do grupo Necvu-UFRJ foram, além do professor Michel Misse, o(a)s pesquisadores Joana Domingues Vargas, Fernando Rabossi, Brígida Renoldi, Carolina Grillo, Felipe Zilli, Klarissa Almeida Silva e Jeferson Scabio. Os dados utilizados neste artigo foram fruto de um longo esforço conjunto desses pesquisadores que fizeram todo o trabalho de forma coletiva e aos quais eu sou grato por cada linha e reflexão aqui expressa. Os eventuais erros ou problemas do texto são de inteira responsabilidade do autor.
7. A faixa de fronteira abrange o conjunto de municípios localizados na área que compreende os 150 km da linha de fronteira do Brasil em direção ao interior do país. A linha de fronteira é estimada atualmente em 16.886 km, atravessando 11 estados brasileiros e abrangendo 27% do território nacional.
8. O Arco Norte é uma categoria socioespacial muito utilizada na gestão governamental das fronteiras que reúne o Pará, Amapá, Roraima, Amazonas e Acre, imaginando-os como uma região coerente. Ver Grupo Retis (11). Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira. Ministério da Integração Nacional. 2005.
9. Nessa direção, a compreensão de dinâmicas cruzadas entre policiais e militares no tempo e no espaço me parece acompanhar o artigo de Liliana Sanjurjo e Gabriel Feltran neste mesmo Núcleo Temático da revista *Ciência e Cultura*.
10. Para maiores informações sobre a pesquisa ver: Necvu. "Relatório da pesquisa "Segurança Pública nas Fronteiras". Brasília: Ministério da Justiça, 2015.
11. Grupo Retis. *Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira*. Ministério da Integração Nacional. 2005.
12. Brasil. Ministério da Justiça. "Plano do Programa Enafron". 2012.
13. A pesquisa "Segurança Pública nas Fronteiras" identificou o tráfico de drogas, feito sobretudo na escala atacadista, como uma atividade ligada a certos grupos de influência compostos pela elite local, enquanto que os problemas do Arco Norte na área de segurança pública são: a violência doméstica, em particular a violência contra a mulher e contra a criança e o adolescente; os conflitos interpessoais, com especial importância para as brigas de bar e o fenômeno das "galeras"; os crimes contra a propriedade como o furto e roubo a transeunte, de veículos e à residência; as disputas de terras, os crimes ambientais, os problemas relacionados à mineração e, por fim, todas as questões que envolvem as populações indígenas, o segmento mais vulnerável em relação a uma série dos problemas acima apontados.
14. *Jornal Folha de S. Paulo*. "As fronteiras não merecem ser tratadas como periferia". 2 de Junho de 2013.
15. Para entender as relações entre as políticas brasileiras e internacionais no que diz respeito ao tráfico de pessoas ver, neste mesmo Núcleo Temático, o artigo de Adriana Piscitelli e Laura Lowenkron.
16. A fita de moebius é uma representação clássica do encontro das duas faces de uma fita feita por Asher que, posteriormente, passou a simbolizar o infinito.
17. Bigo, D. « La mondialisation de la (in) sécurité: réflexions sur le champ des professionnels de la gestion des inquiétudes et analytique de la transnationalisation des processus de la (in)sécurité ». *Culture et Conflit*, 58, 2005.
18. Kant de Lima, R. *Ensaio de antropologia e direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008. Misse, M. "Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro". Rio de Janeiro: Tese (doutorado em sociologia - IUPERJ). 1999.
19. *Jornal Folha de S. Paulo*. "Aickmin culpa gestão federal por 'epidemia de drogas' ". 23 de maio de 2013. Revista *Veja*. "Beltrame cobra fiscalização nas fronteiras e nova lei de execuções penais" 30 de novembro de 2010. *Jornal Folha de S. Paulo*. "Não haverá vencedores" 28 de novembro de 2010.
20. Lascombes, P. & Patrick L. G.. *Gouverner par les instruments*. Paris: Presses de Sciences Po., 2005. Uma abordagem semelhante ao pensar as formas de legibilidade e instrumentação, para o caso de "refugiados" e "favelados", pode ser encontrado no artigo de Adriana Viana e Ângela Facundo, neste mesmo Núcleo Temático.
21. Na pesquisa "Segurança Pública nas Fronteiras" foi constatado que o Arco Norte caracteriza-se pela dimensão continental, as conexões prioritariamente fluviais e a baixa densidade populacional, urbana e institucional, com impactos na economia da área, seja ela legal ou ilegal, assim como nas dinâmicas da criminalidade local. Frente a este cenário, as polícias e demais órgãos de fiscalização encontram grandes dificuldades logísticas, de efetivo e de equipamentos para exercer as suas atribuições. De outro lado, a instituição mais bem amparada do ponto de vista dos recursos e infraestrutura foi as forças armadas.
22. Leite, M.P. "Para além da metáfora da guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca". Tese (doutorado em sociologia - UFRJ). 2001.

CATEGORIAS EM MOVIMENTO: A GESTÃO DE VÍTIMAS DO TRÁFICO DE PESSOAS NA ESPANHA E NO BRASIL

Adriana Piscitelli
Laura Lowenkron

Neste artigo analisamos, numa perspectiva comparativa, alguns aspectos dos regimes discursivos e legais sobre tráfico de pessoas predominantes na Espanha e no Brasil. Análises realizadas a partir da metade da década de 2000 por pesquisadores/as que estudam tráfico de pessoas e prostituição em diferentes partes do mundo mostram como, no marco de processos de policiamento das fronteiras, os regimes discursivos e legais sobre tráfico de pessoas envolvem a criminalização dos deslocamentos internacionais de certos trabalhadores(as) migrantes, marcados por gênero, sexualidade, classe, raça/etnia e nacionalidade (1). Estamos interessadas em compreender como essa convergência se produz em países diferentemente posicionados em termos geopolíticos, das políticas migratórias e dos marcos legais relativos ao tráfico de pessoas. Prestamos particular atenção em como, no âmbito dessa diversidade, os regimes presentes nos dois países produzem a noção de vítima desse crime, considerando os efeitos das formas de construção (moral, política e administrativa) dessa categoria.

No plano internacional, as discussões e ações antitráfico se intensificaram a partir de inícios da década de 2000, coincidindo com a elaboração e ratificação do Protocolo de Palermo, o mais relevante instrumento jurídico internacional relativo ao tráfico de pessoas (2). Apesar desse protocolo ser oficialmente “destinado a combater e prevenir o tráfico de pessoas e, ao mesmo tempo, a proteger os direitos fundamentais das vítimas”, ele faz parte de um conjunto de instrumentos voltados para a repressão do crime organizado transnacional, integrado também pelo protocolo relativo ao combate ao contrabando de migrantes (3).

A implementação do Protocolo de Palermo teve significativas distinções na Espanha e no Brasil. Apesar disso, nos dois países, pessoas consideradas como vítimas de tráfico acabam sendo deportadas em função do seu estatuto migratório. Partindo dessa constatação, analisamos os pressupostos, as noções e as práticas de gestão que tornam possíveis os deslocamentos entre as categorias impostas a trabalhadores(as) migrantes e o embaralhamento entre “ilícitos transfronteiriços” (4). Referimo-nos, em especial, aos procedimentos por meio dos quais, ao longo do deslocamento de pessoas e de procedimentos administrativos estatais através das fronteiras, as vítimas a serem resgatadas são transformadas em migrantes irregulares a serem deportadas(os) ou até criminalizadas(os). Prestando atenção

em como, no âmbito de uma série de instâncias do Estado e governamentais em sentido amplo (5), nos dois países, a noção de vítima é acionada e dotada de sentido, argumentamos que ela é ativada no âmbito de diferentes disputas sobre quem pode (ou merece) ou não ser enquadrado nessa categoria. E exploramos as condições de reconhecimento (6) que permeiam essas disputas.

A pesquisa etnográfica de Adriana Piscitelli foi realizada durante 15 meses na Espanha (7), entre 2004 e 2013, analisando as experiências de migrantes brasileiras, mulheres e travestis inseridas em diferentes setores da indústria do sexo nesse país. Essas experiências foram situadas no âmbito do acionamento dos marcos legais sobre migração, prostituição e tráfico de pessoas, analisados acompanhando o trabalho de ONGs voltadas para o apoio a migrantes e trabalhadoras do sexo, dos consulados brasileiros na Espanha, e também da Polícia de Extranjería espanhola. Já o trabalho de campo etnográfico de Laura Lowenkron, conduzido ao longo de 2013, conferiu particular atenção à maneira pela qual a categoria “tráfico de pessoas” é construída e desconstruída nos discursos e nos inquéritos da Polícia Federal, principal braço do Estado brasileiro responsável pela atividade de repressão a esse crime, além de ser responsável por exercer a atividade de polícia aeroportuária, de controle das fronteiras e dos fluxos migratórios internacionais (8).

Na primeira parte do texto criamos um contexto para considerar como as políticas antitráfico afetam as migrantes brasileiras na Espanha, levando em conta como são transformadas em estrangeiras deportáveis e quando e como a algumas poucas é concedido o estatuto de vítimas desse crime. Depois, analisamos como, no Brasil, essas mesmas migrantes deportadas são definidas por documentos e agentes policiais e como pessoas estrangeiras consideradas vítimas de tráfico são percebidas e tratadas na Polícia Federal brasileira. Finalmente, destacamos alguns dos principais efeitos do atual modelo político de enfrentamento ao tráfico de pessoas, baseado na linguagem dos direitos humanos, e consideramos algumas hipóteses para explicar aquilo que tem sido apontado como um dos principais desafios das políticas antitráfico: o fato de que, em geral, as pessoas tecnicamente definidas como traficadas não se identificam como tais.

VÍTIMAS NA ESPANHA E NO BRASIL Na Espanha, ao longo da década de 2000, quando o país passou a concentrar um dos mais elevados contingentes migratórios extracomunitários na Europa, a convergência entre leis migratórias, o plano espanhol de combate ao tráfico de pessoas (9), e ações policiais, provocavam a impressão de responder a uma política coerente de repressão voltada para certos fluxos de população (10). Nesses anos, a recorrente deportação de “vítimas” foi justificada remetendo à Lei Orgánica sobre Derechos y Libertades de los Extranjeros em España y su Integración Social, de 2000.

De acordo com ela, a possibilidade de um estrangeiro em situação irregular, vítima de tráfico ilícito de seres humanos ou de mão de obra, de exploração da mão de obra ou na prostituição, obter visto de permanência no país era vinculada à colaboração com as autoridades

des, denunciando redes criminosas organizadas, oferecendo “dados essenciais” nas investigações (11). E o plano de combate ao tráfico de pessoas, em vigor a partir de 2007 era condizente com essa lei. Paralelamente, ele evidenciava o interesse no controle migratório, mediante a ideia de cooperação com países de origem (como o Brasil), que envolve o aprimoramento no controle da saída de cidadãos(ões) desses países. Esse interesse está também presente na vinculação entre a redução de vítimas de determinadas nacionalidades, como as colombianas, e a restrições na circulação internacional, como a exigência de vistos para ingressar na Espanha.

No Brasil, nesse mesmo período, leis, políticas, planos e ações policiais compõem um quadro mais heterogêneo e, até, contraditório, que parece não condizer com a implementação de uma política de repressão à imigração de estrangeiros. No país, o debate sobre tráfico de pessoas se intensificou num momento de incremento da migração brasileira para nações “ricas”. A dimensão internacional desse crime preocupava em função da violação de direitos de migrantes brasileiros(as) no exterior, principalmente de vítimas para a exploração sexual em países do Norte e nas fronteiras. E parte das estratégias políticas antitráfico foi desenvolvida a partir de projetos de cooperação internacional, apoiados por agências multilaterais e organizações internacionais dos países do Norte, com medidas voltadas para o controle da emigração de brasileiras(os) para o exterior (12).

No final da década de 2000, no âmbito da crise econômica que afetou diversos países do Norte e do crescimento econômico do Brasil, o país passou a ser percebido como foco de atração para migrantes de diversas partes do mundo. E, na convergência entre essa ideia e um revigoreamento das políticas brasileiras sobre fronteiras (13), os fluxos de população que passaram a preocupar, e a ser vinculados a crimes, como o tráfico de migrantes têm sido, sobretudo, aqueles de partes “pobres” do mundo.

No Brasil, até o momento, não houve uma harmonização entre as leis nacionais relativas ao tráfico de pessoas e o Protocolo de Palermo e há uma multiplicidade no entendimento e na atuação estatal frente ao problema que decorre, em parte, da discrepância de dois instrumentos legais que definem esse crime. A noção jurídica de “tráfico de pessoas” que orienta o sistema de justiça criminal brasileiro é associada exclusivamente à intermediação ou facilitação de deslocamentos internacionais e internos para fins de prostituição ou outras formas de exploração sexual (14).

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovada em 2006, os dois Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e os debates públicos sobre o tema são orientados pela definição do Protocolo de Palermo, no qual o “crime é definido concedendo ênfase à coerção ou abuso de situação de vulnerabilidade em alguma fase do processo do deslocamento realizado para ser explorado em qualquer setor de atividade” (15).

Essa política prevê a proteção e assistência às vítimas do tráfico de pessoas, acolhimento e abrigo provisório e reinserção social, independentemente da situação migratória (16). Diferentemente do plano espanhol, ela explicita que a proteção e assistência integral às vítimas não está vinculada à colaboração em processos judiciais (17). E o II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, produzido a partir de 2011 e publicado em 2013, garante atenção assistencial e jurídica a vítimas estrangeiras e também a eventual escolha de permanência no país (18).

Em 2010, uma resolução normativa do Conselho Nacional de Imigração (19) afirmava que poderia ser concedido visto de permanência aos estrangeiros que estivessem no Brasil em situação de vulnerabilidade, vítimas do tráfico de pessoas para exploração sexual, trabalho análogo ao de escravo ou remoção de órgãos. Mas, até o momento, a aplicação dessa modalidade de visto tem sido inexistente, assim como ainda é rara a identificação formal de estrangeiros como vítimas de tráfico.

Neste quadro, há menor coerência que na Espanha entre as leis do Código Penal, as políticas voltadas para o tráfico de pessoas e as orientações para sua implementação e as ações policiais. No Brasil,

essas políticas, com um caráter tutelar e de afirmação de proteção aos direitos humanos das vítimas independentemente de colaboração com as autoridades, parecem não condizer com a implementação de uma política de repressão à imigração de estrangeiros. Se no Brasil, como na Espanha, a repressão à prostituição vinculada ao enfrentamento de tráfico de pessoas tem tido efeitos no controle das atividades nos mercados do sexo locais, diferentemente da Espanha, esse controle tem tido efeitos na restrição da mobilidade de brasileiras que pretendiam viajar ao exterior (20).

Vale notar ainda que esse governo tutelar tem sido frequentemente exercido a partir do desenvolvimento de *tecnologias de si* (21) que buscam engendrar, até agora de maneira ineficaz, um processo de subjetivação/sujeição moral capaz de despertar nas pessoas tecnicamente definidas como traficadas a consciência de que são vítimas. Neste quadro heterogêneo, as tensões entre disposições legais, políticas e ações policiais redundam, também no Brasil, em deportações de estrangeiros tidos como possíveis vítimas de tráfico de pessoas.

VÍTIMAS DE TRÁFICO, “DENUNCIANTES” E MIGRANTES IRREGULARES NA ESPANHA Como operam as noções de vítima do tráfico de pessoas em cada um desses países? Na Espanha, a expansão do debate sobre tráfico de pessoas como problema social tem utilizado a retórica da defesa dos direitos humanos, embasada numa particular figura de vítima difundida, principalmente, em campanhas para “sensibilizar” a população. As imagens sobre essa vítima evocam a ideia de violação de consentimento sexual: fortemente feminilizadas, remetem à ideia de prisão, escravização, mercantilização, incapacidade de reagir, medo (22).

O DEBATE SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS SE INTENSIFICOU NUM MOMENTO DE INCREMENTO DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA

Essa imagem de vítima tem justificado a intensificação das inspeções policiais em locais voltados para a prostituição. Só que as pessoas detidas nessas inspeções, dificilmente acedem ao estatuto jurídico de vítima desse crime. Agentes da polícia migratória explicaram a discrepância entre os números das vítimas de tráfico estrangeiras “resgatadas” e os das que acediam ao estatuto jurídico de vítima, com direito a proteção e residência, afirmando o cumprimento da Lei de Extranjeria. Essas últimas eram apenas as “denunciantes” que apresentassem informações consideradas relevantes pela polícia.

A expulsão afetou, ao longo das décadas de 2000 e 2010, a maioria das mulheres “resgatadas”, originárias de diversas regiões “pobres” do mundo, sexualizadas, racializadas e “vulnerabilizadas” de formas diferenciadas. Entre as brasileiras “sem papéis” que exerciam atividades na indústria do sexo, contatadas ao longo da pesquisa, o que provocava medo era, precisamente, a percepção de serem migrantes irregulares a serem deportadas. Nos registros de ONGs há relatos de maus tratos e até torturas em delegacias de polícia espanholas, narrados por supostas vítimas de tráfico brasileiras deportadas (23). Muito além dos castigos físicos, a deportação era experienciada pelas entrevistadas como praticamente a maior violência à qual estavam expostas – uma “violência de Estado” (24). Algumas, que trabalhavam na rua, viviam num permanente estado de emergência, no qual o terror era cotidiano, mas o medo da deportação fazia também parte da vida cotidiana das que moravam e ofereciam serviços sexuais em apartamentos. Esses relatos indicam que, mesmo que os agentes e aparatos administrativos não façam uso da força física estatal, a eficácia de seus procedimentos legais (como a deportação) é profundamente ancorada nessa ameaça, como sugere Graeber (25).

O trânsito entre as diversas categorias adjudicadas a essas prostitutas brasileiras, pode ser pensado em diálogo com formulações de Fassin (26). De acordo com o autor, na atual articulação entre os discursos e as políticas humanitárias, nas quais a legitimidade de diversas intervenções se desloca da esfera legal à moral, se produz uma essencialização da vítima. Cria-se um modelo que justifica a assistência humanitária, mas não tem relação com a situação desses indivíduos. No caso dessas trabalhadoras migrantes, porém, a proximidade ou não dessas pessoas com a “vítima modelo” era irrelevante.

As autoridades podiam sensibilizar-se com mulheres que evocavam a ideia da vítima ideal e exercer violência e até crueldade com as mulheres que se distanciavam radicalmente desse ideal. Porém, o acesso ao estatuto jurídico de vítima de tráfico de pessoas seguia outros caminhos, orientados por leis e políticas de repressão à migração irregular. Assim, independentemente da retórica ancorada na proteção aos direitos humanos, na Espanha, o “reconhecimento” dessas migrantes como seres com acesso a direitos aparece como altamente restritivo e subordinado a categorias vinculadas ao combate ao crime: “denunciante” ou testemunha.

DO OUTRO LADO DO OCEANO: BRASIL Como essas mesmas migrantes, que foram para o exterior se prostituir, e também os estrangeiros

considerados vítimas de tráfico no Brasil são percebidos e classificados, no outro lado do oceano, pela Polícia Federal brasileira? Os inquéritos policiais consultados mostram como ações antimigratórias de países europeus – que, como vimos, se articulam e se confundem com ações antitráfico – repercutem e são decodificadas no país de origem dessas migrantes. Um mesmo caso classificado em Portugal como crime de “auxílio à imigração ilegal” associado ao “lenocínio”, que levou à deportação de migrantes brasileiras indocumentadas que trabalhavam em um clube de alterne (27) e prostituição, no Brasil deu origem a um inquérito de “tráfico internacional de pessoas”. E, em outros casos, divergências classificatórias como essa se repetem.

Diante da pergunta de qual era o seu entendimento em relação ao “tráfico de pessoas”, uma delegada respondeu: “não é um entendimento. A polícia trabalha com a definição legal. E hoje é basicamente o artigo 231 e o 231-A do Código Penal, que é tráfico de pessoas para exploração sexual”. Um agente esclarece com mais detalhes:

O crime se caracteriza pelo envio de pessoas com fins de exploração. Levar vantagem financeira. Muitas das pessoas querem ir, só que não têm condições de bancar toda a estrutura, pagar passagem, conseguir passaporte. Então, essas pessoas fazem esse aliciamento, oferecem esse serviço, entre outras. E cobram um “pedágio” por isso (28).

Esta definição de tráfico de pessoas que orienta a atuação policial ajuda a perceber como determinada conduta pode ser entendida e tratada por eles como ilegal, portanto, reprovável criminalmente, mas não como uma violação de direitos humanos (15). Delimitando fronteiras entre a “vítima humanitária” e a “vítima criminal” (29), a maior parte do tempo, os policiais caracterizavam o fenômeno menos em relação à definição legal do Código Penal do que a partir de um contraste com narrativas midiáticas e construções políticas estereotipadas sobre esse crime. Nesse sentido, ao constituir o tráfico de pessoas como categoria criminal, de certa maneira, os policiais acabam por desconstruí-lo enquanto problema social.

Distanciando-se da lógica tutelar que orienta a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, os policiais federais que atuam na linha de frente operacional não consideram as pessoas tecnicamente traficadas (ainda que sexualizadas, racializadas e vulnerabilizadas) como irracionais ou incapazes de gerenciar suas próprias vidas e corpos. Assim, adotam uma postura crítica que vai ao encontro de algumas perspectivas acadêmicas sobre a temática (30). Mas, uma vez descaracterizada a passividade das vítimas de carne e osso do tráfico de pessoas para fim de exploração sexual, essas pessoas são destituídas dos atributos morais associados à vítima ideal e idealizada desse crime (31). Como eles dizem, as vítimas não são “santas”.

Se, por um lado, os policiais federais estabelecem frequentemente fronteiras entre o crime de tráfico de pessoas e a noção de violação de direitos humanos, enfatizando que pode haver o primeiro sem haver a segunda, por outro, há casos envolvendo trabalhadores estrangeiros em que eles reconhecem violação de direitos humanos,

mas não podem enquadrar a conduta no crime de tráfico de pessoas, em função do marco legal. Como disse um delegado que trabalhou na imigração do Aeroporto Internacional do Galeão, os verdadeiros casos de tráfico de pessoas não são os das prostitutas e travestis brasileiros que vão para a Europa, mas os dos chineses que vêm para o Brasil para serem explorados como mão de obra escrava. A articulação etnia/classe/nacionalidade é considerada aqui mais decisiva para determinar a vulnerabilidade do que gênero/sexualidade.

Diante da pergunta sobre como ele havia classificado formalmente os casos que acompanhou, já que não existe na legislação penal brasileira o crime de tráfico de pessoas para fim de exploração laboral, a autoridade policial respondeu que geralmente indiciava os chineses pelo uso de documentos falsos, que eles utilizam para entrar ilegalmente no país. Por que, ao invés de indiciá-los e deportá-los, não os considerava sob a ótica do crime de “trabalho escravo”? Ele disse que essa parte é competência da justiça estatal. Mas que, no que depender dele, “estrangeiro em situação irregular é rua!”, pois é assim que fazem com brasileiros no exterior.

A ausência de tipificação legal do crime de tráfico de pessoas para fim de trabalho escravo fez com que o inquérito de um chinês escravizado e gravemente agredido e torturado em uma pastelaria no subúrbio do Rio de Janeiro, mesmo sendo reconhecido por todos como vítima de violação de direitos humanos, tenha se tornado objeto de intensas controvérsias classificatórias intra e interinstitucionais. Enquanto vítima de tráfico de pessoas o chinês poderia obter um visto de permanência, como chegou a considerar uma delegada. Enquanto imigrante irregular que foi submetido a trabalho escravo, ele só não foi imediatamente deportado por estar provisoriamente tutelado sob a condição de testemunha protegida no curso de um processo criminal. Houve um delegado que sugeriu ainda haver indícios do crime de falsidade ideológica, porque o chinês declarou no controle migratório estar viajando como turista, já sabendo que o motivo era diverso. Assim, de maneira paradoxal, aqueles que são reconhecidos como as “verdadeiras vítimas” do tráfico de pessoas acabam sendo tratados como “imigrantes irregulares” a serem deportados ou até criminalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Nos dois países, instâncias do Estado e governamentais, em sentido amplo, acionam e dotam de sentido a noção de vítima num jogo que aciona ora a noção de “vítima humanitária”, ora a de “vítima criminal”, segundo interesses políticos diferenciados e contextuais, produzindo um “caso” particular no âmbito da razão humanitária. As políticas contemporâneas antitráfico, frequentemente associadas ao crescente policiamento das fronteiras internacionais, não podem ser plenamente compreendidas se não forem pensadas também em relação a um processo de expansão e fortalecimento dessa razão como forma de governo transnacional. Neste contexto, a vitimização se tornou um instrumento de intervenção que frequentemente viola direitos humanos e, simultaneamente, tornou-se a alternativa que resta para que alguns migrantes possam reivindicar direitos aos Estados-nações (32).

Se a retórica humanitária tem garantido a expansão e eficácia do tráfico de pessoas enquanto artefato político, moral e midiático, por outro lado, ela evidencia sua ineficácia enquanto categoria administrativa e criminal. Isso ocorre porque a noção de vítima presente nessa categoria, voltada, nos dois países, para a repressão do crime, tem escassa relação com a delineada pelo discurso humanitário e dificilmente garante acesso a direitos. Consequentemente, as pessoas tidas como vítimas de tráfico raramente identificam-se como tais, contrastando com outros contextos nos quais essa identidade é pleiteada e disputada (33). Diferentes explicações têm sido atribuídas a esse fenômeno, que é considerado um dos maiores obstáculos às políticas antitráfico, como o medo de represálias, a identificação com o explorador, a vergonha ou a incapacidade por parte das vítimas. Propomos, alternativamente, interpretar esse fenômeno como um processo de resistência ativa por parte dessas pessoas ao poder tutelar do Estado, isto é, a modos de intervenção que, de maneiras distintas e com efeitos diferentes, segundo os países, lhes retratam como vítimas passivas do crime organizado transnacional e tem frequentemente sujeitado os migrantes ao medo e a medidas como a deportação.

Nesse sentido, outra hipótese interessante levantada por um policial federal para explicar porque as supostas vítimas não contribuem com as investigações é que, talvez, elas não confiem na polícia. Esse discurso aciona uma espécie de sociologia estrutural da desconfiança, largamente difundida no corpo social, segunda a qual os aparatos estatais (especialmente, as polícias) parecem não corresponder às expectativas, aos interesses e às necessidades das *margens* ou dos “administrados”, revelando a falência representacional do Estado em constituir a si próprio como instância protetiva ou como “central ideal da administração e da governança” (34). Nesse sentido, acreditamos que “a possibilidade de que as pessoas tidas como vítimas desse crime se reconheçam como tais se ampliará apenas quando as políticas voltadas para isso – de fato – privilegiem a defesa dos direitos dessas pessoas” (35).

Adriana Piscitelli é antropóloga, pesquisadora A e coordenadora associada do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e professora no programa de doutorado em ciências sociais da mesma universidade. Email: piscitelliadriana@gmail.com

Laura Lowenkron é doutora em antropologia (Museu Nacional/UFRJ) e pós-doutoranda do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp, com bolsa Fapesp (processo no. 2012/11629-4). Email: lauralowenkron@gmail.com

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Kempadoo, K., 2005. “From moral panic to global justice: changing perspectives on trafficking”. In: Kempadoo, K.; Sanghera, J. and Patanaik, B. *Trafficking and prostitution reconsidered, new perspectives on migration, sex work, and human rights*. Boulder, Paradigm, pp. vii-xxiv; Zheng, Tiantian 2010. *Sex trafficking, Human rights and social justice*, New York, Routledge.
2. Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças.

3. Piscitelli, A. & Vasconcelos, M.. 2008. "Dossiê: gênero no tráfico de pessoas (Apresentação)". *Cadernos Pagu*, n. 31, p. 9-28; Mansur Dias, G. "Migração e crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas", 2014.
4. Ver artigo de Daniel Hirata, neste Núcleo Temático da revista *Ciência e Cultura*.
5. Fassin, D. *Humanitarian reason. A moral history of the present*. Berkeley: University of California Press, 2011.
6. Butler, J. *Frames of war. When is life grievable*, Londres, Verso, 2009.
7. Em Barcelona, Madrid, Bilbao, Granada e Antequera.
8. O trabalho de campo envolveu entrevistas na Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas, no órgão central da Polícia Federal, e com as coordenadoras do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça, em Brasília, entrevistas e conversas informais com agentes, delegados e escrivães de Polícia Federal e observação participante em uma delegacia (Delinst) da superintendência regional desse órgão no Rio de Janeiro, além de consulta a 12 inquéritos de tráfico de pessoas para fim de exploração sexual (art. 231 do Código Penal), envolvendo mulheres e travestis brasileiras, e 1 inquérito relacionado ao crime de redução à condição análoga à de escravo, envolvendo um chinês supostamente "traficado".
9. Gobierno de España, Ministerio del Interior. "Plan integral de lucha contra la trata de seres humanos con fines de explotación sexual, Análisis de situación y plan de acción". España, octubre de 2007, disponível em: <http://bit.ly/1MwWjZQ> (Acesso em 01/08/ 2011).
10. Piscitelli, A. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: CLAM/Eduerj, 2013.
11. 3/2000 de 11 de janeiro, da modificação da Lei Orgânica 10/1995.
12. Como o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC) e a organização europeia ICMPD (International Centre for Migration Policy Development). Um dos principais financiadores desses projetos é a Comissão Europeia.
13. Olivar, J. M. N. *Você conhece alguém que trafique pessoas? Capilaridades e produção de conhecimento sobre "exploração sexual" e "tráfico de pessoas" em fronteiras amazônicas brasileiras*. Campinas, Mimeo, 2014.
14. Arts. 231 e 231-A do Código Penal.
15. Piscitelli, A. "Entre as 'máfias' e a 'ajuda': a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas". *Cadernos Pagu*, n. 31, 2008, pp. 29-63.
16. Artigo 7, I,II,III,IV,V,VI,VII Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça: Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Brasília, SNJ, 2008.
17. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça: Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Brasília, SNJ, 2008(b).
18. Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça: *Il Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília, Ministério da Justiça*, 2013.
19. Resolução CMIG 93, do 21/12/2010.
20. Silva, A. P.; Blanchette, T. G.; Bento, A. R. "Cinderella deceived: analyzing a Brazilian myth regarding trafficking in persons". In: *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, v. 10, n. 2. 2013.
21. Foucault, M. *Tecnologías del yo*. Colección Pensamiento Contemporáneo, 7. Buenos Aires: Paidós, 2008.
22. Andrijasevic, R. "Beautiful dead bodies: gender, migration and representation in anti-trafficking campaigns". *Feminist Review*, vol.86, 24-44. 2007.
23. Relatório baseado em depoimento de deportada brasileira atendida pela organização não governamental Asbrad em Guarulhos, 13/06/2005.
24. Sobre a deportação como "violência de Estado", ver artigo de Eduardo Domenech, neste Núcleo Temático da revista *Ciência e Cultura*.
25. Graeber, D. "Dead zones of the imagination. On violence, bureaucracy, and interpretive labor". *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, vol.2 (2): 105-28. 2012.
26. Fassin, D. "Humanitarianism as a politics of life". *Public Culture* 19:3: 499-518, 2007.
27. Estabelecimento comercial cujas funcionárias são contratadas para acompanharem e motivarem sedutoramente os clientes a consumirem e a pagarem bebidas alcóolicas, em troca de comissão sobre os valores gastos por seu acompanhante no bar.
28. Agente de Polícia Federal, em entrevista. Caderno de campo 28/01/2013.
29. Sobre esta distinção, ver: Mansur Dias, G. "Migração e crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas". Tese de doutorado em antropologia social, IFCH/Unicamp, 2014, p. 128.
30. Blanchette, T. G. e Silva, A. P. "Mulheres vulneráveis e meninas más: uma análise antropológica de narrativas hegemônicas sobre o tráfico de pessoas no Brasil". In: Ferreira, A. P. et al. *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, pp. 325-359; Piscitelli, A. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: Clam/Eduerj, 2013; Teixeira, F. "L' Italia dei Diveti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição". *Cadernos Pagu*, n. 31, 2008, pp. 275-308.
31. Doezenia, J. "Foced to choose: beyond the voluntary v. forced prostitution dichotomy". In: Kamala, K. and Jo, D. *Global sex workers: rights, resistance and redefinition*. Routledge: New York and London, 1998, pp. 34-50.
32. Fassin, D. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. Berkeley, University of California Press, 2011.
33. Ver Vianna e Facundo, neste Núcleo Temático da revista *Ciência e Cultura*.
34. Teixeira, C. C.; Souza Lima, A. C. "A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?" In: Martins, C. B.; Duarte, L. F. D. (Ed.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: Antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. pp. 51-95.
35. Piscitelli, A. "Procurando vítimas do tráfico de pessoas: brasileiras na indústria do sexo na Espanha". *REHMU Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Ano XIX, nº. 37, jul./dez, 2011, p. 24.

SOBRE LUTOS E LUTAS: VIOLÊNCIA DE ESTADO, HUMANIDADE E MORTE EM DOIS CONTEXTOS ETNOGRÁFICOS

Liliana Sanjurjo
Gabriel Feltran

"Guerra às drogas", "guerra ao crime", "guerra contra a subversão", "guerra ao terror". Palavras de ordem na contemporaneidade. A lógica guerreira da militarização vem pautando as políticas de *segurança nacional*, mais recentemente, as políticas de *segurança pública* em diversos países do mundo (1). Especialmente no contexto latino-americano, tanto no passado ditatorial recente quanto na presente forma democrática, observa-se como distintos governos, por meio dos sujeitos e instituições que os constituem, colocam em ação enunciados valorativos a fim de justificar, sobretudo moralmente, as políticas estatais de segurança e os atos repressivos perpetrados contra aqueles categorizados como seus "inimigos internos". A política é a cada dia mais guerreira, a fronteira que define o inimigo é cada vez mais moral e ele está cada vez mais próximo. O conflito precisa ser administrado.

Compreendendo *governo* como uma esfera que reivindica os sentidos – existenciais, políticos e morais – que justificam a vida e a morte de sujeitos, individuais ou coletivos (2), buscamos analisar aqui como são atualizados os dispositivos de gestão da vida e, a partir deles, da ordem social que se construiu em nossos contextos etnográficos, ambos muito marcados pela morte violenta. Gestão, portanto, que tem o assassinato como possibilidade mais ou menos presente e que culmina em processos de categorização, hierarquização e construção de fronteiras sociais (3). Nesse sentido, em consonância com as reflexões de Butler (4) sobre a questão da violência, do luto e do reconhecimento da vida, problematizamos as circunstâncias, mas sobretudo as perspectivas, em que certas vidas são lamentadas, choradas e dignas de luto em público, enquanto outras não o são. A estas últimas vidas a comunidade nacional oferece o silêncio, ora porque são entendidas como animando os corpos que devem tombar numa "guerra justa" (eram terroristas, delinquentes, subversivos, traficantes, do crime organizado); ora porque compreendidas como externas ao sentido de pertencimento a qualquer humanidade comum (eram monstros, veja o que fizeram, nem animais o fariam).

Distintas formas de discurso (do jurídico ao científico, do jornalístico ao acadêmico) produzem o "excluído", os corpos deslocados da humanidade, considerados então pelo poder como desimportantes, supérfluos, as vidas que deveriam ser corrigidas ou que não mereceriam ser vividas. O lugar desse "excluído" seria de silêncio, que,

concretamente, se realiza na sensação de injustiça por não poder existir socialmente, não gozar de qualquer interesse por parte do mundo, por habitar uma vida condenada à morte silenciosa. Este artigo quer analisar contextualmente as consequências políticas manifestas nas concepções normativas do humano que suspendem a validade da vida de sujeitos e grupos, produzindo uma multidão de "vidas sem valor" cujo estatuto político se encontra substantivamente suspenso, o que por vezes é acompanhado da perda do estatuto legal.

Partimos da experiência etnográfica específica em situações nas quais o Estado provoca a morte de seus "inimigos internos", para refletir sobre as fronteiras da noção de humano, bem como sobre seus significados políticos contemporâneos. Por um lado, tomamos como objeto um estudo sobre desaparecimento forçado, violência e política no contexto da última ditadura militar argentina e, por outro, uma etnografia sobre crime, violência e política em São Paulo (5). Por meio desse deslocamento etnográfico temporal e espacial – passado ditatorial argentino e presente da forma democrática brasileira –, esboçamos uma crítica que situa a violência de Estado contemporânea não como um desvio, mas como um instrumento chave para governar. O recorte moral do conjunto da população nos termos da guerra do bem contra o mal favorece a implementação de projetos político-econômicos específicos, mas se faz centralmente em nome da *segurança pública* ou *segurança nacional*.

Por um lado, analisamos a construção pública e conjuntural das grades de inteligibilidade que permitem a justificação de medidas letais, legais ou ilegais de "combate ao crime", "guerra às drogas", "luta contra a subversão", "defesa nacional". Por outro lado, verificamos as estratégias empreendidas por atores sociais incriminados para reagir à violência de Estado, tornar visíveis seus mortos e construir a sua posição pública como sujeitos legítimos de participação no espaço político ou, quando não, como sujeitos aptos a disputar o poder. Colocamos assim em diálogo as nossas etnografias para questionar a adjetivação dicotômica das violências (violência criminal, violência política), colocando-as em relação. Problematicamos a diferença de lugares de locução ocupados por familiares de desaparecidos políticos e por residentes das periferias da cidade, perante a violência sofrida. Verificamos que seus modos de reivindicar o direito à vida de seus semelhantes são submetidos a condições de legitimação discursiva completamente diferentes. Que suas estratégias e crenças são, por isso, fundamentalmente distintas. Recortes na distribuição efetiva de "direitos" aparecem, então, condicionando o direito ao estatuto de locução pública, garantia de existência política, sinônimo de humanidade. Essas condições de locução nos levam, então, a uma reflexão sobre o Estado e as formas de uso contemporâneo da violência estatal, realizada na segunda parte do texto. Os contrastes entre os contextos etnográficos em que estudamos essas questões, apresentadas em linhas gerais a seguir, funcionam aqui mais para elaborar nosso próprio ponto de observação das relações entre política e violência, do que para construir nossos objetos de estudo. Ditadura argentina e democracia brasileira serão, assim,

representações a partir das quais se pode ensaiar uma reflexão crítica sobre as relações entre política e violência.

VIOLÊNCIA DE ESTADO NA DITADURA ARGENTINA: DA LUTA PELO LUTO E PELA MEMÓRIA

Foi pela violência perpetrada contra a população civil que a última ditadura militar argentina (1976-1983) se tornaria conhecida. Dentre os métodos empregados para a imposição do terror, destaca-se a política de desaparecimento forçado daqueles definidos pelas autoridades como “terroristas”, “delinquentes subversivos” e “inimigos da nação”. As autoridades militares justificariam o golpe de Estado alegando que as forças armadas eram a única instituição capaz de “restaurar” os “verdadeiros valores da nação” e a cultura “ocidental e cristã”. Os militares se apresentavam assim como combatentes de uma “guerra” travada “em nome de Deus”, pela “defesa nacional” contra o “beligerante inimigo subversivo” e o “ateísmo marxista” (6).

Combinando discurso religioso a metáforas do parentesco, da guerra e da biologia para fundamentar a repressão, a “subversão” emergia na retórica da ditadura como “câncer” que deveria ser eliminado para não “contaminar” o “organismo nacional” (7). Além do mais, interpretando a “guerra contra a subversão” no marco da Doutrina de Segurança Nacional junto ao conceito de “guerra total” da doutrina contrainsurgente francesa, o discurso militar embaralhou as fronteiras que distinguiam o nacional do forâneo, ao passo que o conflito era definido em termos de uma guerra interna. Da perspectiva militar, tratou-se de uma “guerra justa”, porém uma “guerra irregular” cujo signo distintivo teria sido a “imprecisão”. Atos atrozes continuariam sendo assim justificados como sequelas, excessos, imprecisões ou equívocos (fatos supostamente inevitáveis às guerras) cometidos no contexto de uma ação legítima.

Fica evidente como, no contexto ditatorial, “subversão” foi a categoria englobante utilizada para delimitar as fronteiras de pertencimento à nação. Na conjuntura de então, marcada pelo capitalismo industrial e pela Guerra Fria, momento em que a polarização capitalismo X socialismo se impunha como conflito predominante, a figura do “delinquent subversivo” surgia como identidade dissonante da ordem social. Nessa operatória, o governo ditatorial criminalizava a oposição política, produzindo uma nova categoria de pessoa, os *detenidos-desaparecidos*, que, deslocados da humanidade porque concebidos como ameaçando os valores mais centrais da vida humana, eram condenados à morte silenciosa; vidas proibidas de existir para a preservação dos princípios da dignidade humana (a família, a tradição, a ordem, a religião), mortes por isso destituídas de identidade (8) e privadas do direito ao luto. Encarcerados em prisões clandestinas, os desaparecidos eram deslocados da vida social, perdendo o seu estatuto político e legal. Excluídos dos sistemas de inscrição da morte (cadáveres sem nome e sem

história) (9), os desaparecidos eram deixados de fora do relato da nação, da comunidade política, apostando na impossibilidade da memória pela ausência do corpo (10).

Contudo, enquanto a ditadura buscava negar a existência dos desaparecidos, Madres de Plaza de Mayo e outros coletivos de familiares das vítimas se organizavam para mostrar que os desaparecidos tinham um rosto, um nome e uma história. Esses coletivos emergem na cena pública colocando suas demandas por “Memória, Verdade e Justiça” em linguagem de parentesco e de direitos humanos. Após décadas de incessante ativismo, os familiares de desaparecidos (e os próprios desaparecidos) marcam o seu lugar na vida política do país e as violações cometidas durante a ditadura dificilmente encontram respaldo social, ao passo que o evento crítico do desaparecimento forçado afirma-se como acontecimento político nacional (11). Observa-se ainda um processo de luto permanente pelos “30 mil detenidos-desaparecidos” e de reelaboração de sua memória na esfera pública, questão central que motivou a etnografia realizada por Liliana Sanjurjo; ou seja, compreender os processos que levariam os desaparecidos e as memórias da ditadura a ganhar tamanha repercussão social na Argentina contemporânea.

Cabe salientar que foi por meio de uma série de disputas políticas, simbólicas e jurídicas, na qual se encontram empenhados há mais de 30 anos, que esses coletivos de familiares foram adquirindo legitimidade social, consolidando publicamente um conjunto de representações sobre o passado ditatorial. Puderam assim converter (e pode-se dizer com eficácia) o estigma imposto às vítimas e seus familiares durante a ditadura em capital político no período democrático. A análise da trajetória de mobilização desses familiares e de significação da

categoria *detenidos-desaparecidos* (12) – cujo percurso parte da negação de sua existência e culmina na sua reivindicação como grupo portador de um projeto político – revela como diferentes conjunturas históricas possibilitam, por um lado, que determinados agentes possam se construir como sujeitos legítimos de participação no espaço político e, por outro lado, que novos sentidos sejam atribuídos ao passado de violência.

Se durante a década de 1980 os familiares buscaram despolitizar a questão dos desaparecidos (13), atualmente se empenham precisamente em demonstrar o que faziam as vítimas politicamente para que fossem transformadas em alvo da repressão. Ou melhor, se no período de transição democrática as histórias de militância dos desaparecidos se viram silenciadas, esse silêncio deve ser lido em face a um contexto de alta adesão aos discursos que justificavam a violência letal. Para não integrar a alteridade negativa da ditadura(subversão), a denúncia da repressão perderia o seu contorno político-ideológico, dando lugar à construção de uma narrativa humanitária que convertia os desaparecidos em “vítimas de graves violações aos direitos humanos”.

**OS
DESAPARECIDOS
ERAM
DESLOCADOS
DA VIDA SOCIAL,
PERDENDO O
SEU ESTATUTO
POLÍTICO E LEGAL**

Foi somente na segunda metade da década de 1990 que a memória dos desaparecidos começaria a ser definida em termos políticos, sendo agora reconhecidos como seres produtores de política (militantes populares, socialistas, revolucionários), assassinados pelos projetos políticos que encarnavam. Contemporaneamente, haveria ainda uma vontade de categorização (genocídio por razões políticas, terrorismo de Estado), que se articula no campo jurídico com a produção de um discurso de *verdade* (14). A argumentação se dirige então a comprovar que o Estado teria executado um plano sistemático de tortura e extermínio contra um grupo específico da população nacional, definido previamente segundo critérios políticos.

Por último, vale salientar que esse processo de crescente politização do relato da ditadura se dá numa conjuntura de crise da política neoliberal menemista – caracterizada pelo desemprego, precarização do trabalho e dos serviços de proteção social e, o mais importante, quando a violência de Estado já tem como foco prioritário outros grupos criminalizados (os pobres). Essa nova conjuntura, bem como o lugar social ocupado pelos coletivos de familiares de desaparecidos – constituídos, de uma maneira geral, por setores médios que, desde o princípio, já contavam com o capital social necessário para articular ações no plano nacional e internacional –, parecem assim marcar uma diferença fundamental para a construção de sua posição pública como sujeitos legítimos de participação no espaço político, garantindo o direito ao estatuto de locução pública. Ao gozarem de existência política, puderam reagir à violência de Estado, tornar visíveis seus mortos, bem como responsabilizar penalmente os agentes do Estado implicados na repressão.

**SÃO TAMBÉM
MUITAS AS MORTES
E DESAPARIÇÕES
FORÇADAS NO
CONTEXTO DAS
PERIFERIAS DAS
CIDADES
BRASILEIRAS**

VIOLÊNCIA DE ESTADO NA “DEMOCRACIA BRASILEIRA”: MORTOS SEM LUTO, LUTA SEM VIRTUDE São também muitas as mortes e desaparecimentos forçados no contexto das periferias das cidades brasileiras, em período “democrático”. Em São Paulo, a questão central que mobilizou a etnografia conduzida por Gabriel Feltran, no distrito de Sapopemba, remetia ao silêncio público em torno dos homicídios de adolescentes e jovens nas favelas, nos anos 1990 e início dos anos 2000. Embora pesquisando regiões muito marcadas pela mobilização de movimentos populares – por saúde, moradia, transporte, educação – a temática da morte violenta de milhares de jovens, muitos deles trabalhadores de mercados ilegais como o da droga ou do roubo de carros, parecia não causar comoção aos movimentos sociais de trabalhadores do período. Restavam apenas as páginas policiais para publicizá-las. Os anos de etnografia foram tempos em que se solicitou nas rádios e televisões, nos comentários de notícias pela internet, progressivamente, e cada vez mais, que a repressão contra os pobres e seus territórios se radicalizasse: era preciso combater o *crime* que brotava de favelas e periferias. A justificação dessa premissa é moral, não precisa de argumentos. As denúncias de homicídios

estudadas nessa etnografia não tiveram seguimento jurídico e foram recebidas, publicamente, com indiferença ou silêncio. Os poucos que tentavam traduzir essas mortes em luta, militantes de direitos humanos, eram logo acusados de “defender bandido”. Direitos humanos para humanos direitos! Direitos humanos para bandidos? Ambas as violências – tanto a remetida aos corpos de jovens favelados que tombavam pela polícia ou seus pares, quanto a que se dirige à fala de militantes que os representariam (15) – foram predominantemente legítimas, nos meios públicos e em muitas famílias de periferia.

A surpresa dessa etnografia, no entanto, foi constatar que, conforme corria a pesquisa de campo nos anos 2000, eram cada vez mais raros os homicídios de jovens nas favelas de São Paulo. Nos anos 2000, o Primeiro Comando da Capital (PCC) implementava um sistema de justiça em todos os presídios e favelas, interconectado, que, em 2011, havia reduzido os homicídios nesses lugares em dez vezes. No conjunto da cidade, a queda foi de mais de 70% das mortes por armas de fogo, embora os latrocínios subissem no período. A queda dos assassinatos nas periferias de São Paulo, durante os anos 2000, não tinha como causa decisiva a redução das atividades criminais, mas seu oposto, a muito maior capilaridade

da facção criminal, que instrumentalizava as políticas repressivas em curso, sobretudo o encarceramento massivo (16). O PCC passava a intermediar inúmeras situações de conflito local, em favelas e periferias, tendo por mote central evitar o homicídio de jovens e a interdição de vendetas entre eles, de modo a pacificar os mercados que regulava (drogas, carros roubados, assaltos, entre outros). O sistema foi bem sucedido, já está bem descrito na bibliografia (17). De um lado, morrem menos de um décimo dos jovens que morriam dez anos

antes, nas periferias de São Paulo; de outro, o “crime” – e não um movimento com virtudes democráticas – parece ser o ator central de regulação da vida e da morte nas periferias. Situar-se politicamente frente a essa constatação leva a um paradoxo. Propõe-se a chave interpretativa de coexistência de regimes normativos nesses territórios, seguindo a hipótese de Machado da Silva (18). Crime e Estado compõem ali ordens legítimas que, em suas tensões e acomodações, produzem um dispositivo de ordem urbana composto entre políticas estatais e criminais, responsável hoje pela especificidade paulista na questão da “segurança pública”. Todos os dados quantitativos elencados na bibliografia, bem como o cenário cíclico de tensões entre esses regimes normativos, em 2001, 2006 e 2012, corroboram esta hipótese analítica, hoje legítima na bibliografia.

Se um favelado é assassinado, essa morte não será investigada pelo Estado, não se montará um inquérito judicial. O PCC vai, entretanto, intermediar debates locais sobre o caso, com minúcia, para conhecer os fatos e as versões, para julgar os culpados, e no limite para implementar a justiça. Se um branco é morto em um assalto, não se aplica a ele a justiça do PCC, ela o ignora. O Estado cuidará

do caso. Há uma fronteira entre esses dois regimes que define, entre outras coisas, o que é um homicídio em cada perspectiva e, portanto, os limites do humano em cada um dos regimes. O desenvolvimento histórico dessa fronteira não é infenso a tensões, evidentemente. Em São Paulo, e em outras periferias urbanas brasileiras, o emprego rotineiro da violência ilegal como modo de arbítrio dos conflitos sociais que condicionam essas tensões, tanto pelo “mundo do crime”, quanto pelo Estado, indica a dimensão mais constitutivamente arraigada da violência no funcionamento democrático brasileiro.

SOBRE LUTOS E LUTAS: DA DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DO RECONHECIMENTO DA VIDA

Já não é surpreendente que o recurso à violência institucional, que se julgava próprio das ditaduras militares – tanto a violência massivamente aplicada a populações consideradas ameaçadoras, quanto seletivamente voltada às vozes dissonantes – seja também instrumento fundamental da forma de governo contemporaneamente conhecida como democracia (19). Diferentes trabalhos vêm demonstrando a presença da chamada “violência política” nas democracias, seja na construção ativa de inimigos internos, seja na ação direta que os transforma em população e os criminaliza, para em seguida deslocá-los, expulsá-los, encarcerá-los ou mesmo exterminá-los como parte de procedimentos administrativos (20). Pela representação sinonímica entre a noção de democracia e os atuais regimes ocidentais ter atingido hoje validade quase absoluta, seja no senso comum, seja em boa parte da bibliografia, utilizamos a categoria “violência de Estado” para nos referirmos aos atos violentos, seja legalizados ou francamente ilegais, que se produzem como modo de sustentar uma fronteira no acesso ao “direito a ter direitos”, ou seja, uma fronteira que reivindica uma clivagem, quase sempre figurada no plano da natureza, entre os que pertencem à comunidade política e por isso devem ser protegidos, daqueles que a ameaçam e devem ser combatidos. É exatamente nessa medida – a da violência de Estado – que os desaparecimentos forçados na Argentina e o assassinato de jovens favelados nas periferias de São Paulo, que estudamos nas nossas etnografias recentes, podem ser colocados em perspectiva. Inúmeras outras situações nacionais contemporâneas – a começar por Estados Unidos e Europa em sua guerra ao terror, passando pela “reconstrução estatal” na América Latina e África – revelam a fabricação ativa de inimigos internos como baliza cognitiva para se pensar normativamente a ordem social.

Nessa medida, um contraste fundamental entre nossos casos se explicita. A temática do desaparecimento forçado se tornou, na Argentina, assunto político de primeira ordem e os movimentos que o denunciavam foram progressivamente se tornando vozes mais legítimas publicamente. Seus argumentos se fizeram ouvir nacional e internacionalmente, sua presença funcionou para demarcar as balizas do discurso político oficial na transição democrática e resta ainda hoje muito viva. A memória da ditadura se reconstruiu, entre familiares de vítimas, mas também entre as gerações mais recentes e os atores públicos contemporâneos, como memória de injustiça e

de dor que não se pode esquecer. A criminalização, extermínio e desaparecimento de milhares de pessoas ofereceu a oportunidade para um luto coletivo, vivido como luta intensa, que foi se legitimando publicamente pouco a pouco, ainda que os movimentos jamais tenham obtido satisfação de todas as suas demandas.

No caso brasileiro contemporâneo, a violência de Estado voltada contra grupos de favelas e periferias, centrada na criminalização seletiva, tem produzido um tipo de clivagem social que se encaminha muito mais para a alteridade radical do que para a possibilidade de legitimação do discurso divergente. A tendência contemporânea não é, por exemplo, de que o discurso e as demandas de grupos no foco das estatísticas de homicídio sejam enunciados publicamente e cresçam em capacidade de legitimação pública. Por isso, toda a grade de inteligibilidade, ou seja, os critérios pelos quais se reivindica sentido para o discurso enunciado pelos sujeitos, teve de ser alterada. Em São Paulo, esses discursos foram, por exemplo, muito mais elaborados nas favelas pelos debates internos ao Primeiro Comando da Capital, uma facção criminal, do que nos debates públicos vinculados aos setores estatais responsáveis por direitos humanos ou segurança pública. As grandes medidas de controle da violência policial, ao longo dos anos 2000, foram produzidas pelo próprio “mundo do crime” (21). Assim, as principais caixas de ressonância para a reflexão e a crítica da violência de Estado mantiveram-se num mundo progressivamente mais afeito aos próprios sujeitos criminalizados das favelas, codificado internamente entre eles, do que foram ouvidas publicamente. Mundo que, assim, foi progressivamente se autonomizando frente à grade de inteligibilidade política estatal, centrada normativamente no direito universal. Com isso, de um lado, se constituíram regimes normativos – o do “crime” é bastante evidente, conforme já demonstrou há quase duas décadas Luiz Antonio Machado da Silva (1999), que coexistem com os estatais; de outro lado, e como reação a esse processo, esses regimes passaram a alimentar o ciclo de criminalização que, justamente, os havia produzido. Essa tendência, ao contrário do que se passou na Argentina, já impede definitivamente qualquer possibilidade de legitimação política do discurso democrático contra a violência de Estado, tanto quanto a legitimação política dos atores inscritos nas tentativas de controlá-la fora dos marcos legais. Enquanto na Argentina o movimento de familiares de desaparecidos põe em relevo a identidade política das vítimas (a definição do “inimigo” teria sido diretamente “política”), no Brasil as Mães de Maio e outros coletivos de familiares de vítimas da violência policial buscam enfatizar o critério racial (negros), de classe (pobres) e territorial (periferias) da repressão perpetrada. Talvez esteja aí a chave para perceber porque os ganhos entre esses movimentos sejam tão díspares.

Dessa perspectiva, o que se poderia chamar de ação política – a construção ativa de terrenos de locução legítima em um espaço público, operada cotidianamente pelos sujeitos sociais – definitivamente não fica restrita, no caso brasileiro, às disputas entre sujeitos já constituídos (movimentos, partidos, sindicatos etc) que

se encontram em terrenos de negociação de poder definidos em consenso (conselhos, assembleias, fóruns de participação ou representação social estatais). Essa ação potencialmente política vai se assentar, justamente, na disputa acerca da constituição desses mesmos terrenos e sujeitos: os militantes das periferias precisam primeiramente se forjar enquanto sujeitos, transpondo fronteiras impostas pela gestão e pela violência, para serem ouvidos. Os bandidos das favelas paulistas, que se reúnem para tentar impedir o aumento de homicídios de jovens nas "quebradas", jamais terão voz pública nos debates sobre esses temas. Nem seu léxico permitiria que sua voz fosse aí compreendida como fala articulada. Por não existir como tal, a mediação entre o "mundo da favela", cada vez mais criminalizado, e o mundo político instituído, já não pode se consolidar. A fronteiras que são demarcadas nas margens da política sustentam, assim, a restrição da legitimidade de grupos inteiros situados às margens da cidade. Moraliza-se de tal forma os espaços que se poderia politizar que os moradores desses territórios, ao invés de serem considerados cidadãos pela universalidade da noção de direitos, se esforçam de maneira permanente para provar que são pessoas de bem, honestas, trabalhadoras, confiáveis, pacíficas, que não possuem relação com "o tráfico".

Nesse sentido, torna-se interessante atentar para a importância de entender as particularidades da violência de Estado definida em termos "políticos", ou da violência perpetrada contra grupos definidos em termos "políticos", na medida em que as distintas formas a partir das quais as vítimas e as violências são adjetivadas podem ser reveladoras das distintas funcionalidades das práticas de gestão da vida, da morte e da ordem social, em conjunturas específicas. Se é pelo adjetivo "política" que se define a violência de Estado perpetrada durante a ditadura, é porque se entende que essa violência se dirige àqueles que, de alguma forma, ainda são reconhecidos como atores políticos em referência a uma comunidade nacional. Quando um problema político como a violência de Estado no Brasil, ao contrário, é tratado nas páginas policiais, produz-se uma "massa de inúteis do mundo" nas dimensões internas às fronteiras nacionais que, em todas as épocas, impediu qualquer democracia substantiva. A reflexão sobre as mortes às quais fazem referência nossas etnografias, bem como sobre o luto público (ou a ausência de luto) em torno desses mortos, nos leva então a questionar, seguindo Butler (22), em que medida essa distribuição desigual da dor – que determina quais vidas contam como vidas e quais mortes são dignas de lamento público – produz e reitera certas concepções normativas do humano, delimitando as fronteiras de pertencimento à comunidade política e, por conseguinte, "do direito a ter direitos".

Liliana Sanjurjo é pós-doutoranda (Capes) junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar e pesquisadora do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (Cemi) do IFCH da Unicamp.

Gabriel Feltran é professor do Departamento de Sociologia da UFSCar, pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e do Núcleo de Etnografias Urbanas do Cebap.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Optamos pelas grafias em itálico das expressões *segurança nacional* e *segurança pública* (poderíamos acrescentar aqui *violência urbana*) para enfatizar que partimos da premissa, seguindo Machado da Silva e Misse, de que não tomamos tais noções como categorias analíticas, mas sim como representações. Ou melhor, essas noções se constituem como categorias de entendimentos que conferem sentido à experiência de vida nas cidades, consolidando representações que são chave para a compreensão de práticas e relações às quais elas se referem. O intuito é preservar o vínculo entre *segurança nacional* e *segurança pública* como temas de agenda pública (como problema social em debate), por um lado, e como representação coletiva, por outro. Ver: Machado da Silva, L. A. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira. 2008; Misse, M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2006; Wacquant, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar. 2011.
2. Feltran, G. S. "A gestão da morte nas periferias de São Paulo: um dispositivo entre governo e crime (1992-2011)". In: Souza Lima, A. & García-Acosta, V. (Orgs.). *Margens da violência: subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro*. Brasília: ABA. 2014.
3. Para uma reflexão acerca de como categorias sociais, políticas e administrativas (tais como "favelados" e "refugiados") geram processos de distinção e hierarquização, materializando processos de produção de desigualdades diversas por meio de expedientes administrativos do Estado, ver neste Núcleo Temático da revista *Ciência e Cultura* o trabalho de Vianna e Facundo.
4. Ver: Butler, J. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós. 2006; Butler, J. *Marcos de guerra. Las vidas lloradas*. Buenos Aires: Paidós. 2010.
5. O artigo é resultado de trabalhos de campo realizados pelos autores na Argentina e no Brasil, entre 2004 e 2014, que resultaram nas seguintes teses: Feltran, G. S. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp/CEM-Cebap. 2011; Sanjurjo, L. "Sangue, identidade e verdade: memórias sobre o passado ditatorial na Argentina". Tese (doutorado em antropologia social) - PPGAS, Universidade Estadual de Campinas. 2013. As pesquisas foram financiadas pelo CNPq e Fapesp, respectivamente.
6. Declaração do capitão da marinha Jorge Acosta durante audiência judicial da *Causa ESMA*, em 20 de outubro de 2011, no Tribunal Federal de Buenos Aires. Acosta (condinome "Tigre") integrou o Grupo de Tarea 33.2 da Escuela Mecánica de la Armada (ESMA), um dos principais centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio em funcionamento durante a ditadura militar argentina.
7. Filc, J. *Entre el parentesco y la política: familia y dictadura 1976-1983*. Buenos Aires: Biblos. 1997.
8. Crenzel, E. *La historia política del nunca más. La memoria de los desaparecidos en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 2008.

9. Calveiro, P. *Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue. pp.143. 2008.
10. Schindel, E. "Las ciudades y el olvido". In: *Puentes*. La Plata, Ano 2, No. 7, p. 30. julho de 2002.
11. O desaparecimento forçado de pessoas pode ser entendido aqui a partir da noção de *evento crítico* de Veena Das: Das, V. *Critical Events. An anthropological perspective on contemporary India*. New Dheli/ Oxford: Oxford University Press. 1995.
12. Para uma análise que trata das disputas em torno dos sentidos da categoria desaparecidos, ver: Vecchioli, V. "Políticas de la memoria y formas de clasificación social. Quiénes son las víctimas del terrorismo de Estado en la Argentina?". In: Groppo, B. & Flier, P. (Orgs.). *La imposibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Ediciones Al Margen. 2001.
13. Para uma discussão sobre a *despolítica* do relato sobre a ditadura argentina no período de transição democrática, ver: Crenzel, E, *op. cit.* 2008; Feld, C. *Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes e Argentina*. Madrid: Siglo XXI de España Editores. 2002; Jelin, E. "La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial". In: Fico, C., Ferreira, M. & Quadrat, S. (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2008.
14. Foucault, A. *verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora. 1996.
15. A expressão "violência política" se refere, usualmente, a um tipo específico de uso da força dirigido àqueles indivíduos que portam conjuntos de valores, crenças ou projetos políticos contrários ao programa político oficial, ou dominante. Em regimes autoritários a violência política é computada entre as formas de exercício legítimo da força, nos Estados democráticos ela é sempre ilegal. Essa violência tenta manter fora da arena pública não apenas o sujeito a quem se dirige, mas também aqueles os quais suas palavras representariam. Esta modalidade violenta se diferencia de outras formas de uso da força, por ser centralmente dirigida à locução política, às palavras, e não apenas aos corpos dos indivíduos que a sofrem (matá-los tem por função estrita silenciá-los).
16. Feltran, G.S. "Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo". In: *Lua Nova*, 79. 2010; Feltran, G.S. "The management of violence on the periphery of São Paulo: a normative apparatus repertoire in the PCC era". In: *Vibrant*, 7. 2010; Feltran, G.S. "Governo que produz crime, crime que produz governo. O dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011)". In: *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6. 2012.
17. Ver: Biondi, K. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome/Fapesp. 2010. Biondi, K. e Marques, A. J. "Memória e história em dois comandos prisionais". In: *Lua Nova*, 79. 2010; Dias, C.C.N. "Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação da dominação do PCC no sistema carcerário paulista". Tese (doutorado em sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo. 2011; Hirata, D.V. "Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida". Tese (doutorado em sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo. 2010.
18. Machado da Silva, L.A. "Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise". In: *Revista de Sociologia e Política*, 13. 1999.
19. Críticas ao potencial democrático da democracia liberal, baseadas na sua dependência da forma empresa, já foram enunciadas em: Lindblom, C. E. *Política e mercados: os sistemas políticos e econômicos do mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979. Feltran, *op. cit.*
20. Araújo, F. "Das consequências da 'arte' macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado". Tese de doutorado. PPGAS/IFCS/UFRJ. 2012; Vianna, A. e Farias, J. "A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional". In: *Cadernos Pagu*, 37. 2011; Hirata, D.V. *op. cit.* 2010.
21. Feltran, G.S, *op. cit.* 2012.
22. Butler, J., *op. cit.* 2006.

TEMPOS E DESLOCAMENTOS NA BUSCA POR JUSTIÇA ENTRE “MORADORES DE FAVELAS” E “REFUGIADOS”

Adriana Vianna
Ângela Facundo

“FAVELADOS” E “REFUGIADOS” COMO SUJEITOS-PERSONAGENS

DO ESPAÇO E DO TEMPO Categorias sociais, políticas e administrativas enfeixam processos complexos de distinção, aglutinação e hierarquização entre pessoas, acontecimentos, espaços e tempos. Desse modo, produzem narrativas sobre vidas, lugares e temporalidades que têm por efeito, não raras vezes, a domesticação e o congelamento de experiências múltiplas e diversas. Sua documentação em papéis oficiais de ordens distintas e o poder de verdade que esses mesmos papéis costumam ter, remodelam e delimitam de forma singular os desdobramentos que essas mesmas categorias exercem sobre a vida cotidiana daqueles que passam a estar ligados a elas.

No presente artigo, debruçamo-nos sobre duas dessas categorias, acionadas de modos muito variados, e as tomamos como significantes que envolvem campos semânticos maiores. “Moradores de favela”, “favelados”, “refugiados”, “reassentados” são pensados aqui como termos acionados em processos administrativos, em disputas políticas e em zonas de competição moral que iluminam relações sociais desiguais. Embora apreendidos a partir de pesquisas etnográficas distintas, tais campos semânticos mostram-nos propriedades semelhantes, sobretudo no que diz respeito à estreita conexão entre os sujeitos-personagens que daí resultam – favelados, refugiados – e os universos sociais que parecem lhes dar sentido e por eles serem preenchidos(1).

A primeira dessas propriedades está relacionada à compreensão de ambos os universos como inscritos em “territórios de margem”, marcados por práticas, sujeitos e espaços que são frequentemente considerados como estando nas margens do Estado, no sentido explorado por Das e Poole (2). As pessoas e lugares enfeixados em categorias como “refúgio-refugiados” ou “favela-favelados” materializam processos de produção de desigualdades diversas, trazendo em si mesmas um conjunto de narrativas morais e políticas pré-definidas. Representam zonas de irregularidade, desordem e imprevisibilidade. Movimentam-se como corpos não confiáveis, trazendo em si a ambiguidade própria àqueles que podem ser simultaneamente tomados como vítimas ou sofrendores de privação e como potencialmente perigosos. Nesse sentido, são figuras não apenas do deslocamento entre espaços físicos, mas sobretudo do deslocamento que se daria entre espaços morais, carregando em seu transitar o constante perigo de borrar fronteiras, sejam elas as dos Estados nacionais, como no caso dos

refugiados, sejam as de espaços urbanos peculiarmente tensos e ciosos de suas hierarquias, como no caso dos moradores de favela ou favelados do Rio de Janeiro (3)¹.

Em ambos os casos, a dimensão racial está fortemente presente como elemento que marca moral, política e administrativamente as pessoas e os territórios. Embora não possamos nos debruçar sobre essa discussão no presente artigo, cabe não perder de vista que os corpos tomados como passíveis de serem mortos nas incursões policiais nas favelas são fundamentalmente corpos negros, tornando-os indiscerníveis uns dos outros a partir do cruzamento entre suas marcas raciais e espaciais. No caso dos refugiados, por sua vez, essas marcações e especificamente a racialização de seus corpos, além de muitas vezes ter justificado ou facilitado sua expulsão dos territórios de origem, serão também elementos importantíssimos na interação com as autoridades administrativas do refúgio e com as comunidades locais onde lhe correspondeu se vincular. A interpretação racializada desses sujeitos servirá para lhes adjudicar locais sociais e geográficos, igualmente interpretados como adequados.

Defendemos também em nossos respectivos trabalhos que a produção dessas condições de desigualdade se faz em meio a diversos expedientes administrativos de Estado, reforçando, uma vez mais, a dupla dimensão das “margens”, que dizem respeito tanto àqueles que ocupariam o lugar de “administrados”, quanto o de “administradores” (4). Concentrando-nos em processos judiciais e administrativos específicos, procuramos compreendê-los como um complexo de modos de classificação ou categorização de pessoas, relações, atos e narrativas. No seu desenrolar, os sentidos e formas de gestão dos espaços e personagens tanto do refúgio, quanto da favela vão sendo atualizados e continuamente produzidos.

No caso da pesquisa de Adriana Vianna, os processos judiciais visando a condenação de um agente do Estado responsável pela morte de um morador de favela – policiais militares em sua maioria, mas também agentes do sistema prisional ou da Polícia Civil – configuram verdadeiro campo de disputas em torno dos sentidos dessa morte, de quem estaria nela envolvido e do papel desempenhado pelo próprio espaço da “favela” nessas disputas. Desde as condições em si da morte, em sua maioria fruto de incursões policiais em favelas, passando por seu registro policial-administrativo como “auto de resistência”, até todas as etapas de constituição material do processo, incluindo laudos cadavéricos, perícias no local e nas armas usadas, audiências e um eventual e raro julgamento, o que vemos é um processo em que corpos e espaços parecem constituir-se de maneira inextrincável (5). O “auto de resistência” exprime sinteticamente a narrativa do “confronto”, com seus personagens previamente fixados e, sobretudo, com a força da representação mais abrangente da “guerra” que definiria a relação com a favela como espaço da desordem e ausência (ou presença precária) do Estado. Essa metáfora perversa, cujas implicações foram indicadas já por Marcia Leite e Machado da Silva, entre outros, pode ser pensada como continuamente atualizada a cada morte de morador de favela pelas mãos da

polícia, bem como na escolha do termo “pacificação” para designar o que foi apresentado como política governamental para esses espaços nos últimos anos (6).

A essa narrativa dominante e pervasiva, porém, contrapõem-se as de familiares e militantes que buscam construir tal morte como um homicídio e, com isso, condenar judicialmente os agentes do Estado que o cometeram. As formas e espaços para confecção dessas outras narrativas (ou narrativas outras) são atos públicos, panfletos, vídeos, fotografias, faixas e cartazes. Quando se consegue, matérias jornalísticas em mídias diversas engrossam o caldo da “denúncia” que modela a disputa de sentidos sobre tais mortes (7). A contestação de laudos cadavéricos e periciais, bem como a procura por testemunhas ou indícios materiais das condições da morte também fazem parte da busca por estabelecer um relato outro sobre quem morreu, quem matou, o espaço em que a morte se deu e a ilegitimidade do modo como corpos e territórios foram tratados (8).

No caso da pesquisa de Ângela Facundo, as pessoas que chegam ao território nacional como solicitantes de refúgio ou que são transferidas em condição de reassentados, passam por intensos processos administrativos através dos quais elas vão sendo produzidas como refugiadas ou registradas sob outras categorias que qualificam seus trânsitos e definem a condição de sua permanência e pertença a uma comunidade imaginada como nacional. Nesses processos de categorização os administradores se empenham em diferenciar os motivos que provocam os movimentos das pessoas através dos territórios e as fronteiras, querendo encontrar o que Good (9) tem chamado de “as origens legítimas do medo” que diferenciariam os refugiados dos migrantes econômicos e de outras categorias de migração que não estariam embasadas em um “fundado temor de perseguição”.

Parte fundamental desses processos está baseada na exigência de uma construção narrativa do sujeito que pretende conhecer a sua verdade e de seu deslocamento temporal e espacial para o Brasil. Ao fazê-lo, porém, as pessoas notam que sua história de êxodo não pode ser contada na íntegra nos espaços administrativos destinados a essa produção narrativa. Tal descompasso decorre do fato de lhes ser exigido que relatem o que seria a totalidade da experiência de migração, mas sem que essa se assemelhe a uma história de migração econômica, tornando-se necessário arrumar e oferecer os fragmentos da experiência de êxodo que se encaixem no perfil projetado da categoria refugiado.

Consideramos, assim, que, em ambos os casos, estamos lidando com processos de categorização espacial-moral que constroem simultaneamente corpos e territórios. Dito de outra maneira, assistimos a processos nos quais os sujeitos existem porque pensados e produzidos em relação a um espaço. Os mortos “em confronto” com a polícia, centro dos controversos “autos de resistência”, só podem

existir como corpos que habitam e simultaneamente dão sentido a um espaço simbólico específico, a “favela”. Do mesmo modo, os solicitantes de refúgio colombianos são compreendidos como provenientes não apenas de um espaço nacional distinto, mas sobretudo de um território de guerra e perseguição, algo tido como pré-requisito para seu reconhecimento como potenciais refugiados.

O que, de modos sempre distintos, fomos contemplando em nossos trabalhos, porém, é que a essa constituição profundamente “especializada” das pessoas, corresponde também um conjunto de representações, gestões, práticas e disputas em torno das temporalidades. Em um primeiro plano, considerando os tipos de situações com as quais lidamos, seja no caso dos processos criminais em torno dos assassinatos de moradores de favela ou dos processos administrativos do refúgio, faz-se presente a percepção profunda da ruptura que separa o “tempo de antes” e o “tempo de agora”. Vividos como eventos críticos (10), a morte do familiar e a saída do país de origem marcam a dissolução de certa forma de vida e, por isso, a necessidade de alteração de modos de compreender e orientar as ações no tempo atual.

No caso dos refugiados, o tempo que foi interrompido bruscamente, que nunca voltou ao ritmo que marcava a vida de todos os dias e desabilitou o espaço para ser habitado pelo cotidiano, parece ser um dos aspectos que alguns autores associam à figura contemporânea do refúgio e que podemos, segundo Said (11), pensar como um dos marcadores do exílio. Também no caso dos familiares dos favelados mortos pela polícia, a perda do cotidiano é evocada constantemente, marcando verdadeiro desmapeamento afetivo e moral para aqueles que ficaram, em especial suas mães. Aqui, rotinas perdidas são lembradas com regularidade: a comida

preferida, a hora de chegar e sair para a escola ou para o trabalho, as frases que eram usadas regularmente nas conversas. Esse tempo de antes permanece no presente como uma memória envenenada, a reiterar a distância entre a vida de outrora e a de hoje, mas também a impossibilitar o tempo atual de ser reconhecido como um tempo pleno em si mesmo.

É certa elaboração dessa ruptura que engendra, assim, sujeitos políticos e administrativos de matizes específicos. No caso de nossas pesquisas, poderíamos tomá-los como os “candidatos ao refúgio” e como os “familiares de vítima”, ambos inexistentes antes desse evento continuamente lembrado como decisivo. É importante notar, porém, que não é o evento em si que os cria, mas todo um processo complexo de contato com outros atores sociais e instâncias, permeado por experiências tomadas como solidárias, injustas, desrespeitosas etc. À dimensão dramática da ruptura somam-se, assim, novas rotinizações em meio às quais tais sujeitos vão se constituindo. Entre essas rotinizações, estão as peregrinações a agências de Estado, com o acúmulo de documentos variados e a elaboração de expectativas e formas de demanda pelo reconhecimento ou sancionamento le-

**MATÉRIAS
JORNALÍSTICAS
ENGROSSAM O
CALDO DA
“DENÚNCIA” QUE
MODELA A
DISPUTA DE
SENTIDOS**

gal em torno desse “evento”. Cada ida ao Fórum ou às instâncias administrativas do refúgio exige, desse modo, a reelaboração narrativa do tempo passado, selecionando tanto dados de seu cotidiano quanto de seus momentos dramáticos, bem como a gestão do tempo presente e das expectativas em relação ao futuro. Os processos que acompanhamos não deixam de ser, portanto, terreno de disputas sobre a verdade dos sujeitos e dos fatos que eles e outros narram a seu respeito ou a respeito de quem lhes é caro. É sobre esse ponto que nos deteremos agora brevemente.

CATEGORIAS E ESTRATÉGIAS DA GESTÃO DO TEMPO Tanto os “solicitantes de refúgio”, quanto os “familiares de vítimas” precisam, para serem reconhecidos enquanto tal, confrontarem-se com suas principais imagens em negativo, aquelas que representam os espectros aos quais não querem ser identificados e que inviabilizariam os bens de direito que estão demandando. Como já mencionado, no caso dos solicitantes de refúgio o perigo principal está em serem considerados migrantes econômicos e assim catalogados e fixados em lugares geográficos, administrativos e morais distintos daqueles reservados aos primeiros. Pelo lado dos diversos agentes de Estado encarregados de filtrar os “verdadeiros refugiados” dentre uma massa de outras categorias migrantes, por sua vez, há o temor de que com esse equívoco (tomar por refugiado quem é “apenas” migrante) acabem por “corromper a instituição do refúgio”, colocando em dúvida sua capacidade profissional para realizar essa seleção tão cara à ordem nacional.

Nos encontros entre solicitantes e agentes do refúgio acontecem interações nas quais os detalhes da experiência dos sujeitos e sua eficácia na mobilização das emoções de quem escuta são uma parte fundamental. Porém, no processo de seleção, na hora de comunicar uma experiência de perseguição ou sofrimento, não basta uma narração que mobilize certas emoções no ouvinte. Para conseguir a legitimação dessa história, sob a forma de um reconhecimento legal como refugiado, é necessário que a emotividade provocada no agente possa ser construída ou apresentada como uma emotividade experta, como uma compaixão profissional. Isso quer dizer que, para além da empatia pessoal com o outro sofredor, o que está em jogo é a empatia profissional com um tipo determinado de dor e sua capacidade de diferenciá-la de outras dores comuns.

Tal movimento parece ser a garantia de que a dor das pessoas aceitas como refugiadas seja inscrita em um espaço considerado público para o qual eles, como agentes especialistas do refúgio, estão contratados. Nessa medida, a interpretação adequada do sofrimento dos outros também é uma forma de legitimar o exercício profissional das advogadas, psicólogas e assistentes sociais, inscrevendo-o no espaço da gestão política.

Já no caso dos familiares, o processo segue, de certo modo, a direção inversa. Tendo sido as mortes registradas como “auto de re-

sistência”, resultado, portanto, de suposto confronto armado, cabe a eles lutar para romper essa categoria classificatória em torno da situação da morte, de modo que seu familiar possa ser reconhecido propriamente como uma vítima. As categorias que assombram a vítima e seus familiares estão dispostas na plêiade de termos mobilizada em documentos que fazem parte do próprio processo judicial, como depoimentos e argumentações de defensores e advogados, mas também na mídia: são os “traficantes”, “os bandidos” e, mais corriqueiramente, os “vagabundos”.

Em ambas as situações, portanto, está em jogo a fabricação de uma narrativa sobre o passado que tem poder moral, político e administrativo de redefinir o presente e o futuro. Para que essa narrativa seja aceita, porém, são necessárias “provas” de diversas ordens, que falam do “evento crítico” em si mesmo (laudos, perícias, comprovações do “fundado temor de perseguição” etc), mas também da trajetória de vida dos próprios sujeitos. Acumulam-se, assim, nos processos criminais em torno da morte de moradores de favela, boletins escolares, carteiras de trabalho, diplomas de conclusão de curso. Está em jogo, antes de tudo, construir a imagem do “pobre trabalhador”, que se

antagonizaria a do “traficante” ou “bandido”, desfazendo a narrativa encapsulada no “auto de resistência”. Quando esta narrativa é relativamente bem sucedida, como já observado em um julgamento, os argumentos tendem a recair sobre a peculiaridade física e moral do espaço: a morte ocorreu por ser a favela uma área de confrontos constantes. A “confusão” entre as personagens pode migrar, assim, nas argumentações dos defensores e advogados, para a “confusão” própria ao espaço, ao território. Sua morte teria sido um infortúnio, sobre o qual os policiais não podem ser responsabilizados (12).

No caso dos solicitantes de refúgio, o processo de seleção é também uma forma de filtrar as verdadeiras vítimas do conjunto de sujeitos que teriam outro tipo de envolvimento com a guerra e, por isso, com os deslocamentos a ela creditados. Existe, o tempo todo, o risco de estar diante de perseguidores e não de perseguidos e as pessoas solicitantes devem se esforçar para que sua versão os coloque do lado dos que requerem e merecem ser protegidos.

A gestão das narrativas sobre o tempo é, portanto, fundamental para, de um lado, tentar “comprovar”, legitimar e manter a força da própria versão sobre o que aconteceu no evento central ao processo, bem como para precisar a relação entre seus personagens principais: quem foi perseguido, quem é perseguidor, quem é a vítima inocente, quem é culpado (13). Todo esse processo exige, por sua vez, a depuração das ambiguidades, imprecisões e ziguezagues na vida das pessoas. Nessas narrativas fortemente moralizadas sobre vítimas e culpados, é necessário que aqueles que pleiteiam, de algum modo, o estatuto de vítimas – da violência policial; das condições da guerra – apresentem-se fora das zonas mais perigosas de dúvida e confusão. Como disse recentemente a mãe de um rapaz morto por policiais militares em

**NO CASO DOS
SOLICITANTES DE
REFÚGIO O PERIGO
PRINCIPAL ESTÁ
EM SEREM
CONSIDERADOS
MIGRANTES
ECONÔMICOS**

uma favela com dois tiros e na frente de diversas testemunhas: “meu filho era drogado, mas não era bandido, não merecia morrer assim”.

Processo semelhante ocorre nas narrativas dos candidatos a refúgio, que buscam encaixar suas lembranças nas causas válidas para solicitar proteção e nos tempos considerados “adequados” para fazê-lo. Um candidato ao refúgio, expressava por exemplo que “eu até poderia voltar sem ser morto na hora, mas se eu falar isso eles não vão me dar o refúgio e eu não quero voltar”. De outra parte, expressões como “eu sempre fui um bom cidadão” ou “se eu fosse um criminoso não estaria cá pedindo refúgio” são só algumas das formas mais comuns de se localizar moralmente num espaço marcado pelas experiências de violência e pela ambiguidade do papel desempenhado nessa guerra produtora de deslocamentos (14).

O tempo como trajetória é vertido em narrativas que precisam conviver, negar ou aceitar as categorias de identificação, matizando-as, dando-lhes outros contornos, inscrevendo o singular do tempo de vida de cada um em meio à padronização e rigidez das classificações e suas oposições vitais (trabalhadores ou bandidos, refugiados ou migrantes). A administração (de justiça, de cidadania, de pessoas e de corpos), para conseguir levar a cabo sua tarefa de gestão, tem que se desfazer dessas ambiguidades, contradições, dúvidas e esquecimentos que costumam caracterizar as experiências vitais das pessoas. Os espaços administrativos destinados a esses fins são eles próprios espaços-tempos limitados: entrevistas de algumas horas para narrar toda a história de perseguição, audiências judiciais, formulários para traduzir o percurso do êxodo e a vida precedente, boletins de ocorrência etc. As “pessoas de papel” encerradas nos documentos são também efeito, assim, de modos de registro peculiares, condições assimétricas de interlocução e momentos circunscritos de fala-escuta-registro.

Dessa perspectiva, portanto, o próprio desenrolar dos processos pode ser tomado como um tempo não apenas de formulação de narrativas, mas de alteração e fixação do passado e do presente através desses jogos narrativos. Há o que deve ser dito, o que deve ser comprovado, o que não deve ser dito, o que deve ser esquecido e esses limites vão sendo depurados, aprimorados e aprendidos em diferentes situações de interação (15). Poderíamos pensar que nas tentativas de confecção desse passado plausível para os refugiados ou para os mortos da favela vão se tornando cada vez mais presentes também o cálculo e a expertise em relação ao que pode ou não obter sucesso administrativa, judicial ou politicamente.

Por outro lado, o tempo transcorrido nos processos é um valor em si mesmo. A persistência, a capacidade de permanecer aguardando cada etapa, de não desistir, vão se configurando como substratos morais relevantes, capazes de afiançar a verdade dos próprios sujeitos. A mãe que fica anos a fio “lutando por justiça” comprova, por sua tenacidade e resiliência, que o filho não poderia ser traficante, como declarou um operador do direito em meio a um julgamento. De forma semelhante, o candidato a refúgio que aceita permanecer nas condições que lhe foram oferecidas, mesmo que delas se queixe

à pesquisadora e a outros, comprova sua verdade como alguém que efetivamente não pode retornar a seu país de origem.

Há uma relação importante entre aquilo que é percebido como um tempo lento, de ritmo arrastado ou dado a imprevisibilidades e a escassez dos recursos. A percepção de um tempo adverso, que se precisa saber enfrentar – ou atravessar – é formada pela composição de dois elementos básicos. O primeiro deles é o encontrar-se em posição de inferioridade em termos das decisões a serem tomadas ou dos recursos a serem acessados. É estar dependendo de algum modo de instâncias que parecem deter todo o controle sobre o poder de dar ou não dar tais recursos e, por isso mesmo, de poder fazê-lo de forma que parece sempre escassa, mesquinha e irregular. O segundo elemento é não ter como interferir significativamente no ritmo dos acontecimentos, ficando assujeitado a mudanças repentinas das regras do jogo.

Estar à espera aparece, assim, como expressão dessa assimetria profunda entre os diferentes envolvidos nos processos administrativos, podendo ser interpretado, nos casos trabalhados por Adriana Vianna, como sinais não apenas de desinteresse ou descompromisso com o que seria “justo” e “certo” (a apuração dos crimes), mas de má fé e comprometimento com “o outro lado”, a polícia. Ou, nos casos de refúgio, como uma forma de testagem cruel e adversa, cujo resultado final seria fazer desistir do próprio bem almejado. Como colocou um solicitante: “eles procuram desesperar a gente com tanta espera, para que a gente termine indo embora ou renunciando ao refúgio”.

Tanto nas situações dos familiares de vítimas, como nas situações que envolvem os solicitantes de refúgio, para além das possíveis expressões públicas de revolta ou as queixas mais explicitamente formuladas, a espera parece guardar também um poder corrosivo que afeta as pessoas de modo englobante e profundamente subjetivo. Essa espera minúscula do dia a dia, muitas vezes sem resposta, foi descrita por um solicitante de refúgio como a sensação de se sentir “castrado” e pela irmã de um homem morto pela polícia na favela como ter “a casa desabando”. Em ambos os casos, o que se expressa é a percepção da impotência e da fragilidade exacerbada por esse “tempo em suspenso” contínuo, que rouba a força pessoal e esmaga as pessoas, suas relações e seus afetos.

O idioma principal de contraposição e controle de seus efeitos mais nocivos é o da denúncia ao desrespeito e à desconsideração. Sustentar a espera no tempo presente significa, então, reiterar continuamente o valor da verdade contida no tempo passado: afirmar não esquecer o que ocorreu com o filho morto, não aceitar que sua morte não seja investigada e punida, reiterar as perseguições, perigos e privações vividos antes e durante o processo do refúgio. O descaso ou a má fé experimentados no presente são combatidos com esse estofamento moral constituído através da re-narração de si mesmo e de sua trajetória. Mas, também, com a afirmação, sempre que possível, na confiança em um tempo futuro melhor. Esse, porém, se apresenta como incógnita durante a espera. Afirmar a confiança nele é um ato de fé que pode ou não se confirmar, o que faz da espera uma forma peculiar de temporalidade, cujo sentido pleno só poderá ser dado a

posteriori, quando será transformada na narrativa épica da superação das adversidades ou no relato melancólico das desconsiderações e derrotas acumuladas.

Apesar das diferenças do que acontece ao chegar ao território brasileiro entre os solicitantes espontâneos de refúgio e os reassentados, uma sensação comum de impotência e desespero foi descrita pelas pessoas em ambas as situações. Para eles, é particularmente difícil essa combinação da espera – como um tempo que passa sem que nada passe ou em que passa o inapropriado – e o sentimento de precariedade profunda experimentado (16). Nesse sentido, o trabalho sobre o tempo deve ser compreendido como fundamental para preservar o valor das vidas. Os acontecimentos do passado, o sentido que este passado cobra no tempo presente e as possibilidades da própria existência projetada no futuro dependem, em grande medida, da luta por dotar ao tempo, aos espaços e aos corpos que os habitam de um sentido particular que os permita combater a força aniquiladora advinda da produção contínua de sua desimportância social ou de seu descrédito moral.

Adriana Vianna é professora do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ).

Ângela Facundo é doutora pelo PPGAS do Museu Nacional da UFRJ e pesquisadora pós-doutoranda na Fundação Casa de Rui Barbosa.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. As reflexões sobre a relação entre temporalidades e espacialidades que hoje apresentamos surgiram das intersecções que fomos encontrando durante nossas respectivas pesquisas sobre a movimentação familiar e política estabelecida em torno da morte pela polícia de um morador de favela, ou sobre processos de refúgio e reassentamento de colombianos no Brasil. Sobre a pesquisa de Vianna ver: Vianna, A. "Tempos, dores e corpos: considerações sobre a 'espera' entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro". In: Birman, P.; Leite, M.; Machado, C. (orgs). *Dispositivos urbanos e tramas dos vivos: ordens e resistências*, 2014. Sobre a de Facundo, ver: Facundo, Á. 2014. "Êxodos e refúgio: colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil". Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS-MN. Defendida em abril de 2014.
2. Das, V. & Poole, D. "State and its margins: comparative ethnographies". In: _____. *Anthropology in the margins of the State*. New Mexico, School of American Research Press, 2004.
3. Optamos pela utilização também do termo favelado, que pode ser usado socialmente de forma altamente pejorativa, por ser esse frequentemente o termo de preferência dos militantes e familiares de vítimas com quem Vianna vem trabalhando, em um processo ativo e explícito de reapropriação política e semântica.
4. Além do trabalho já mencionado de Das e Poole, ambas temos como referência fundamental as discussões formuladas por Antônio Carlos de Souza Lima ao falar das formas de gestão de populações e territórios: Souza Lima, A. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995; inspiradas, por sua vez, em questões sobre administração presentes em trabalhos de Weber e poder, em trabalhos de Foucault, entre outros.
5. Farias, J. "Governo das mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro". Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - IFCS - da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2014.
6. Ver: Leite, M. As mães em movimento. In: Birman, P.; Leite, M. P. (orgs). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. Também Machado da Silva, L. A. & Leite, M. "Violência, crime e política: o que os favelados dizem quando falam desses temas?" In: Machado da Silva, L.A. (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Faperj/Nova Fronteira, 2008. E Oliveira, J. P. de. *Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios*. Mana [online]. 2014, vol.20, n.1 pp. 125-161.
7. Estamos trabalhando com a produção da "denúncia" nos termos propostos por Boltanski. Ver, entre outros textos, as formulações presentes em Boltanski, L. *La souffrance a distance: morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Métailié, Collection Leçons de Choses, 1993.
8. Sobre a relação entre os corpos dos mortos e o espaço da favela, ver também: Vianna, A.; Farias, J. "A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional". *Cadernos Pagu*, no. 37, pp.79-116, jul./dez. 2011.
9. Good, A.. "Anthropologists as expert witnesses political asylum cases involving Sri Lankan Tamils". In: Wilson, R. A.; Mitchell, J. P. (eds.). *Human rights in global perspective: anthropological studies of rights, claims and entitlements*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2006.
10. Das, V. *Critical events. An anthropological perspective in contemporary India*. Oxford Indian Paperbacks, 1997.
11. Said, E. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
12. Ver Vianna e Farias, "A guerra das mães", *Cadernos Pagu*, 2011.
13. Boltanski, L. *La souffrance a distance: morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Métailié, Collection Leçons de Choses, 1993.
14. A disputa e, muitas vezes, a ambiguidade, que encerra a categoria de vítima também foi identificada no trabalho de Piscitelli e Lowenkron neste Núcleo Temático da revista *Ciência e Cultura*. Entre outras considerações muito pertinentes também a nossos campos, as autoras analisam "o desenvolvimento de *tecnologias de si* que buscam engendrar, até agora de maneira ineficaz, um processo de subjetivação/ sujeição moral capaz de despertar nas pessoas tecnicamente definidas como traficadas a consciência de que são vítimas".
15. Ross, F. *Bearing witness: women and the truth and reconciliation commission in South Africa*. London: Pluto Press, 2003.
16. Butler, J. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. New York: Verso, 2006.

ESTRANGEIROS NO BRASIL

Missão Paz em São Paulo acolhe imigrantes até a legalização

O Censo de 2010, apontou que o Brasil recebeu 268,5 mil imigrantes, dos quais 174,6 mil (65% do total) eram brasileiros que retornaram do exterior – a chamada imigração de retorno. São Paulo, figura como o estado que mais recebeu imigrantes com a cifra de 81.682 pessoas, sendo a capital o principal destino, apesar de outras cidades se tornarem atraentes pela forte economia e oportunidades de emprego, como a fabricação de joias e semijoias em Limeira ou a indústria têxtil de Americana.

Muitos chegam ao país com uma proposta de trabalho, como é o caso de muitos bolivianos, trazidos por familiares ou agenciadores para trabalhar nas oficinas de costura. Outros, porém, sem destino certo, são recebidos pela Pastoral do Migrante, no centro de São Paulo, uma das instituições responsáveis pela acolhida dos imigrantes na capital paulista. A Pastoral é um dos braços da Missão Paz, que é coordenada pela Igreja Católica do seguimento scalabrino. A igreja Nossa Senhora da Paz foi construída por imigrantes italianos em 1940. Assim, a instituição tem em sua gênese a acolhida, primeiro, da comunidade italiana que se reunia para cultivar suas raízes. Posteriormente, durante o regime ditatorial, a igreja começou a abrigar, em seu espaço, os exilados políticos latinos do

regime militar. Porém, foi em 1977, a pedido de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, que o Centro Pastoral do Migrante – denominação da época – passou a acolher imigrantes sul-americanos em busca de melhores condições de vida. A instituição também já abrigava a migração de brasileiros, em especial o fluxo da população nordestina. Dessa forma, a entidade se tornou uma referência e aumentou a gama de serviços prestados à comunidade. Hoje, a Missão Paz é composta por quatro diferentes núcleos com finalidades distintas, Casa do Migrante, Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes, Centro de Estudos Migratórios e as paróquias Nossa Senhora da Paz, Latino Americana e Italiana.

A Casa do Migrante é um ambiente que abriga imigrantes e refugiados, por período indeterminado, até documentação e empregos serem conseguidos. Esse espaço conta com 110 leitos divididos em ala masculina e feminina, banheiros, área para as crianças e um grande espaço de confraternização. O Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM) é o eixo legal, onde os imigrantes são atendidos por advogados e profissionais que vão regularizar a situação e depois promover encontros entre empregador e o imigrante, para tramitações de emprego. A Missão Paz é sustentada pela Igreja Católica e por doações de fiéis e de interessados.

Mônica Quenca, assistente social da Missão Paz, diz que há inúmeras possibilidades de regularização de permanência, como o Acordo do Mercosul, razões humanitárias, cônjuge, por prole (filho em solo brasileiro), ou solicitantes de refúgio. Ela diz,

ainda, que cada situação é específica e no caso dos refugiados, que muitas vezes chegam sem documentação, a tramitação do Comitê Nacional para Refugiados demora para deferir a decisão: “A solicitação de refúgio pode demorar até 18 meses para receber o parecer favorável ou não. Vale ressaltar que durante o tempo em que o solicitante de refúgio aguarda o resultado de seu processo, tem autorização do governo federal para trabalhar e estudar”. Quando um pedido de visto é negado pelas autoridades brasileiras, a instituição avisa os imigrantes sobre a data para o retorno ao país de origem, de forma que não abriga o imigrante, que se torna ilegal perante a lei.

Esse eixo ainda é responsável por oferecer cursos e ensino da língua portuguesa. O atendimento ainda se estende à saúde e a atendimentos psicológicos, pois muitos chegam à instituição em situação de extrema vulnerabilidade. O Centro de Estudos Migratórios (CEM) realiza estudos a partir das realidades que desfilam pela Casa do Migrante e publica a revista *Travessia*, exclusivamente focada no tema de imigração não só no Brasil, mas no mundo.

Segundo Mônica, a diversidade de nacionalidades atendidas pela Missão é muito variada e torna o Brasil um destino previsível, devido às suas leis: “Nosso atendimento é sazonal. Depende do está acontecendo pelo mundo, se há conflitos armados, problemas socioambientais ou miserabilidade extrema em alguma parte do mundo e isto provoque um êxodo, com certeza o Brasil, por suas leis, é alvo da procura dessas pessoas”.

Segundo o site da Missão Paz, em

2014, foram feitos cerca de 6.888 atendimentos, que estão listados no balanço anual de atendimentos individuais de imigrantes. Estes são de países como Bolívia, Paraguai, Colômbia, Haiti, República Democrática do Congo, Síria e, em menor quantidade, imigrantes do Irã, Iraque, Marrocos, Paquistão, China. Há também imigrantes de países menos conhecidos como os africanos Lesoto, que fica próximo à África do Sul e Djibuti, próximo à Somália e Etiópia.

“Há nacionalidades que se acolhem. Por exemplo, os chineses nos procuram sempre por questões de regularização documental, mas muito raramente para abrigo”, afirma Mônica. Outro ponto levantado por ela é a questão religiosa da imigração síria, ela diz que quando há necessidade, os sírios se aproximam, mas com certa desconfiança, devido à diferença religiosa. “Temem que tentemos convertê-los ou que sejam tratados com discriminação. E a Missão Paz faz atendimentos da mesma forma para todos que nos procuram, o desafio é que eles vençam seus medos e cheguem até nós”, enfatiza.

Após 2010, os imigrantes mais numerosos para o país vieram do Caribe – principalmente Haiti e República Dominicana; de países vizinhos – sobretudo colombianos, bolivianos e paraguaios; além de sírios – fugindo da guerra que assola o país de origem; africanos, que fogem tanto da fome quanto de guerras civis e a população asiática, como chineses e coreanos, que continuam chegando ao país e se dirigindo, principalmente para o estado de São Paulo.

Viviane Lucio

MIGRAÇÃO

As relações migratórias entre Brasil e Paraguai

O Paraguai teve a maior contribuição de migrantes para o Brasil na década de 1990, dos quais 80% eram brasileiros regressos, sendo a proximidade geográfica e as condições econômicas os principais fatores atrativos. As migrações, e as estatísticas produzidas a partir delas, geralmente se referem ao país de origem para o destinatário, mas pouco se sabe sobre os fluxos internos depois da entrada no Brasil. Fernando Gomes Braga, do Instituto Federal de Minas Gerais e Dimitri Fazito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), autores de artigo publicado na *Revista GeoUsp – Espaço e Tempo* (vol. 18, nº 3, 2014), propõem metodologia que permite verificar um subsistema interno com as microrregiões de maior concentração de migrantes. A análise foi feita baseada em dados do Censo Demográfico de 2010 e traça os caminhos percorridos pelos migrantes vindos do Paraguai. “As informações sobre a condição dos brasiguaios no retorno deixam claro que boa parte dessa população continua migrando internamente como estratégia de sobrevivência, já que muitos perdem os vínculos com o local de origem no Brasil quando da primeira migração em direção ao Paraguai”, pontuam os autores. A partir da região transnacional os autores do estudo identificam quatro etapas de migração. As duas primeiras (redes 1 e 2) refletem a

migração internacional entre Brasil e Paraguai; a 3 e a 4 mapeiam os fluxos internos e o “padrão geral”, num fluxo crescente de migração. Na rede 1 estão os migrantes que moravam no Brasil em 1995, mudaram para o Paraguai em algum momento até 2000 e retornaram ao Brasil no período (6.784 migrantes em 243 microrregiões). À rede 2 se somam outros migrantes que dividem a mesma residência (17.728 em 279 microrregiões). Na rede 3 estão os migrantes que se movimentaram pelas 279 microrregiões da rede 2, num total que supera 6 milhões. E a rede 4 engloba as 558 microrregiões em que foram identificados migrantes Paraguai-Brasil, com mais de 14,5 milhões de pessoas de 1995 a 2000. As redes de migrantes internos que declaram o Paraguai como o último destino mostrou maior concentração nos estados de fronteira, definido como locus transnacional. Outras manchas com mais de 100 migrantes aparecem em estados agrícolas: Mato Grosso, Pará e Rondônia. “Pesquisas futuras podem caracterizar essas comunidades a partir de estudos de caso mais detalhados ou explorar variáveis censitárias de educação, inserção no mercado de trabalho e fecundidade, entre outras. Também se indicaram aqui as bases para um procedimento metodológico útil para comprovar a existência de sistemas migratórios complementares em áreas de fronteira, passível de futuras replicações”, concluem.

Carolina Medeiros

NOME

CENTRO DE ESTUDOS EM DIREITO E
POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO E REFÚGIO

LÍDER

CHARLES GOMES

ÁREA PREDOMINANTE

DIREITO

LINHAS DE PESQUISA

Políticas migratórias; Migrações
internacionais; Políticas de refúgio

INSTITUIÇÃO

Fundação Casa de Rui Barbosa

CONTATO

Email: cgomes@rb.gov.br –
Homepage:
[http://www.casaruibarbosa.gov.br/
interna.php?ID_S=119&ID_M=2688](http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=119&ID_M=2688)

NOME DO GRUPO

CENTRO DE ESTUDOS DE
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

LÍDER

BELA FELDMAN-BIANCO

ÁREA PREDOMINANTE

ANTROPOLOGIA

LINHAS DE PESQUISA

Nação e diáspora; Políticas
migratórias; Migrações e
deslocamentos sociais

INSTITUIÇÃO

Unicamp

CONTATO

Email: bfb@uol.com.br
Homepage:
<http://www.unicamp.br/cemi/>

NOME DO GRUPO

GRUPOS DE ESTUDOS
MIGRATÓRIOS NA AMAZÔNIA

LÍDERES

SIDNEY ANTONIO DA SILVA;
MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA

ÁREA PREDOMINANTE

ANTROPOLOGIA

LINHAS DE PESQUISAS

Mobilidades; Migrações; Amazônia

INSTITUIÇÃO

Ufam

ENDEREÇO

Av Gal. Rodrigo Otávio Jordão
Ramos, 3000 – Aleixo, Manaus (AM)
Email: sidsilva@ufam.edu.br

NOME DO GRUPO

LABORATÓRIO DE PESQUISAS
EM ETNICIDADE, CULTURA E
DESENVOLVIMENTO

LÍDERES

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA;
ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA

ÁREA PREDOMINANTE:

ANTROPOLOGIA

LINHAS DE PESQUISA

Antropologia do Estado; Povos
indígenas; Etnicidade; Migração

INSTITUIÇÃO

Museu Nacional/UFRJ

CONTATO

Homepage: <http://laced.etc.br>

NOME DO GRUPO

LABORATÓRIO DE ESTUDOS
MIGRATÓRIOS - LEM

LÍDER

IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO

ÁREA PREDOMINANTE

ANTROPOLOGIA

LINHAS DE PESQUISA

Parentesco e família japonesa no
Brasil; Parentesco e imigração no
Vale do Rio Doce; Parentesco
e migrações internacionais

INSTITUIÇÃO

UFSCar

CONTATO

Homepage:
<https://lemufscar.wordpress.com/>

NOME DO GRUPO

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

LÍDER

ESTELA MARIA GARCIA PINTO DA
CUNHA

ÁREA PREDOMINANTE:

DEMOGRAFIA

LINHAS DE PESQUISA

Saúde reprodutiva e
sexualidade; Mobilidade espacial da
população; Família, gênero e
demografia; Demografia das
etnias; Demografia e políticas públicas

INSTITUIÇÃO

Unicamp

CONTATO

Homepage:
<http://www.nepo.unicamp.br/>

EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES SOCIAIS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA

Daniel dos Santos Fernandes

As políticas públicas para a Amazônia (1) nos últimos anos têm priorizado agentes exógenos, deixando de envolver pequenos agricultores e povos da floresta que, há anos, estão à margem da ação governamental, seja nos investimentos, no sistema de crédito ou nos meios de circulação de mercadorias (2-3).

Nos séculos XIX e início do XX, com a substituição do extrativismo das drogas do sertão, a extração e produção da borracha atraíram um enorme contingente de trabalhadores à região, vindos dos estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Bahia, os quais permaneciam em um sistema que os condicionava a um ciclo de dívidas, garantindo a manutenção das elites econômicas e do lucro, gerado pela força de trabalho desses imigrantes e dos caboclos amazônicos.

Com a abertura dos eixos rodoviários, a Amazônia passou a receber diversas territorialidades que introduziram técnicas relacionadas à pecuária, às serrarias, às plantações cultivadas na mata de terra firme, à mineração e, por último, à tecnologia industrial que estimularam a desestruturação da lógica de reprodução social da região baseada na ligação entre os ecossistemas de várzea, igapós e terra firme. Os ingleses, no século XX, investiram em várias cidades amazônicas devido ao desenvolvimento do capitalismo industrial, onde a matéria-prima extraída da borracha tinha valor imprescindível no mercado automobilístico. Os inves-

timentos destinavam-se ao setor de energia, portos, transportes, telefonia, telegrafia, rede de esgoto e construção civil em capitais como Belém e Manaus.

Nas décadas de 1960 a 1980, a região amazônica sofre intervenções gigantescas, através das políticas elaboradas pelo governo federal, cuja intenção era a exploração dos recursos naturais para atender interesses do capital internacional. As estratégias do Estado, primeiramente, eram voltadas à implantação dos projetos agropecuários que causaram degradação ambiental na região. Em seguida o governo federal implanta os megaprojetos agrominerais, explicitando uma estratégia do governo militar de controlar o território amazônico, por meio da federalização de rodovias e do enfraquecimento do poder de governos estaduais sob seu território político-administrativo. Estas, entre outras ações, estavam inseridas nos programas de integração nacional. Nesse período, se intensificam mudanças de organização espacial na Amazônia, principalmente no modo de vida de populações que baseavam sua vida cultural, econômica e social nos ciclos da natureza e na dinâmica dos rios. Este modelo de organização espacial deu lugar (ou coexiste) a ritmos da industrialização, pautados na extração dos recursos naturais, na utilização de novas tecnologias, em novas formas de relações de trabalho, o que interfere nos modos de produção e de vida de populações que dependem diretamente dos recursos naturais (3-6).

Assim, em muitas pequenas e médias cidades amazônicas é notória a diminuição da dinâmica econômica, a reprodução dos padrões de pobreza e de problemas sociais, sobretudo os conflitos fundiários e um amplo grau de degradação ambiental. São as marcas das políticas públicas que modificaram a realidade socioambiental da região. O artesão, o pescador, o agricultor, o caboclo, estão fora da lógica ou da dinâmica do planejamento econômico destinado à região (4; 7).

A comunidade de Caruaru, em Belém (PA), não ficou fora

desse processo de transformação na região Norte do país. Uma das primeiras investidas aconteceu em 1998, com a implantação, sem critérios que respeitassem o *modus vivendi* das populações locais, de uma trilha ecológica. O objetivo era solucionar parte dos problemas de geração de emprego e renda da comunidade. Denominada 1ª Trilha Ecológica de Mosqueiro, cortava duas comunidades, Castanhal do Mari-Mari e Caruaru e foi idealizada pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em parceria com a Agência Distrital de Mosqueiro (ADMO). Posteriormente, através de outra parceria entre Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém (Belemtur), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semma) e Fundação Parques e Áreas Verdes de Belém (Funverde), essa trilha passou a chamar-se Trilha Olhos D'água. Apesar de iniciar levantamento de fauna e flora, o projeto turístico não aprofundou a relação com as comunidades envolvidas, o que acabou resultando na criação de alguns contatos comunitários que não representam parcela local significativa. O resultado é a geração de cisões locais.

O CASO DA ILHA DE MOSQUEIRO A história de Mosqueiro se confunde com a da colonização da Amazônia, particularmente do estado do Pará e de sua capital. Este arquipélago singular, na foz do rio Amazonas vem encantando os viajantes durante séculos. No século XVII os primeiros navegadores europeus que aqui chegaram, apontaram para dois aspectos interessantes do ponto de vista histórico da ilha. O primeiro é a denominação da ilha de Santo Antônio e o segundo é o fato da região ser conhecida como a província dos povos indígenas Tupinambá. Habitantes do estuário amazônico, os tupinambá estavam na região há 12 mil anos e constituíam uma civilização e uma cultura intimamente ligadas à natureza. A ilha de Mosqueiro, centro do maior arquipélago do município de Belém, capital do estado do Pará, está inserida na microrregião guajarina, em um típico ambiente estuarino com influências do oceano Atlântico. É banhada pelo rio Pará, que forma as baías de Santo Antônio, do Marajó e do Sol. Os principais rios que nascem no interior da ilha são o Murubira, o Pratiquara e o Mari-Mari, os quais seguem o regime das marés (8). Esse complexo sistema de drenagem permite identificar três ecossistemas distintos na ilha: a região litorânea, caracterizada pela presença de uma faixa de areia com aproximadamente 18 km, que forma praias; a região de terra firme, formada pelas áreas mais altas, mais afastadas dos rios e outros cursos d'água,

portanto não sujeitas a alagamentos; e a região de áreas baixas, podendo ser de igapó e várzea, com pequenas ilhas anexas, cuja dinâmica ambiental está baseada nos rios e diversos cursos d'água. De acordo com a Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (2006), a ilha de Mosqueiro ocupa uma área aproximada de 212.547 km com altitude média de 15 metros acima do nível do mar.

O presente artigo se debruça sobre uma comunidade de ribeirinhos cuja economia local ainda é essencialmente extrativista, que mantém uma intensa ligação com esse território ancestral e uma lógica de sistema de produção principalmente voltado para a subsistência. Podemos observar ainda uma relação íntima do morador de Caruaru com o fluvial que, em sua visão, é, ao mesmo tempo, uma área a ser conservada e um espaço de onde eles tiram sua subsistência.

A comunidade constrói uma dinâmica social ratificando que “essas populações tradicionais não indígenas (caiçaras, ribeirinhos amazônicos, sertanejos etc.) receberam forte influência indígena, que se revela não só nos termos regionais, como nas diversas tecnologias patrimoniais de preparação de alimento, cerâmica, técnicas de construção de instrumentos de caça e pesca etc.” (9).

Caruaru, apesar da proximidade com a sede do distrito da região, Mosqueiro, mantém um processo lento de hibridação cultural (10). A construção dos saberes locais não está totalmente deslocada do cotidiano. Existe o ensino formal porém, no dia a dia, existe a complementação por meio de práticas e costumes relacionados ao ambiental, em um modelo de interação ecológica contemporâneo, adaptado do modelo de seus ancestrais.

RELAÇÕES DE PARENTESCO LOCAL Os rios e igarapés localizados no arquipélago de Mosqueiro formam o ambiente de trabalho das comunidades tradicionais, espaço onde homens e mulheres, em família, por consanguinidade ou afinidade trabalham, além de praticarem

(...) a pequena pesca, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada. A unidade de produção é, em geral, a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes mais longínquos. Apesar de grande parte deles viver em comunidades litorâneas não-urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, construindo aí uma solidariedade baseada na atividade pesqueira. (11).

Cultivam, fabricam farinha, caçam etc., criando estratégias, artefatos para sobrevivência e subsistência a partir de um conjunto de saberes sobre os recursos aquáticos e terrestres. Esses artefatos são fabricados a partir de materiais locais, o que intensifica essa dependência com o meio em que vivem, fazendo com que “a noção de lugar também se expresse nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente”. Essa valorização é uma função direta do sistema de conhecimento ambiental do grupo e suas respectivas tecnologias (12). Um exemplo é a pesca do camarão de rio com matapi, um artefato feito de talas, de algum tipo de palmeira, as quais são amarradas em corda.

Esses saberes são transmitidos de geração em geração, reforçados pela relação de parentesco e modificados conforme a dinâmica cultural e a utilização de novos artefatos que atuam em consonância com os antigos. No caso de Caruaru as relações de parentesco mais profundas surgem a partir de 1894, com a passagem da posse das terras do Caruaru para Manoel Batholomeo Froés. A família Froés inicia uma longa relação de parentesco com a família Araújo iniciando uma descendência única o que ratifica Augé (13) sobre o domínio do parentesco nas construções sociais.

(...) a filiação é o princípio de constituição e de organização interna de cada grupo de parentesco, enquanto as alianças (o parentesco por alianças matrimoniais) são o princípio da organização das relações externas entre os diferentes grupos, constrangidos a estabelecer relações necessárias de troca matrimonial por força da exogamia.

A construção social em Caruaru apresenta-se, dessa forma, como a afirmação de descendência legítima a partir das relações de parentesco por afinidade surgidas entre os Fróes e Araújo em um processo no qual, atualmente, já participam outras famílias que surgiram no cenário de parentesco local. Em toda comunidade repete-se a mesma afirmação: “aqui dentro todo mundo é parente”. Alguns depoimentos caracterizam da seguinte forma as relações na comunidade: “aqui é como uma família, todo mundo é parente”, existindo, principalmente entre os moradores mais antigos, casamentos entre primos diretos e indiretos. A comunidade nunca viveu isolada, portanto, tem laços com moradores de outras comunidades e das cidades próximas. Apresentam nitidamente uma “teia” de parentesco cuja

origem está num passado e na relação de apropriação do espaço que lhes oferece a identidade atual. Nessa forma de continuidade de relação de parentesco, por afinidade, começaram a surgir divergências pela questão do poder local.

O predomínio de laços familiares, intensificando a familiaridade como elemento central das comunidades, agrega um complicador que pode ser compreendido deste modo: as novas comunidades, no entorno do Parque, vão surgindo continuamente e resultam, quase sempre, de dissidências entre membros da mesma família, ou de casamentos em que pessoas do lugar casam-se com estranhos, que passam a ser aceitos na comunidade original do cônjuge, fazendo parte da mesma, ou seguindo o casal para nova comunidade. A facilidade de ocupar um terreno à beira do rio permite esse rearranjo que desagrega aqui para reagregar lá adiante. (14)

Assim, na atualidade, algumas lideranças surgem de cônjuges, em relação de parentesco por afinidade, que começam a se destacar nas ações para atenderem à demanda comunitária local provocando algum desconforto e com reflexos nas relações comunitárias e nas organizações representativas em Caruaru.

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA LOCAL Grupos organizados informais já existiam na comunidade de Caruaru desde a implantação da 1ª Trilha Ecológica do Mosqueiro, em 1998. Todavia essa proposta, que deveria ter membros da comunidade como atores de uma gestão comunitária, não estimulou o suficiente a ponto de aparecerem organizações comunitárias formais. O resultado foi uma experiência desastrosa para a comunidade, pois um número bem reduzido de pessoas conseguiu aumentar sua qualidade de vida com a implantação da trilha. Além disso, nessa época já se observavam tentativas de invasões nas terras do Caruaru por posseiros.

É somente a partir dessa junção de fatos que surge na comunidade a ideia de união comunitária como possibilidade de operacionalizar demandas advindas realmente dessas populações. Assim, em 2006, cria-se a Associação dos Moradores do Caruaru (Asmoca) e a diretoria conta com forte presença da família Froés, hoje no segundo mandato, mantendo representantes na presidência.

No entanto, mesmo com a criação da Asmoca, as primeiras pessoas que conseguiram algum êxito com os programas de

ecoturismo ainda continuam referência no processo de visibilidade da comunidade, tomando a frente no contato com as diversas instituições, como nas reuniões com o grupo do projeto de pesquisa “Entre trapiches, trilhas e vilas: organização comunitária e práticas sustentáveis no distrito de Mosqueiro, PA”, (Entratrivi) das Faculdades Integradas Ipiranga. Essas pessoas são principalmente parentes, por afinidade, mulheres, que: “incomoda, mas eles não tomam a frente e principalmente eu tenho contatos e consigo as coisas para nós”, segundo depoimento de uma cônjuge com liderança informal, muito ativa na busca de soluções para as demandas locais. Esse posicionamento não agrada parte da diretoria, tornando as relações comunitárias por vezes tensas. Essas relações tensas estão em um processo de velamento na medida em que aumenta a visibilidade da comunidade, com o complicador de serem mulheres as protagonistas dessa tensão. O (des)velamento só é possível a partir de observações durante ações junto à comunidade em que todos são convidados e quando os grupos que mantêm a tensão não se encontram ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Quando questionados sobre o motivo das ausências, apresentam as mais variadas razões, porém as mais recorrentes são problemas de última hora que não puderam ser postergados. Situação que só é contornada com muita insistência por quem organiza alguma atividade, contatando quase que diariamente as lideranças, bem como algum mediador de confiança da comunidade, no nosso caso do professor Wanzeller (15), até a data do evento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Acreditamos que as organizações comunitárias no Caruaru estão em processo de construção de relações democráticas. Um processo naturalmente tenso pelo fato de o espaço comunitário ser um espaço de poder, onde as questões de relações de parentesco deverão ser trabalhadas visando o bem comum, até para possibilitar a chegada mais próxima de um desenvolvimento sustentável para a comunidade. Nesse processo, a construção de estratégias que não excluam nenhum segmento de liderança, formal ou informal, é muito importante.

Deve-se levar em consideração que o espaço comunitário de Caruaru é um espaço de hibridação cultural, por ser “(...) resultado da sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas” não “do hispanismo colonial católico”, mas de um lusitanismo “e das ações políticas e educativas comunicacionais modernas” (16). Assim, os projetos que

queiram desenvolver-se na comunidade não devem partir imediatamente para as demandas de geração de emprego e renda local, mas para um profundo processo de discussão de relações comunitárias, interação e (des) interações culturais, a partir da dinâmica social de parentesco e poder local.

Daniel dos Santos Fernandes é doutor em antropologia. Atualmente professor das Faculdades Integradas Ipiranga onde realiza pesquisas com populações tradicionais. Email: dasaferr@ibest.com.br

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A Amazônia Legal compreende nove entes federativos: Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, parte do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.
2. Becker, B. K. *Amazônia*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997.
3. Becker, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Garamond, 2004.
4. Gonçalves, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
5. Simonian, L. T. “Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira”. In: Coelho, M. C. N.; Simonian, L. T.; Ferzl, N. (Orgs). *Estado e política públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup: UFPA-Naea, 2000, p 9-54.
6. Maués, R.H. *Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidade*. Belém: Cejup, 1994.
7. Benchimol, S. *Navegação e transporte na Amazônia*. Manaus: Ufam, 1995.
8. Wanzeller, C. dos S. *Mosqueiro: lendas e mistérios*. Mosqueiro-Belém. 1ª ed. Belém, Grupo RBA, 1999, 65p.
9. Probio-MMA – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Coordenadoria da Biodiversidade, Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP, CNPq. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo, 1999. p.40.
10. Espaço de várias mesclas culturais. Canclini, N. G. *Culturas híbridas*. São Paulo: Editora da USP, 2000. p.19.
11. Probio-MMA, 1999. *Op. Cit.* p.62.
12. Little, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UnB, Série Antropologia, 322, 2002. p.19.
13. Augé, M. *Os domínios do parentesco*. Lisboa: Edições 70, 1978. p.19.
14. Quaresma, H. D. de A. B. *Políticas públicas e gestão de recursos florestais: o caso do Parque Ambiental da Ilha do Mosqueiro, Belém/PA*. Belém: NAEA, 2008. p.13.
15. Wanzeller é professor aposentado de língua portuguesa, incentivador do registro da história das comunidades de Mosqueiro. Ex-professor da maioria dos moradores da comunidade.
16. Canclini, N. G. *Culturas híbridas*. São Paulo: Editora da USP, 2000.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

Ferzl, N. (Orgs). *Estado e política públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup: UFPA-Naea, 2000, p 9-54.

Plano Diretor de Belém/ Distrito Administrativo de Mosqueiro (Damos). Belém/ PA: Prefeitura Municipal de Belém. PMB. 2006, 31p.



"Alice" é um dos livros mais ilustrados em todos os tempos

LITERATURA

HÁ 150 ANOS ERA PUBLICADA A PRIMEIRA EDIÇÃO DO CLÁSSICO DE LEWIS CARROLL

Naquele verão de 1862 o passeio de barco com a família do reverendo Henry Liddell parecia uma boa ideia para Charles Dodgson, escritor e matemático da Universidade de Oxford, na Inglaterra. Tímido e retraído entre os adultos, Dodgson ficava mais à vontade com crianças. No bote que flutuava ao sol da tarde, não demorou muito, no entanto, para que Alice, uma das filhas do padre, fosse tomada pelo tédio. Acostumado a inventar histórias para entreter seus irmãos menores, o escritor começou a contar a história de outra Alice,

que, também entediada, passa a perseguir um coelho apressado, acaba mergulhando em sua toca e vai parar em outro país. Charles Dodgson é o nome verdadeiro de Lewis Carroll, autor de *Alice no país das maravilhas*, clássico da literatura infanto-juvenil, um dos livros mais traduzidos de todos os tempos, cuja primeira edição completa 150 anos em 2015. Em todo o mundo, exposições, espetáculos de teatro e de dança, comemoram o aniversário de Alice.

A Lewis Carroll Society criou um site na internet (<http://lewis Carroll->

resources.net/2015/index.html) com uma lista de eventos em todo o mundo. Na capital mineira, por exemplo, será comemorado o Carrollsday, no Memorial Vale, no dia 4 de julho. O evento envolve literatura e poesia nonsense, artes plásticas, moda, música e performances. Em Londres, na Inglaterra, o Museu da Infância (V&A Museum of Childhood) apresenta uma exposição com roupas, fotografias e objetos mostrando como a menina, com seu vestido rodado e os sapatos-boneca, foi, ao longo das inúmeras edições do livro, uma lançadora de tendências "O visual de Alice" (The Alice look), em cartaz até novembro deste ano, tem ainda edições raras do livro, ilustrações de campanhas publicitárias e, é claro, desfiles de moda. "Alice é uma fonte inesgotável de criatividade e invenção, tanto no mundo das imagens quanto nas ideias. Foi um dos livros que mais influenciaram as artes em todos os tempos, permitindo reinvenções em diversas mídias e linguagens", afirma a artista gráfica Adriana Peliano, fundadora e presidente da Sociedade de Lewis Carroll do Brasil.

HISTÓRIA PARA VER "Mas, afinal, de que serve um livro sem figuras nem diálogos?", pergunta Alice para sua irmã que lia, recostada no jardim. Uma característica que certamente contribuiu para o grande sucesso desse livro são suas ilustrações. Alice é também um livro para ver. Os primeiros desenhos foram feitos pelo próprio Carroll, em um manuscrito que o autor deu de presente para Alice Liddell e cuja versão digital está disponível no site da Biblioteca

Britânica. Vários artistas ilustraram o livro, alguns famosos como Salvador Dalí que, em 1969, recebeu uma encomenda para ilustrar uma edição especial do clássico e produziu 12 heliogravuras, uma para cada capítulo do livro. “*Alice no país das maravilhas* é um dos livros mais ilustrados de todos os tempos. Até recentemente esse universo iconográfico era fortemente marcado pelas ilustrações originais de Tenniel”, explica. “Nas últimas duas décadas, no entanto, cada vez mais essa influência vem sendo desafiada em trabalhos que buscam um diálogo mais aberto e enigmático com a obra, superando uma abordagem ligada à descrição das cenas e personagens”, acredita Peliano.

No Brasil, o livro ganhará uma reedição especial pela editora Zahar. As ilustrações originais de John Tenniel, de 1865, foram revisitadas por Adriana Peliano por meio de colagens criadas digitalmente. “Mais que uma técnica, a colagem é um jogo conceitual em que o conhecido muda de lugar, e temos que sair do lugar comum e da nossa zona de conforto. Somos então confrontados por uma nova lógica que propõe enigmas e quebra-cabeças num convite ao sonho e ao nonsense”, conta a artista.

UM MUNDO DE PONTA CABEÇA Escrito originalmente para uma criança, *Alice* encanta públicos de todas as idades porque mistura elementos fantásticos, em um mundo onde pouca coisa é impossível, com uma fina crítica política da sociedade inglesa do século XIX. “Lewis Carroll colocou de cabeça para baixo a cul-

tura vitoriana, expondo o mal-estar, a impostura e a esterilidade de uma sociedade fechada e repressiva”, escreveu Nicolau Sevcenko, em posfácio para a edição de *Alice no país das maravilhas*, de 2009, da Cosac Naify. Para o historiador, as criaturas fantásticas do livro – que fazem as crianças se sentirem em casa – encarnam as instituições e os personagens de uma sociedade rígida e pouco flexível. Alice se rebela contra eles, se mostrando ora indignada, ora espantada: “Onde já se viu dar a sentença antes de julgar se o acusado é culpado ou não?”, diz, em um dos tantos momentos em que questiona a autoridade. “Lewis satiriza e Alice desacata, para a diversão e a desforra dos leitores”, completou Sevcenko. A passagem de Alice para o “país das maravilhas” é uma longa queda. A menina chega a adormecer enquanto desce. Sonhar que estamos caindo é uma das experiências oníricas mais recorrentes nos seres humanos. Para Sueli Gevertz, psicanalista da Uni-

versidade Federal de São Paulo (Unifesp), a história de Alice comporta diversos elementos oníricos. “O livro pode ser visto como um sonho que elabora questões do crescimento que são comuns a todas as pessoas. A passagem do tempo, o desejo impossível, amor, amizade, hierarquia”, afirma. Segundo ela, essa é uma das razões para a história permanecer atual e atraente 150 anos depois de seu lançamento. “É um livro tão fascinante que pode ser visto de diferentes maneiras”, complementa. Sonho ou alucinação, para Adriana Peliano, *Alice* é uma fonte infinita de criatividade e invenção, “uma história capaz de levar o leitor a outros mundos, mundo de ‘aliciações’”, pontua a artista. “É um livro de perguntas, uma obra habitada por enigmas e paradoxos complexos, mas também íntimos de muitos leitores, que se identificam profundamente com os desafios de Alice e com os personagens que ela encontra em sua viagem”.

Fotos: Reprodução



Patrícia Mariuzzo

Primeiras ilustrações do livro feitas pelo desenhista John Tenniel em 1865



ESCRITORA, QUE FARIA 85 ANOS EM 2015, GANHA EXPOSIÇÃO E REEDIÇÕES

Ao lembrar que Machado de Assis foi fortemente contestado em sua época, o poeta e linguista Carlos Vogt disse que dificilmente um escritor é compreendido o bastante para ser elevado à categoria de clássico por seus contemporâneos. “Mesmo a grande obra só ganha plenitude e elevação quando a vida é aplainada pelos biógrafos”, afirma Vogt nos *Cadernos de Literatura Brasileira*, do Instituto Moreira Salles (1999), em número dedicado a Hilda Hilst. E o caso da escritora parece ser bem esse. Hilda Hilst transitou pela poesia, prosa e teatro e teve sua obra reconhecida por críticos importantes como Leo Gilson Ribeiro (1929-2007) que a considerava detentora da “mais deslumbrante prosa poética do Brasil posterior a Guimarães Rosa”. Contudo, apesar da aprovação por parte da crítica especializada, Hilda não teve a repercussão que merecia enquanto ela era viva. Falecida em 2004, aos 73 anos, seu trabalho foi editado com distribuição relevante a partir de 2001, quando a Editora Globo relançou suas obras reunidas em vinte volumes. Antes disso foram apenas edições com distribuição limitada, como os belíssimos livros publicados pelo artista e editor Massao Ohno ou as edições da Nankin, também uma casa de pequeno porte, e da Brasiliense, nos



Eder Accorsi. Acervo Instituto Hilda Hilst.

Além da poesia, Hilda também se dedicou à dramaturgia e à ficção

anos 1980. Hoje, pouco mais de dez anos após sua morte, encontrar um livro da poetisa ficou mais fácil. Em dezembro de 2014, a Editora Globo lançou mais um livro intitulado *Pornô chic*. A edição reúne os quatro títulos da *Trilogia obsce-na* (*O caderno rosa de Lori Lamby*, *Contos d'escárnio: textos grotescos*, *Cartas de um sedutor* e *Bufólicas*), além do inédito *Fragmento pornográfico rural*.

AMPLIAÇÃO De acordo com Daniel Fuentes, presidente do Instituto Hilda Hilst, entre abril de 2013 e 2014, as vendas dos livros aumentaram 100%. Em entrevista para o jor-

nal *O Estado de S. Paulo*, ele estimou um crescimento de outros 60% no mês de março de 2015, números que mostram que o interesse por Hilda Hilst e sua obra aumentaram. Uma biografia está sendo escrita, mas nome do autor é guardado em segredo por Fuentes, que também é responsável pela gestão dos direitos autorais da escritora. Na área do audiovisual, dois filmes sobre a obra da autora estão em fase de produção.

De fevereiro a abril de 2015, esteve em cartaz no Itaú Cultural (na capital paulista), a exposição *Ocupação Hilda Hilst*, com centenas de anotações, desenhos e originais pertencentes ao acervo do Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (Cedae), ligado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e ao Instituto Hilda Hilst, que fica na Casa do Sol, uma chácara nos arredores da cidade de Campinas, onde Hilda morou de 1964 até sua morte. A mostra reproduziu o ambiente interno da Casa do Sol, com suas paredes cor de rosa onde foram penduradas molduras de pessoas admiradas pela escritora e que ela costumava chamar de “amados”, como Freud, Emily Dickinson, Ludwig Wittgenstein, Kafka, Sartre, Caio Fernando Abreu, Lygia Fagundes Telles e Apolônio de Almeida Prado Hilst, pai de Hilda. A intenção da mostra foi reproduzir o cotidiano da escritora, trazendo suas referências, anotações, registros e desenhos. O ambiente foi concebido para que o visitante pudesse ler e reler as muitas obras, em uma tentativa de atender o grande desejo de Hilda: ser lida.

Para Luisa Destri, doutoranda



Mostra no Itaú Cultural trouxe inúmeros desenhos da escritora

em literatura brasileira na Universidade de São Paulo (USP) e que organizou a antologia *Uma superfície de gelo ancorada no riso* (Globo, 2012), existe uma mitologia em torno de Hilda Hilst que consolidou uma ideia de que sua obra é difícil e hermética. Na opinião dessa pesquisadora, “iniciativas como a *Ocupação Hilda Hilst* podem gerar uma aproximação do público como o autor. A mostra foi como uma porta de entrada para o universo dessa autora, não só para seus livros, mas para seu cotidiano e sua intimidade”, acredita a pesquisadora.

Hilda deixou a cidade de São Paulo no fim dos anos 1960 para viver reclusa na Casa do Sol, rodeada de cachorros – eram quase 100 – onde passou a se dedicar integralmente à literatura. “A mudança de Hil-

da para Campinas representa um ponto de virada na sua vida e também na sua produção literária. Há referências concretas à Casa do Sol em sua obra, mas o lugar tem também uma importância simbólica”, aponta Destri. “Hilda tinha um projeto muito consciente de criação literária quando se mudou para Campinas. Tinha metas e desejos que buscou cumprir naquele espaço”, diz. Apesar de viver distante de grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, ela não vivia isolada, ao contrário. A Casa do Sol era também uma casa de muitos encontros, com outros escritores, poetas, músicos.

LONGO CAMINHO A despeito das iniciativas em torno da obra de Hilda Hilst, ainda não se pode dizer que sua obra seja lida pois não é uma au-

tora comprada pelos governos para compor o acervo de escolas e bibliotecas, por exemplo. Ademais, na espetacularização da literatura, muitas vezes interessam mais as excentricidades do artista que as implicações estéticas da obra. Para Alcir Pécora, professor de teoria literária na Unicamp, a imagem de mito excêntrico construída em torno de Hilda pode ter obscurecido a importância literária de sua obra.

Sua “virada” para a pornografia é emblemática no sentido de mostrar que a autora pode ainda não ser bem compreendida. No final dos anos 1980, Hilda anunciou que, a partir daquele momento, só escreveria bandalheiras. A declaração foi uma forma de chamar atenção, explicitando um desejo recorrente: ser lida. Entretanto, a partir daí, sua obra passou a ser vinculada a uma literatura menor. E não é difícil ainda encontrar menções na imprensa que fazem essa associação. Com preocupações metafísicas e, ao mesmo tempo, obscena na transgressão, Hilda ainda tem um longo caminho a trilhar.

Independentemente disso e dos eventos que divulgam seu trabalho, o bom mesmo seria poder voltar à primeira experiência de leitura, recuperar o impacto do contato inaugural com o texto de Hilda Hilst, em águas “às vezes lodosas, às vezes claras”, como disse uma vez o jornalista e escritor Caio Fernando Abreu (1948-1996). Águas nas quais a poeta nos lança, sem perdão, como se jogasse “nenúfares num tanque de águas podres”.

Mariana Garcia de Castro Alves

TELEVISÃO

PROGRAMAS E SÉRIES SOBRE CIÊNCIA VÃO MUITO ALÉM DA DIVERSÃO

Quando as crianças entram na fase dos porquês – “Por que a lua não cai na Terra?”, “Por que sentimos frio?”, “Como os bebês entram e saem da barriga?” – pais podem ficar meio perdidos, apavorados ou impacientes. É nesse momento que bons programas infantis sobre ciência na televisão podem ser aliados. Muitas séries já foram produzidas no passado, mas, na década de 1990, além das figurinhas do chocolate Surpresa que encantavam crianças, uma das melhores produções na área chegou ao Brasil, *O mundo de Beakman*, transmitida pela TV Cultura em 1994.

A série teve um total de 91 episódios e marcou gerações de crianças e jovens nascidos a partir dos anos 1980 com seus personagens singulares, como o rato Lester, o cientista Beakman, com seu jaleco verde e cabelos arrepiados, e uma abordagem original de questões intrincadas da ciência em geral. Os episódios se passavam em um laboratório caótico e cheio de surpresas, onde o ator, Paul Zaloom, era mestre em representar os experimentos, utilizando materiais simples do dia a dia para ensinar às crianças princípios básicos de química e física.

A televisão está presente em 97% dos lares brasileiros e pode ser um meio para expandir a educação científica. Ainda que a lei brasileira (Decreto Federal 52.795/63) determine um tempo ínfimo para empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão (TV e rádio) transmitirem programas educacionais – 5 horas semanais – pesquisas na área têm demonstrado que essa linguagem potencializa o interesse das crianças por ciência. Baseados nesse pressuposto, novos projetos surgem, buscando falar de ciência com linguagem de fácil compreensão. É o caso do novo programa exibido pelo canal Gloob, *Buuu - um chamado para a aventura*, e do quadro semanal *Zoa*, que vai ao ar pela TV Jangadeiro, afiliada da Rede Bandeirantes, no Ceará.

MISTÉRIO, AVENTURA E CIÊNCIA Quatro amigos, uma missão e um cenário cheio de mistério: assim começa *Buuu*, a mais nova série infantil do canal Gloob, com produção do Grupo Casablanca. No enredo, durante férias no Instituto Butantan, na cidade de São Paulo, Carlinhos, seu irmão mais novo Casca e as amigas Isadora e Chica descobrem um local secreto, cheio de enigmas e perigos: uma pirâmide subterrânea, construída pelo cientista Vital Brazil, onde eram realizadas as reuniões e estudos da sociedade secreta *Serum Immunitas*, criada por Leonardo Da Vinci com o objetivo de descobrir um soro capaz de tornar as pessoas imunes a todo e qualquer tipo de doença. Carlinhos e Casca, guiados pelo fantasma do avô Reginaldo, ex-diretor do instituto, e ajudados pe-

las amigas e pelos fantasmas de três pesquisadores – Paul Ehrlich, Vital Brazil e Carlos Chagas, precisam encontrar os elementos que compõem o soro da imunidade, uma vez que, a cada 108 anos, as pirâmides, que estão presentes nos cinco continentes, passam por uma reconfiguração e, com isso, as pesquisas realizadas correm o risco de se perder.

A série é inspirada nos filmes de aventura dos anos 1980, como *Indiana Jones*, *História sem fim* e *Goonies*, que tinham em sua estrutura dramática a saga do herói que mistura aventura com o poder da amizade. Segundo o criador, o roteirista Luiz Caramé, “é sobre a importância da família e da amizade na vida de uma criança. Usamos a linha da aventura porque é um gênero que não é muito usado para o público infantil aqui no Brasil”. Ele conta que seu interesse em divulgar ciência para crianças vem da infância, quando, em datas especiais, ganhava kits para realizar experiências em casa. Para ele, levar ciência para a garotada é estimulante e muito importante na formação intelectual das gerações, pois desenvolve o raciocínio e a lógica por meio da curiosidade e do lúdico. Por isso, o conhecimento científico abordado na série é levado a sério, com base em pesquisas e no conteúdo programático do ensino fundamental (PCN’s).

O programa dispõe de um dialoguista, Eduardo Pereiva, responsável por ajustar as falas na ação dramática, com as características dos personagens, moldando os conceitos científicos, num texto simples e de fácil compreensão para o público infantil. Explicados de maneira leve e bem-humorada, os temas científicos são



Fantasmas de cientistas brasileiros e as crianças aventureiras

transmitidos sem que eles pareçam chatos, usando analogias para descrever os experimentos e amenizando a linguagem técnica. Apesar de a série ser veiculada apenas na TV por assinatura, o canal investiu na divulgação por meio de campanhas comerciais e nas redes sociais. De acordo com Caraméz, em uma semana de exibição, *Buuu* se tornou o programa mais assistido pelo público do canal. No Youtube a chamada para o lançamento teve mais de um milhão de acessos. Questionado sobre a dificuldade em divulgar a ciência na TV, o roteirista apontou que a ignorância sobre o tema e a falta de interesse atrapalham. “É preciso desmitificar a ideia de que conteúdo científico seja uma limitação para se trabalhar na TV. Uma série como *The Big Bang Theory* prova que o universo científico tem espaço até no segmento mais disputado na TV americana – as *sitcons*” completa.

ZOOLOGIA COM HUMOR “Vejam que rebolado, que envolvimento, que sedução...” Você já imaginou essas afirmações em um quadro sobre zoologia? Ao som de “Adocica”, hit

do cantor Beto Barbosa nos anos 1990, uma tartaruguinha rebola, enquanto tem seu casco acariciado por uma escova de dente. Tudo isso para explicar que o casco das tartarugas é sensível ao toque. O humor foi a característica encontrada pela equipe do *Zoa*, quadro semanal de divulgação de zoologia que vai ao ar semanalmente pela TV Jangadeiro, do Ceará, para conquistar a atenção do público.

A ideia surgiu a partir de uma palestra sobre divulgação científica do biólogo Hugo Fernandes-Ferreira, doutor em zoologia pela Universidade Federal da Paraíba, e apresentador do *Zoa*, no TEDx Fortaleza. Após assistir à palestra, o gerente de plataformas digitais do Sistema Jangadeiro, Hércio Brasileiro, sugeriu a criação de um quadro para televisão. Em março de 2015, o *Zoa* estreou como parte do programa *Gente na TV*, vice-líder de audiência no estado.

A produção é feita de maneira independente. As despesas de estúdio ficam a cargo da emissora, os gastos com cenas externas, no entanto, correm por conta da equipe, que ainda não conta com apoiadores. No período de um ano, devem ser veiculados quatro quadros por mês, totalizando quarenta e oito edições produzidas para a TV. Além da televisão, o grupo possui um canal no Youtube.

Giselle Soares e Grazielle Scalfi

OUTRAS INICIATIVAS

Apesar das dificuldades que os produtores de conteúdo infanto-juvenil para programas sobre ciência enfrentam, seja falta de patrocínio ou maior espaço na grade da TV aberta, novos programas têm conseguido romper essas barreiras. No Brasil, algumas iniciativas têm conquistado espaço, como o programa *Física divertida* (2010), com um formato educativo, criado a partir de parceria entre a TV Rá Tim Bum e a Mad Science São Paulo. De forma lúdica, os apresentadores Rick Radioativo e Kelly Kosmos, transmitem conceitos científicos sobre a física, como pressão, volume e temperatura. Há também a animação *Pequenos cientistas*, criada por meio de parceria entre a TV Cultura e a *Ciência Hoje das Crianças* (CHC), em 2008. Os protagonistas são dois dinossauros, Rex e Diná, que, a cada episódio, mostram aspectos divertidos e curiosos da ciência para o público infantil, agregando informação e entretenimento. Ambos são exibidos pelo canal pago TV Rá Tim Bum.

PINTURA

O RIO DE JANEIRO SOB OS OLHARES DE JEAN-BAPTISTE DEBRET

Com a vinda da corte portuguesa, em 1808, o Brasil passou a ser um aspirante à modernidade. O Rio de Janeiro deixa de ser, então, a capital da colônia e se torna sede do reino de Portugal, passando por uma série de transformações. Esse processo contou com uma testemunha privilegiada, o artista francês Jean-Baptiste Debret, que chegou ao Brasil em 1816, integrando a Missão Artística Francesa.

A Missão, como se sabe, teve um papel fundamental na fundação da Academia Imperial de Belas Artes, que tinha como objetivo difundir o ensino das artes e ofícios no Brasil. Dentre os participantes da Missão, Debret se destaca pela herança que deixou: uma vasta coleção de aquarelas, gravuras e desenhos que retratam o cotidiano do Rio de Janeiro, revelando hábitos, costumes e as relações sociais que caracterizavam a cidade naquela fase de transição da colônia ao império independente. Parte desse legado integrou a exposição "O Rio de Janeiro de Debret", no Centro Cultural dos Correios, na capital carioca, até 3 de maio. A mostra, reuniu 120 obras originais de Debret, é uma oportunidade de apreciar (e refletir sobre) a visão de um dos grandes pintores viajantes



A polarização entre escravos e homens livres era tema frequente nas obras de Debret

franceses sobre o Rio de Janeiro. As obras expostas pertencem à coleção Castro Maya, que contém mais de 500 aquarelas e desenhos originais, raramente vistos em grandes conjuntos. “Como estive no país entre 1816 e 1831, Debret acompanhou mudanças significativas na cidade, tanto em seus aspectos materiais como sociais, políticos e culturais, e tudo isso está, de certa forma, impresso nas imagens”, explica a historiadora Valéria Alves Esteves Lima, professora da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), especialista na obra de Debret. Nesse sentido, Debret tem uma importância fundamental para os brasileiros, no que tange à construção de uma imagem da cidade e, também, do Brasil, já que o Rio era a capital e principal núcleo urbano do

país na época. “Sobretudo, se considerarmos a presença de suas imagens em livros didáticos e na imprensa de divulgação, a partir do século XX”, justifica a historiadora.

NA CORTE E NA RUA O Rio de Janeiro da época, com cerca de 100 mil habitantes, foi minuciosamente retratado por Debret. Por isso, há quem considere sua obra uma espécie de catálogo dos pormenores da vida na cidade, principalmente a polarização da sociedade entre homens livres e escravos, um aspecto exótico e chocante aos olhos europeus. Segundo Lima, que visitou a mostra, a exposição reuniu um volume significativo de obras sobre os vários temas enfocados por Debret, desde cenas de rua (tipos sociais, atividades e ocupações), paisagens



A beleza natural do Rio de Janeiro era um dos aspectos que mais atraíam o artista

naturais, urbanas, até estudos que o artista utilizava em composições e projetos cenográficos. “Tivemos um pouco de todos os itens contemplados pelos olhos e registrados pelas mãos do artista, permitindo ao visitante captar a dinâmica da cidade, provavelmente o aspecto mais em evidência nas aquarelas que foram expostas”, relata.

A realidade era a principal fonte de inspiração de Debret; a base das cenas perpetuadas nas suas obras e que permanecem na contemporaneidade como imagens, muitas vezes cristalizadas, do que era a vida na capital carioca na primeira metade do século XIX. “A beleza natural, o convívio e a multiplicidade social que marcavam o Brasil eram os aspectos que mais atraíam o artista”, complementa a historiadora.

No entanto, enfatiza Valéria, ao mesmo tempo em que Debret deixou um rico legado, é preciso compreendê-lo à luz de sua estada no Brasil. De um lado, ele foi um artista da corte e pintor de história, membro do grupo responsável por organizar o ensino artístico no país. De outro, foi o pintor “das ruas”, que produz as aquarelas que tanto fascinam e preenchem o imaginário de europeus e americanos.

Portanto, suas obras se dividem entre as aquarelas e os projetos executados para a monarquia, como pintor oficial nomeado pelo príncipe regente Dom João e artista da corte de Dom Pedro I – sua face mais conhecida naquele contexto. “As imagens que nós mais conhecemos não são, de fato, os registros

que a sociedade da época tinha da atuação de Debret, cuja visibilidade naquele contexto estava relacionada à sua ação como cenógrafo e pintor de história, envolvido nos eventos celebrativos da corte, e como professor da Academia”, afirma.

Segundo Valéria, foi apenas com a publicação de seus livros da *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1834-1839), na França, que as imagens do cotidiano brasileiro ganharam o imaginário dos leitores de sua obra. “Mesmo assim, essas imagens vão impregnar, primeiro, as mentes europeias, e apenas muito mais tarde estarão presentes, de forma mais efetiva, entre os brasileiros”, conclui a historiadora.

Marta Avancini

A GRANDE ÉGUA BRANCA

ANOS 60

Brigid detestava os negros e se orgulhava de não estar sozinha naquilo. Centenas de vezes me falou do quanto Jack Kerouac concordava com ela. Foi em Chapel Hill, numa festa de sete dias. Se viram *un passant*, aquilo não foi mais que um aceno, enquanto Kerouac vomitava os baldes de sua loucura antisemita na cabeça dos rapazes da Harvard Branca. “*Jack* estava morrendo, dava pra ver.” Chamava-o de “Jack”, embora não tivessem sido parceiros no tempo dos vagões. Nunca me disse o que fazia ali, mas na adolescência tivera um caso com o anfitrião, o nome era Russell Banks, com quem roubou um carro e terminaram no xadrez, em Los Angeles. “Rodar três meses pelo país num Thunderbird e ser detida justo por um oficial negro?”

Detestava os negros e eles a detestavam também. Era uma mulher de muitos fascínios, talvez isto impedisse de eles quebrarem sua cara quando exagerava na bebida e os xingava daquele jeito. Morávamos ao sul de New Hampshire, depois de Brigid abdicar da vida de madama na qual o meu pai queria metê-la, sob a ameaça de internação num manicômio. “Mulher com muita grana ou sucesso em um ano vira uma boneca sem lubrificação, e daí os caras se intimidam”. Brigid e Guterson se conheceram noutra festa, em dois meses casaram, se esmurramaram e se odiaram. Ele era um industrial já sem muito dinheiro no banco, mas bastante eloquente com uma pistola. Então fugimos. De repente, viramos os branquelos, os baratas-brancas, o bebê e a bêbada-gostosa numa cidadezinha sob nuvens de chumbo, mas onde o sol de lâminas insistia em rasgar a pele da gente todo dia.

Brigid era boa mãe se não estava alimentando a sua paranoia ou imaginando conspirações em cada esquina. Não tolerava choramingos, contudo até os oito anos eu podia dormir sobre a firmeza dos seus peitos nas noites de pesadelo. Naquele 1969, o uísque a transformou num bicho sem freios para desafiar toda a polícia agarrando o pescoço de uma garrafa. “Live free or die, live free or die”, ela berrava para eles. “Chamem o *Jack* aqui. Chamem o *Jack* aqui”. “O senhor Kerouac está morto, Brigid”, gritava de lá o policial. Então ela se deixava vencer, caminhando até a viatura. “Entre, querida”, bateu a porta o policial.

Mas se a deixassem em paz, logo-logo voltava o seu encantamento, os seus olhos de oceano sem ventanias, a voz de pastora, até que outra vez a tempestade descia carvão sobre o seu rosto de cristal. No entanto, gostavam de vê-la circulando no jeans apertado, a cintura sempre a descoberto, a jaqueta só na medida para encobrir as taças de ouro; dois metros e tantos de granito que nenhum poderá esquecer.

O senhorio era um asiático em roupas de dândi, sem leitura e sem modos. Escapou de algum container dos navios de carga clandestinos de Portsmouth, como sardinha, ou pelo Pacífico, e cruzando o país até ali. Quando ele sentia falta do aluguel, Brigid o confortava por uma noite e eu detestava encontrar o cara ouvindo música na sala. “É um negroide, mesmo da cor de uma banana, querido, não se importe, todos aqui são negros, de um jeito ou de outro”. Era sobre as almas negras, Brigid falava disso. Mas eu não conseguia defendê-la quando ela perdia as estribeiras e insultava, insultava, insultava, e eu os via acinzentarem com a sua arte de insultar, e ela continuava lá até todos fugirem pra suas casas, e o bar fechar. Então ela dormia na calçada, a falência da heroína num país sem kerouacs, sem mais festas de uma semana, enquanto a West Union não nos salvasse com os dólares do Russell, a grana chegava bem no limite de tudo ruir.

ANOS 70

Então passou a depender dos negociantes de pedras e dos turistas para manter sua cota de uísque. Pedia, pedia e pedia, a montanha se desmanchando. Já não implicava tanto com os negros, aliás pedia pra eles um gole, dia e noite. O corpo boxeara com o tempo e vencera todos os rounds. As coxas grossas mantinham-na um facho firme.

Foi quando ofereciam uma dose, à maneira que pude ver.

“Te pago um drink, mas só se imitar pra gente aí uma macaca”.

E mamãe imitava, as pernas em arco como uma chimpanzé, os olhos no vazio.

“Não, macaca que nada! Imita aqui pro papai uma cobra”.

Brigid se esforçava. E eles:

“Não, orangotanga, com a cara no chão, como uma serpente”.

O outro gritava: “Rasteja, cobra”. Ela rastejava até a mesa. E eles lhe davam a bebida.

Quando cheguei aos quinze, perguntei se aquilo era tudo o que eu podia aprender com ela.

“Você já fumou seu primeiro cigarro?”

“Sim.”

“Já tomou um porre de cerveja?”

“Sim.”

“Então não tenho mais nada pra lhe ensinar. Se você pelo menos fosse uma menininha... espere, espere, espere: você é uma menininha, Ted?”, ela disse, beliscando as minhas bochechas.

Não dava mais. Fui embora. Ela rolava no piso da sala de tanto rir.

“Negroide! Você no fundo é um negroide, ouviu, Ted-menininha? Ted-menininha ahahahahaha”, ouvi.

FINAL DOS ANOS 80

Eu já estava muito tempo longe quando ouvi a história.

Eles estavam falando no restaurante do hotel, os dois homens:

Homem 1 – “...é uma perfeição, a mulher, os quadris você não conseguiria abraçar com estes braçotes – dizia ele ao amigo na mesa – o diabo foi quem torneou aquela serpente...” ... “...talvez nós dois juntos não dêssemos conta daquele peixeão... mas a grande diversão dos caras não era comê-la, mas pedir imitações, é, imitação de bichos... foca, raposa, macaco...” ... “...e depois de pagarem outro trago, mandaram a coroa imitar uma égua.”

Homem 2, com a dose de conhaque na mão. – “Uma égua?”

Homem 1 – “Sim, sim – disse ele. Mas escute aqui: então a mulher ficou de quatro, cara, que traseiro, ficou de quatro e, quando todos fizeram silêncio, relinchou feito uma égua. Aquilo ainda hoje zune nos meus ouvidos. As pessoas de cera admirando aquilo”.

Homem 2 – “Estranho, não?”

Homem 1 – “Não. Estranho ficaria depois. Um desses negrões disse pra ela: ‘Esta imitação não está boa. Se quiser o uísque vai ter de melhorar’.

E aí ela repetiu, duas, três, dez vezes, era como assistir a um estupro”.

Homem 2 – “E aí?”

Homem 1 – “Aí eu fiz o que um homem tem de fazer numa hora dessas. Eu disse: ‘Ok, ok, chega: eu pago o drink da mulher.’”

Homem 2 – “E aí?”

Homem 1 – “‘Não, forasteiro, não se meta nisso’, ameaçaram. Recuei. Fazer o quê? E a mulher continuou, riiriinch, riiriinch...” ... “então em algum momento a égua parou, fechou os olhinhos e mandou: riiriiriinnnnch. Cara... não sei quanto tempo demorou aquilo, mas depois foi silêncio e escuridão ao mesmo tempo, para acontecer o mais estranho.”

Homem 2 – “O quê?”

Homem 1 – “Depois disso se ouviu o relinchar de cavalos, dez, vinte, mais: cem cavalos, respondendo pra ela, rinch, rinch, rinch, rinch, as pessoas eram como fumaça dentro do bar, se ouviam rinchs perto, mais perto, se aproximando...” “... a impressão era de que a qualquer momento eles iriam arrombar a porta, a tropa”.

Ele segurou o cigarro e pilou o fumo na unha, ao modo dos gays.

“Quando a mulher se levantou tinha brasa nos olhos, mas as lágrimas não eram pelo esforço, cara, aquilo a atingiu bem na alma, se há um alvo na alma da gente foi ali que a acertaram, rapaz, você pode acreditar.”

Depois o homem contou que Brigid saiu em silêncio. Não bebeu a dose, nada, sumiu. Ele mesmo voltou outras vezes lá, mas o paradeiro era o mesmo: desapareceu.

“Eu voltei ali muitas vezes, mas nunca mais se soube da mulher, rapaz, sumiu, a grande égua branca sumiu.”

DIAS ATUAIS

A cidade acaba no deserto e o semáforo dizia verde a toda hora para quem partisse. O automóvel me empurrava de volta pra casa, e a casa, o sol, o carro eram Brigid. Lembrei do homem do hotel e me meti num delírio. Encontrá-la. O Sr. Russell não fala muito ao telefone, mas disse ainda “faz muito, muito tempo. Os cheques começaram a voltar. Procure um pouco mais ao sul, mas, por Deus, me informe sobre ela, filho.” Em New Hampshire o céu cinza era o mesmo, mas o mundo em volta era outro e os bares cansavam os fregueses com cantores sem talento. A cidade invadiu as plantações e os pastos e, de alguma forma, a cidadezinha batera em retirada, deixando as buzinas, a fumaça do diesel e o mau gosto vestindo esta outra cidade.

Um homem me contou o costume dali. As crianças negras pintam o rosto de branco e saem na vizinhança pedindo dinheiro em troca de imitações. As crianças brancas pintam o rosto de preto e jogam moedas para os negros em tintas de branco. “É a brincadeira da égua branca”. Alguns levam uma boneca nos braços. Chamam-na de Ted. “Se não der dinheiro, o Ted vai chorar, muquirana”, ameaçam. Mas falou também da montanha de granito contra o céu, do resplendor do sol que era a Brigid, “ouvi falar, mas duvido de que tenha existido.”

Dias depois, a cem quilômetros dali, numa vila sem importância, o escrivão Philip Warren me mostrou todos os documentos que eu não desejava ver. O corpo dormia há muitos outonos no cemitério de Meredith. Fiquei ao seu lado naquela tarde olhando o mármore amarelar. Deixei Brigid sob um sol desbotando, estava em paz, ouvindo pássaros e cigarras, “a natureza tem tudo o que não podemos aprender, e por isto é inútil”, ela dizia.

Na volta, o chumbo derretia no céu e os raios se atiravam contra o breu sem-fim. Os fazendeiros abrigavam os animais, mas os vaqueiros eram poucos para conter os cavalos avançando a colina como lanças. Eu estava indo para o Norte, talvez pedisse ao Russell um emprego em New York, ou lhe contasse algumas mentiras para abrandar seu velho coração.

Do livro O destino das metáforas, (Iluminuras, 2011), Prêmio Jabuti de Literatura).

Sidney Rocha, 50, é autor do romance Sofia (prêmio Osman Lins), de Matriuska (contos, 2009, semifinalista do Portugal Telecom) e O destino das metáforas (contos, 2011, Prêmio Jabuti de Literatura), todos da Editora Iluminuras, que publica dele, neste ano, o romance Claro-escuro e o livro de contos Guerra de ninguém.

Artigos Ensaaios

<http://cienciaecultura.bvs.br>

cienciaecultura@sbpcnet.org.br

A seção **Artigos & Ensaaios** da revista *Ciência e Cultura* possui quatro páginas destinadas a atender demandas espontâneas da comunidade científica que não se encaixem dentro do Núcleo Temático de cada número. A seção abriga textos com uma reflexão sobre temas da atualidade científica e de interesse da sociedade como um todo, nas grandes áreas do conhecimento.

A formatação dos artigos deverá seguir as **normas** publicadas abaixo. Os textos serão avaliados e sua publicação seguirá agenda de interesse editorial da revista. Não é recomendada a submissão de artigos e ensaios de interesse exclusivo de grupos de especialistas ou que tenham sido anteriormente publicados, em veículos da comunidade científica ou mídia em geral.

NORMAS

SEÇÃO ARTIGOS & ENSAIOS Possui 4 páginas, destinadas a um texto de 17,5 mil caracteres com espaçamento (sem imagens) ou 16 mil (com até 3 imagens).

FORMATO Cada artigo terá o máximo de 3 gráficos, tabelas ou imagens, considerados fundamentais para a ilustração e melhor entendimento do texto. Esse material deve ser enviado em arquivo separado e com antecedência, para sua confecção e checagem junto ao articulista. O envio de número superior a esse deverá oferecer a opção de escolha para a edição, se houver necessidade de corte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS As citações e referências serão indexadas numericamente no texto, em ordem crescente, e aparecerão no final do artigo, sob o título **Notas e Referências**, se ambas ocorrerem; ou **Notas, ou Referências**, se apenas uma das duas ocorrer. Existe, ainda, a opção **Bibliografia consultada**, sem citações referenciadas e numeradas ao longo do texto.

RODAPÉ Notas de rodapé não são utilizadas.

CRÉDITO A assinatura do articulista virá logo abaixo do título e suas qualificações – que devem ser encaminhadas **sempre** no corpo do texto e não exceder cinco linhas – serão editadas ao final. Modelo: *José da Silva é biólogo, professor titular do Instituto de Bioquímica da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Centro de Pesquisa em Biologia Molecular do Instituto XYZ.*

PRAZOS Os textos serão avaliados por membros do conselho editorial da revista. A qualidade de texto, informação e pertinência dos artigos e ensaios são essenciais para a sua aprovação. Uma vez aprovados, os textos serão publicados de acordo com a relevância e urgência dos temas

abordados. Depois de aprovados, os textos passarão por um processo de revisão editorial e reenviados para checagem dos autores, que deverão devolvê-los, com devidos ajustes e/ou aprovação em, no máximo, 48 horas.

DESTAQUES Os destaques dentro do texto – como palavras ou expressões que se queira salientar, devem vir em **negrito** – citações de frases e capítulos deverão receber **aspas**; palavras estrangeiras e títulos de obras aparecerão em **italico**. Deve-se evitar o excesso de destaques por página.

REFERÊNCIAS O padrão de referências adotado segue exemplificado abaixo:

1. Berriman, M.; Haas, B.J.; LoVerde, P.T.; *et al.* "The genome of the blood fluke *Schistosoma mansoni*". *Nature*, Vol.460, no.7253, p.352-258. 2009.
2. Elias, N. *O processo civilizador- uma história de costumes*. Vol.I Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.
3. Tavares, J.V. "A violência como dispositivo de excesso de poder. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol.37, p.132. Junho de 1993.
4. Diaz, M., *op cit.* p.345-347. 1987.

ENVIO DE MATERIAL Os textos devem ser produzidos em arquivo Word. Ilustrações e gráficos devem ser enviados em arquivo separado, com os detalhes necessários para sua identificação, como: crédito, legenda, fonte etc.

SIGLAS As siglas constantes no texto devem **sempre** aparecer por extenso na primeira vez em que forem utilizadas.

CONTATO É necessário que cada articulista coloque seus dados para eventual contato (e-mail ou tel) quando alguma dúvida surgir no processo de edição.

Realização



Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência

Produção Editorial



Apoio